



UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
EA – ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PDGS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL

ANELIZE BARBOSA DOS SANTOS

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES DO MAR NO
TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – SALVADOR/BA

SALVADOR - BA

2023

ANELIZE BARBOSA DOS SANTOS

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES DO MAR NO
TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – SALVADOR/BA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Alvarez Rossi

SALVADOR - BA

Escola de Administração - UFBA

S237 Santos, Anelize Barbosa dos.

Formação profissional e valorização dos saberes do mar no território da Península de Itapagipe – Salvador/BA / Anelize Barbosa dos Santos – 2023.

124 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Alvarez Rossi.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Mares – Itapagipe, Peninsula de (Salvador, BA) – Aspectos econômicos. 2. Pesca artesanal. 3. Pescadores – Treinamento. 4. Formação profissional. 5. Tecnologia apropriada. 6. Programas de aprendizado. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

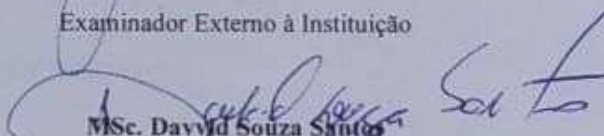
CDD – 639.2098142



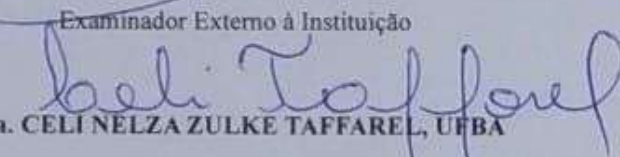
Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 30/11/2023 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL no. 34, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) ANELIZE BARBOSA DOS SANTOS, de matrícula 2021104790, intitulada FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES DO MAR NO TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE - SALVADOR/BA. Às 10:00 do citado dia, Escola de Administração, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof^a. Dra. RENATA ALVAREZ ROSSI que apresentou os outros membros da banca: Prof^a. Dra. TANIA MOURA BENEVIDES, Prof^a. Dra. CELI NELZA ZULKE TAFFAREL, Prof. Dr. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA FILHO e Prof. MSc. Dayvid Souza Santos. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(a) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dr. JOSÉ RODRIGUES DE SOUZA FILHO, IFBA

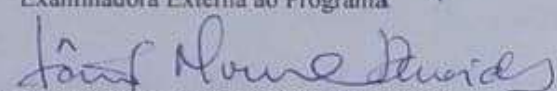
Examinador Externo à Instituição


MSc. Dayvid Souza Santos

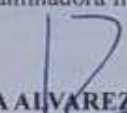
Examinador Externo à Instituição


Dra. CELI NELZA ZULKE TAFFAREL, UFBA

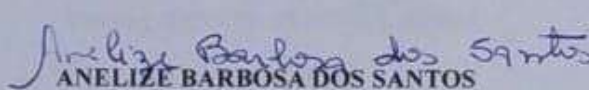
Examinadora Externa ao Programa


Dra. TANIA MOURA BENEVIDES, UFBA

Examinadora Interna


Dra. RENATA ALVAREZ ROSSI, UFBA

Presidente


ANELIZE BARBOSA DOS SANTOS

Mestrando(a)

Dedico este trabalho a minha avó Luzia (in memmoriám). Que na sua simplicidade e sabedoria sempre me incentivou a lutar pelos meus sonhos.

Dedico a minha filha Luma Nzinga, a meu esposo Júlio e minha mãe Adilza. Minha filha que no seu doce sorriso me inspira diariamente; meu esposo por sempre acreditar, até mais do que eu, que esse sonho iria se concretizar e minha mãe por sempre está perto para me ajudar quando preciso.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida e por mais essa conquista.

À minha filha a quem dedico este trabalho, que na sua inocência não imagina o quanto foi responsável por sua conclusão, sempre ao meu lado, dentro do meu ventre enquanto assistia as aulas, depois mamando e sendo ninada em meio a aulas, reuniões de equipe, apresentações e avaliações, até mesmo na conclusão ao meu lado com seu teclado de brincando dizendo que está estudando/trabalhando com mamãe. Obrigada minha filha!

À minha mãe, por ser a responsável por eu ter chegado até aqui, que em toda a sua vida lutou para dar aos seus filhos tudo aquilo que não pôde alcançar para sua vida pessoal; ao meu sobrinho Daniel pela admiração.

Ao meu esposo, meu parceiro, minha dupla, meu eterno agradecimento por ter acreditado em mim, por sempre me dizer que eu era capaz e que eu conseguiria. Gratidão pelo apoio, admiração e em especial, compreensão.

À minha orientadora profa. Renata Rossi, por ter acolhido a minha proposta, por acreditar no meu trabalho, pela vibração ao ver cada capítulo finalizado, pelas nossas conversas e trocas em nossos encontros de orientação. Agradeço imensamente pela compreensão diante as minhas limitações, pelo carinho e dedicação na condução da orientação deste trabalho.

À todos os colegas da Turma 8, pelo apoio em todas as atividades, pela troca de conhecimentos, pelo companheirismo e carinho.

Em especial meu muito obrigada aos meus queridos amigos de equipe, Andréia, Tiales, Júlia, Joaquim e Marília, agradeço pelas nossas reuniões, nossas conversas, pela compreensão com minhas limitações durante a minha gestação e chegada da minha filha. O meu sincero agradecimento e carinho por terem recebido minha filha como a mais nova integrante da equipe.

À minha amiga Karla Uckonn por me incentivar a fazer o processo seletivo, pela orientação na construção do meu projeto, pelas leituras, indicações e correções em meu texto; a minha coordenadora Sílvia Ferraz pela compreensão nos momentos que necessitei de mais dedicação a construção do meu trabalho; a Jutylane pela ajuda na triagem de dados e informações; as (aos) pescadoras(es) que conheci durante a realização da pesquisa, gratidão por compartilhar a vida e sonhos.

A todos que de alguma forma passaram pela minha vida, e contribuíram para minha formação como pessoa, aluna e profissional, que resultou na construção deste trabalho.

Minha jangada vai sair pro mar
Vou trabalhar, meu bem querer
Se Deus quiser quando eu voltar do mar
Um peixe bom eu vou trazer
Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer
Minha jangada vai sair pro mar
Vou trabalhar, meu bem querer
Se Deus quiser quando eu voltar do mar
Um peixe bom eu vou trazer
Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer
Adeus, adeus
Pescador não esqueça de mim
Vou rezar pra ter bom tempo, meu nêgo
Pra não ter tempo ruim
Vou fazer sua caminha macia
Perfumada de alecrim
Adeus, adeus
Pescador não esqueça de mim
Vou rezar pra ter bom tempo, meu nêgo
Pra não ter tempo ruim
Adeus, irmão adeus
Até o dia de juízo.

Suíte do Pescador
Dorival Caymmi

RESUMO

A economia do mar do país envolve duzentos e oitenta municípios em dezessete estados, desempenhando um importante papel na economia brasileira ao possibilitar geração de renda e contribuir na garantia de alimentação de comunidades vulneráveis, contudo não existem dados consolidados e estatísticas que possibilitem análise e contabilização da contribuição econômica dos recursos disponibilizados pelo mar, consequentemente existe uma lacuna na produção do conhecimento sobre a formação profissional neste segmento. Este trabalho tem como objetivo discutir a formação profissional para a inserção produtiva não precarizada no mundo do trabalho de pescadores artesanais no território da Península de Itapagipe – Salvador/Ba alinhada com a política de qualificação profissional. A promoção e valorização da economia do mar pelos órgãos vem aumentando gradativamente, a exemplo do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade do Salvador, com tópicos voltados para (re)qualificação do segmento náutico na Baía de Todos os Santos, além de prever a elaboração do Plano de Bairros de Itapagipe que inclui a qualificação de mão de obra voltada para o segmento e a restauração de antigos espaços para abrigarem atividades ligadas ao segmento náutico e o Prodetur Nacional Bahia que apresenta um diagnóstico nas dimensões econômica, social, ambiental e demográfica voltado ao turismo e atividades náuticas em toda Baía de Todos os Santos. Entretanto, tais investimentos demonstram um abordagem voltada a atender ao setor produtivo principalmente no aspecto turístico, deixando a parte uma das atividades produtivas mais antigas da existência humana, a pesca artesanal. A metodologia utilizada para elaboração do trabalho teve como referência a pesquisa bibliográfica de documentos oficiais de órgãos públicos, banco de dados do QUALISalvador, relatórios e planilhas da Coordenação de Qualificação Profissional (COQUAP/SETRE/Governo do Estado), entrevistas semi-estruturadas com pescadores artesanais e gestores públicos, além da realização do grupo focal com pescadores integrante de uma cooperativa. O presente trabalho buscou dialogar com autores que discutem a temática da precarização do trabalho e o conceito de Economia do Mar. Como resultado será apresentado como Tecnologia de Gestão Social – TGS um modelo de ementas para uma proposta de formação profissional direcionada a capacitação de pescadores artesanais, considerando valores e saberes aliados a utilização da Pedagogia da Alternância. A alternância proporciona um confronto entre os campos culturais: a cultura de local, do território de onde vem o educando e onde mora com sua família, com sua maneira de ser, de pensar, sua linguagem, suas expressões, suas referências, sua cultura profissional; a cultura da escola, suas finalidades, seu ambiente e suas próprias referências. Neste sentido, o principal resultado alcançado no presente trabalho de pesquisa foi a possibilidade de

escuta dos principais atores envolvidos, o que possibilitou a busca e ordenamento de conteúdos pontuados pelos próprios pescadores, respeitando assim o trabalho concreto, o modo de vida e a cultura da comunidade pesqueira, oportunizando uma qualificação social e profissional diferenciada.

Palavras-chaves: Economia do Mar. Qualificação Profissional. Pedagogia da Alternância. Pesca Artesanal. Saberes.

ABSTRACT

The country's maritime economy involves two hundred and eighty municipalities in seventeen states, playing an important role in the Brazilian economy by enabling income generation and contributing to guaranteeing food for vulnerable communities. However, there are no consolidated data and statistics that enable analysis and accounting of the economic contribution of resources made available by the sea, consequently there is a gap in the production of knowledge about professional training in this segment. This work aims to discuss professional training for non-precarious productive insertion in the world of work for artisanal fishermen in the territory of the Itapagipe Peninsula – Salvador/Ba in line with the professional qualification policy. The promotion and valorization of the sea economy by the bodies has been gradually increasing, such as the Urban Development Master Plan (PDDU) of the city of Salvador, with topics focused on (re)qualifying the nautical segment in Baía de Todos os Santos, in addition to foresee the elaboration of the Itapagipe Neighborhood Plan, which includes the qualification of labor focused on the segment and the restoration of old spaces to house activities linked to the nautical segment and the Prodetur Nacional Bahia, which presents a diagnosis in the economic, social, environmental dimensions and demographic focus on tourism and nautical activities throughout Baía de Todos os Santos. However, such investments demonstrate an approach aimed at serving the productive sector mainly in the tourist aspect, leaving aside one of the oldest productive activities in human existence, artisanal fishing. The methodology used to prepare the work was based on bibliographic research of official documents from public bodies, the QUALISalvador database, reports and spreadsheets from the Professional Qualification Coordination (COQUAP/SETRE/State Government), semi-structured interviews with fishermen craftsmen and public managers, in addition to carrying out a focus group with fishermen who are members of a cooperative. The present work sought to dialogue with authors who discuss the issue of precarious work and the concept of Sea Economy. As a result, a model of syllabi for a professional training proposal aimed at training artisanal fishermen will be presented as Social Management Technology – TGS. , considering values and knowledge combined with the use of Alternation Pedagogy. The alternation provides a confrontation between cultural fields: the local culture, the territory where the student comes from and where he lives with his family, with his way of being, thinking, his language, his expressions, his references, his professional culture ; the culture of the school, its purposes, its environment and its own references. In this sense, the main result achieved in this research

work was the possibility of listening to the main actors involved, which enabled the search and ordering of content scored by the fishermen themselves, thus respecting the concrete work, the way of life and the culture of the fishermen. Fishing community, providing differentiated social and professional qualifications.

Keywords: Economy of the Sea. Professional Qualification. Alternation Pedagogy. Artisanal Fishing. Knowledge.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Embarcações de Pesca por Modalidade	38
Figura 2 – Linha do Tempo – Metodologia	49
Figura 3 – Península de Itapagipe	53
Figura 4 - Ocupação principal do(a) Chefe(a) de família na Península de Itapagipe.....	55
Figura 5 – Indicadores de Renda do(a) Chefe(a) de família na Península de Itapagipe.....	55
Figura 6 – Faixa etária do(a) Chefe(a) de família na Península de Itapagipe	56
Figura 7 – Fonte de rendimentos aposentadorias/pensões	56
Figura 8 – Número de anos de estudo do(a) Chefe(a) de família na Península de Itapagipe...	57
Figura 9 – Cor/Etnia do(a) Chefe(a) de família na Península de Itapagipe.....	57
Figura 10 – Alunos certificados – Qualificação Social e Profissional (2007 – 2023).....	64
Figura 11 – Raça, Qualificação Social e Profissional (Projeto Conectar), 2021 - 2022	65

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos ofertados voltados a pesca artesanal, Bahia, 2007 – 2023	65
--	----

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de cadeias produtiva, cursos e ementas	68
Quadro 2 - Plano de Ensino - Ementa Geral (comuns a todos os cursos)	89
Quadro 3 - Curso: Tecnologia da Pesca	96
Quadro 4 - Curso: Manejo, conservação, estocagem e refrigeração do pescado	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABTD	Agenda Bahia do Trabalho Decente
CAMMPI	Comissão de Articulação e Mobilização de Moradores da Península de Itapagipe
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBO	Código Brasileiro de Ocupações
CETER	Conselho do Trabalho, Emprego e Renda
CEFFA	Centro Familiares de Formação por Alternância
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
COQUAP	Coordenação de Qualificação Profissional
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
GF	Grupo Focal
CNPA	Confederação dos Pescadores do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
COOPESBAS	Cooperativa de Pescadores da Baía de Todos os Santos
CONAPE	Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca
CONPAB	Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil
EFA	Escola Família Agrícola
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FEPESBA	Federação de Pescadores da Bahia
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
FUNCEP	Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
FUNTRAD	Fundo de Promoção do Trabalho Decente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GPS	Guia da Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LER	Lesões por Esforços Repetitivos
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MFR	Maison Familiale Rurale
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PPA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PC	Plataforma Continental
PNUD	United Nations Development Programme
PEA	População Economicamente Ativa
PPA	Plano Plurianual
PGDS	Programa de Desenvolvimento e Gestão Social
QSP	Qualificação Social e Profissional
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RGP	Registro Geral de Pesca
SEAGRI	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte SETRE
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
SISRGP	Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca SUDEPE
TGS	Tecnologia de Gestão Social
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEFAB	União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil
UPECMAR	Unidade de Pesquisa em Economia Costeira e Marinha da Universidade Federal do Rio Grande
VAB	Valor Agregado Bruto
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	MUNDO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS	21
2.1	Formação profissional no contexto de precarização do trabalho	25
3	ECONOMIA DO MAR.....	31
3.1	Pesca Artesanal	34
3.1.1	A Pesca Artesanal no Brasil e na Bahia.....	36
3.2	Formas de Organização da Pesca.....	40
3.2.1	Entidades Representativas dos Pescadores Artesanais	42
4	METODOLOGIA.....	44
4.1	Procedimentos da Elaboração do Questionário	46
4.2	Residência Social: espaço de Desenvolvimento de Aspectos Metodológicos da Pesquisa	49
5	CARACTERIZAÇÃO DA PENINSULA DE ITAPAGIPE	52
5.1	Políticas públicas de formação profissional	58
5.1.1	Políticas públicas de qualificação profissional: as ações da Secretaria do trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE/Governo da Bahia	61
5.1.1.2	<i>Qualificação profissional voltada para pesca artesanal na Península de Itapagipe ..</i>	<i>65</i>
6	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A COMUNIDADE PESQUEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS - RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO	71
6.1	Grupo Focal, Momento de Discursão e Reflexão.....	74
6.2	Resultados Obtidos com o Trabalho Junto à Setre	76
7	PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E ESCOLAS FAMÍLIAS PESQUEIRAS COMO TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL	81
7.1	A Pedagogia da Alternância para Garantia do Direito à Educação	82
7.1.1	As experiências do Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFAS) e a Escola Família Agrícola (EFA)	86
8	MODELO DE EMENTA PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PESCA ARTESANAL.....	89
9	CONCLUSÃO	100
	REFERÊNCIAS.....	102

APÊNDICE A – GRUPO FOCAL COM PESCADORES PERTENCENTES A PENÍNSULA DE ITAPAGIPE	107
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SÓCIO – ECONÔMICO COM OS PESCADORES INTEGRANTES DA COLÔNIA Z-2 ITAPAGIPE	108
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS, INSTITUIÇÃO: SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTES – SETRE.....	114
APÊNDICE D – DEMAIS INSTITUIÇÕES FORMADORAS.....	116
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	118

1 INTRODUÇÃO

Os autores Ramalho e Melo (2015) apontam que a pesca artesanal é classificada por um conjunto de outros autores como uma atividade tradicional, com dependência direta de recursos naturais para sua existência, além da utilização de técnicas de trabalho ancestrais e artesanais. A liberdade no trabalho, segundo Ecurra (2013), para os pescadores artesanais está relacionada ao conhecimento adquirido ao longo dos anos de experiências e de saberes passados através de gerações.

A pesca artesanal também se caracteriza pelos vínculos familiares e de amizade, tendo uma organização social baseada no trabalho familiar, comunitário e coletivo (Diegues, 2004, p. 246 *apud* Ramalho e Melo, 2015). Neste sentido, a pesca artesanal vai se recriando em paralelo com os elos estabelecidos entre os pescadores, seja na família ou na comunidade. A maneira de fazer, de manusear os equipamentos, de observar e entender a maré, o melhor horário e lugar de pescar, são adquiridos através da escuta, do olhar, da repetição do modo de fazer dos mais velhos, com o modo de vida baseado na oralidade, onde mais velhos ocupam papel muito importante, sendo possível identificar que os pescadores artesanais / trabalhadores das águas tem um modo de trabalho e vida diferenciados, que preserva acima de tudo seus valores, saberes e cultura.

A pesca artesanal sobrevive em meio ao crescimento da pesca profissional, e encontra muitas vezes imersa nos moldes de produção capitalista, quando dentre os pescadores surgem aqueles proprietários de embarcações, que em boa parte não participam das atividades de captura e colocam outros pescadores mais experientes para conduzir desenhando assim, um modelo de divisão de trabalho, somando ainda a compra do pescado a preços muito baixos devido à falta de equipamentos e locais que possibilitem o armazenamento e refrigeração do pescado, que é um produto altamente perecível, forçando assim, a venda rápida aos chamados atravessadores.

Neste sentido este trabalho tem como objetivo discutir a formação profissional para a inserção produtiva não precarizada no mundo do trabalho na atividade da pesca artesanal no território da Península de Itapagipe – Salvador/Ba. Os objetivos específicos podem ser assim anunciados:

- a) Discutir o conceito de precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, articulando-o com o significado da formação profissional para inserção no mercado de trabalho;

- b) Discutir o conceito de Economia do mar, enfocando a dinâmica das atividades desenvolvidas por trabalhadores do setor;
- c) Identificar e apresentar as políticas públicas de formação profissional voltadas para economia do mar, especificamente para pesca artesanal, desenvolvidas pelo Governo do Estado da Bahia, especialmente por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – e complementarmente, pelo poder público municipal e federal;
- d) Realizar escuta ativa dos sujeitos envolvidos no trabalho do mar – particularmente pescadores, marisqueiras - visando incorporar saberes locais na proposição de instrumentos políticos-pedagógicos de formação profissional;
- e) Desenvolver um modelo de ementa de formação profissional para trabalhadores que atuam com a pesca artesanal, visando apoiar a política pública desenvolvida no contexto da Agenda Bahia do Trabalho Decente (ABTD), da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), do Governo do Estado da Bahia.

A questão central que orienta essa pesquisa é a seguinte: quais os desafios para a política de formação profissional considerando a inserção produtiva não precarizada no mundo do trabalho na pesca artesanal, no território da península de Itapagipe – Salvador/Ba?

Discutiremos a hipótese de que a formação profissional para a inserção produtiva não precarizada no mundo do trabalho na pesca artesanal, no território da península de Itapagipe – Salvador/Ba deve envolver políticas públicas que considerem a valorização dos saberes locais e tácitos presentes no território e a identificação da condição econômica da comunidade.

Esta discussão se justifica pela lacuna na produção do conhecimento sobre a formação profissional voltada para a economia do mar, especificamente para pesca artesanal, sobretudo considerando que, apesar da economia do mar do país envolver duzentos e oitenta municípios e dezessete estados do país, não existem dados e estatísticas que possibilitem análise e contabilização da contribuição econômica dos recursos disponibilizados pelo mar (Carvalho, 2018).

Considerando a execução da política pública de qualificação profissional desenvolvida pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da SETRE, especificamente no município de Salvador, é possível identificar pouco investimento no que se refere aos cursos ligados

a pesca artesanal. Durante o período 2007 a 2023, foram ofertados 12 (doze) turmas, em 7 (sete) tipos de cursos integrantes desse eixo econômico, beneficiando 244 (duzentos e quarenta e quatro) trabalhadores (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, 2023).

Por outro lado, é notável que, nos instrumentos de regulação e de planejamento de políticas públicas, os órgãos públicos estão voltando seus olhares para a valorização da economia do mar. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da cidade do Salvador, contém tópicos voltados para (re)qualificação do segmento náutico na Baía de Todos os Santos, além de prever a elaboração do Plano de Bairros de Itapagipe, que considera inclusive a qualificação de mão de obra e a restauração de antigos espaços para abrigarem atividades ligadas ao segmento náutico (Salvador, 2016). Em nível estadual foi elaborado o Prodetur Nacional - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), onde pode ser encontrado um diagnóstico da área de planejamento nas suas dimensões econômica, social, ambiental e demográfica (Governo do Estado da Bahia, 2019). Estes documentos, no entanto, refletem uma abordagem descontextualizada sobre a formação profissional, o que pode reforçar uma visão precarizada do trabalho. Nesse sentido, este trabalho se justifica pela necessidade de contribuir com uma reflexão crítica a respeito das desiguais formas de formação profissional e inserção produtiva no setor.

Nesse contexto, a política de qualificação profissional desenvolvida pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) do Governo do Estado da Bahia apresenta-se voltada para incentivar o trabalho em conjunto com a sociedade civil, e inclusive por meio de conselhos consultivos e deliberativos, a exemplo do Conselho do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), que tem por função acompanhar, avaliar e participar do planejamento das ações de qualificação profissional a nível estadual. No entanto, ainda existe uma lacuna na construção das ementas dos cursos que, de maneira geral, é realizado de maneira unilateral, ou seja, o ente público é o único a construir os conteúdos a serem aplicados nas ações de qualificação, desconsiderando assim, as experiências da comunidade, a cultura local, o conhecimento e saberes territoriais.

Portanto, se faz necessário responder ao questionamento de como apoiar uma inserção de trabalhadores da pesca artesanal moradores do território de maneira produtiva e não precarizada, os valorizando também como parte da cultura local, além de buscar respostas de como a formação profissional pode apoiar o desenvolvimento das potencialidades e particularidades do território, baseando-se em metodologia que envolva a escuta e valorização dos saberes locais e o estímulo à organização política e social.

Em termos metodológicos foram trabalhados dados secundários que caracterizaram a Península de Itapagipe nos seguintes aspectos: situação do mercado de trabalho da pesca artesanal, sobre emprego e desemprego, e sobre qualificação profissionalizante. Neste trabalho, foram acessadas as seguintes fontes de dados: bancos de dados da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE/MTE), Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), banco de dados do QUALISalvador¹, relatórios e planilhas da Coordenação de Qualificação Profissional (COQUAP/SETRE/Governo do Estado) além de documentos oficiais de órgãos públicos, a exemplo da SETRE, Secretaria de Turismo (SETUR) e Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF). Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes das organizações sociais locais, associações de pescadores e marisqueiras e órgãos públicos. Para a análise das entrevistas foi adotada a técnica de análise de conteúdo nos documentos e dados levantados, além da sistematização dos mesmos. Neste trabalho, buscou-se dialogar com autores como Ricardo Antunes e Graça Druck que discutem sobre a questão da precarização do trabalho e com Andréa Carvalho que discute sobre o conceito de Economia do Mar e sua organização setorial.

Como resultado, este trabalho discutiu a dimensão política da precarização do trabalho e as possibilidades político-pedagógicas para a valorização do trabalho e dos saberes locais para a formulação e implementação de políticas públicas. A Tecnologia de Gestão Social (TGS) proposta, portanto, é um modelo de ementa de formação profissional voltado para a inserção não precarizada na pesca artesanal, considerando a valorização dos saberes locais e tácitos presentes no território da Península de Itapagipe.

¹ O QualiSalvador foi um projeto de pesquisa desenvolvido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com objetivo de produzir indicadores da qualidade do ambiente urbano na escala de bairros, em Salvador (<http://www.qualisalvador.ufba.br/home>).

2 MUNDO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

A sociedade contemporânea vem passando por inúmeras mudanças que são refletidas no comportamento dos indivíduos no que se refere a interação com o meio ambiente, hábitos de consumo, relações interpessoais, meios de produção, e significativamente nas relações trabalhistas. O modo de produção capitalista vem passando por crises e para se manter como sistema econômico hegemônico e forte, modelos políticos e econômicos vêm sendo adotados, como o neoliberalismo e, com ele, a flexibilização das relações de trabalho.

Novas configurações estão surgindo no mundo do trabalho com objetivo de possibilitar a sobrevivência dos trabalhadores não admitidos nos vínculos formais de emprego, seja por falta de qualificação, inexistência de vagas ou forma/especificidade da profissão, esta última converge com o trabalho executado pelos pescadores artesanais, pois os sofrem com perda dos direitos trabalhistas e da precarização, acrescenta-se ainda que a profissão de pescador na sua essencialidade distancia-se dos vínculos tradicionais de trabalho, justamente por si assemelhar com o trabalho rural, familiar, cooperado e coletivo.

As cooperativas são amparadas em um discurso e uma legislação que sinalizam princípios como adesão voluntária e livre, autonomia, independência, gestão democrática e não precarização do trabalho. Para alguns estudiosos as cooperativas são responsáveis pela redução do desemprego, bem como por desenvolver nos seus cooperados valores de coletividade (Matias e Meneses, 2015).

Apesar das cooperativas terem como princípios a adesão voluntária e livre, autonomia, independência, gestão democrática e busca pela não precarização do trabalho, percebe-se que as mesmas são criadas em locais com grande desemprego, tal fato pode sinalizar que os postos de trabalho fornecidos não se caracterizam enquanto uma escolha por parte dos trabalhadores, mas sim, uma alternativa para evitar a condição de desemprego, caracterizando um processo de terceirização, tornando-se assim, uma estratégia do empresariado em burlar os encargos que fazem parte dos direitos trabalhistas, voltando a precarizar a mão de obra dos chamados cooperados (Matias e Meneses, 2015).

Além das cooperativas, o mundo do trabalho vem apresentando outros mecanismos de driblar o desemprego e possibilitar o mínimo para sobrevivência dos trabalhadores que são os grupos de trabalho informais, onde dois ou mais trabalhador se unem para comprar materiais e utensílios para produzirem bens ou serviços e comercializarem em

grupo ou individualmente, lojas colaborativas, trabalho autônomo, empreendedor ou informal.

Voltando a discussão sobre o cenário do trabalho, para Antunes (2009), as crises do capitalismo ocasionam diversas modificações, dentre elas o desemprego estrutural, a precarização do trabalho para aqueles que ainda ocupam um posto de trabalho, além do aumento da degradação do meio ambiente. Para lidar com a própria crise, o capitalismo buscou se reorganizar por meio do modelo neoliberal, baseado em diversas formas de privatização do Estado, na desregulamentação dos direitos do trabalho e na desmontagem do setor produtivo estatal.

Nesse contexto, Antunes (2009) argumenta que o capitalismo neoliberal opera uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, a qual atualmente vem sendo precarizada e excluída, sendo a flexibilização, a terceirização, a desregulamentação expressões de um modelo onde a força de trabalho é destinada, cada vez mais, apenas para reprodução do capital. No entanto, o autor nos lembra de que o trabalho humano/vivo pode até ser precarizado, porém não pode ser extinto.

Convergente com essa argumentação em artigo intitulado *Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios?* Graça Druck (2011) propõe um projeto de pesquisa para construção de Indicadores de Precarização Social do Trabalho e procura demonstrar, através de dados estatísticos e pesquisas, que nas últimas décadas no mundo, na América Latina e no Brasil, existe um processo de déficit de trabalho decente, ou seja, um quadro geral de precarização social do trabalho.

Apesar de instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) perseguirem e defenderem o trabalho decente no Brasil e no mundo, cada vez mais a lógica da precarização ganha força no modo de produção capitalista. Essa discrepância pode ser observada quando se anuncia, por exemplo, que:

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao formalizar o conceito de trabalho decente sintetiza a sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades humanas sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (Guimarães, p.11, 2012).

No entanto, desde a crise do modelo fordista de produção e de transição para o modelo toyotista, são recorrentes as iniciativas de empresas que vêm adotando técnicas gerenciais que visam cada vez mais reduzir custos e consequentemente maximizar lucros, a

exemplo do downsizing, da empresa enxuta, da terceirização e da flexibilização dos direitos do trabalho (Ribeiro, 2015).

Com empresas mais enxutas os indivíduos passam a ter uma maior carga de trabalho e menos tempo para executar suas atividades, passando por uma situação de estresse e acirramento da competição. Além disso, por falta de oportunidades de trabalho passam a aceitar o trabalho precarizado, terceirizado e/ou intermitente pois é a sua única forma de sobrevivência (Antunes, 2009).

Assim, o ideal de padrão da sociedade do pleno emprego deixou de figurar no horizonte do sistema, passando a sociedade a ser formada por desempregados e por formas precárias de trabalho, de emprego e de vida (Druck, 2011). Sob a luz do pensamento de Marx (1978), Antunes (2009) argumenta que existe uma expansão do chamado “*trabalho social combinado*”, e que tal sentença quer dizer que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do mesmo processo de produção e serviço, consequentemente há uma intensificação da utilização da classe trabalhadora, ou seja, aumento dos níveis de exploração do trabalho (Antunes, 2009).

De acordo com Castel (1998) *apud* Druck (2011) o elemento central da nova dinâmica do desenvolvimento do modo de produção capitalista é a precarização do trabalho, dinâmica que cria uma nova condição de vulnerabilidade social, isto é, processo social que altera as condições de emprego estável e assalariado. A perda do emprego estável gera uma condição de insegurança, levando a uma mudança no modo de vida dos indivíduos e uma aceitação do trabalho precário, provocando uma ruptura dos laços e vínculo, levando a uma condição social fragilizada.

O aumento da quantidade de pessoas desempregadas ou ocupadas, porém, sem carteira, evidencia a precarização das relações trabalhistas e sugere a utilização de outras formas de contratos de trabalho, ou seja, contratos mais frágeis, precários, sem proteção social e trabalhistas, sendo que boa parte dos trabalhadores sem carteira assinada não contribuem com a previdência social.

Segundo a tipologia elaborada por Franco e Druck (2009) *apud* Druck (2011), os contratos sem carteira assinada se enquadram no primeiro tipo da precarização do trabalho: vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais. Visando enxugar custos e lidar com a crise econômica vivenciada no início dos anos 90, uma parcela significativa de empresas passaram a adotar a terceirização como estratégia de gestão, pelo ângulo administrativo, o que atende ao objetivo principal de minimizar os custos, desfavorecendo o

trabalhador por meio da precarização do seu trabalho, em particular, pela redução de salários e benefícios diferenciando em relação aos trabalhadores tipicamente contratados.

De acordo com Pelatieri *et al.* (2018), no trabalho organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) intitulado *Terceirização do Trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate*, as atividades tipicamente terceirizadas têm alta rotatividade, apresenta uma remuneração inferior a praticada pelos indivíduos contratados pelas próprias empresas, a jornada de trabalho dos terceirizados é maior, e até mesmo a participação no número de afastamento por acidentes de trabalho é mais elevada. Logo, pode-se concluir que as condições de trabalho das atividades tipicamente terceirizadas são precárias e visam atender ao capital em detrimento dos trabalhadores.

A terceirização atende a uma lógica de acumulação financeira, que no âmbito do processo de trabalho, das condições de trabalho e do mercado de trabalho, exige total flexibilidade, instituindo um novo tipo de precarização (Druck, 2011).

Às condições de (in) segurança e saúde no trabalho também são considerados por Druck (2011) um indicador de precarização. Em razão da imposição do mercado pela busca pela excelência no trabalho, cada vez mais os indivíduos vêm se cobrando em níveis cada vez mais alto, muitas das vezes ignorando seus limites e dificuldades. A competitividade excessiva entre os profissionais, a necessidade de atender a todas as demandas cada vez mais rápido, além da disponibilidade em tempo quase integral, vem fazendo com que cada vez mais trabalhadores apresentem quadro de doenças psicológicas e física com maior frequência.

Um outro indicador de precarização do trabalhado por Druck (2011) é o que analisa com a fragilização da organização dos trabalhadores. Com as novas formas de vínculos trabalhistas, originários da flexibilização do trabalho, como o trabalho temporário, o trabalho intermitente, o remunerado por horas, o terceirizado e/ou autônomo, se torna cada vez mais difícil a organização sindical. Os trabalhadores estão a cada dia mais individualizados, a falta de oportunidades de trabalho tem estimulado a concorrência entre os profissionais, sendo assim a representação dos trabalhadores vem sendo fragilizada, e assim as lutas e negociações com empregadores estão cada dia mais fracas e ineficazes, ocasionando a aceitação de contratos cada vez mais frágeis e precarizados.

Neste sentido, no que diz respeito à temática do mundo do trabalho e sua precarização, será perseguido nesta dissertação, os efeitos das transformações do mundo do trabalho e como esses efeitos podem interferir no cotidiano dos pescadores artesanais da Península de Itapagipe, além de buscar por meio de um modelo de ementa e programa de

formação profissional a possibilidade de uma qualificação que proporcione o conhecimento para organização dos trabalhadores e enfrentamento dos efeitos negativos da precarização do trabalho.

2.1 Formação profissional no contexto de precarização do trabalho

A crise do capitalismo vivenciada nos últimos tempos tem contribuído para a precarização do trabalho, aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais. Neste sentido, a qualificação profissional vem sendo utilizada como mecanismo de enfrentamento ao crescente número de pessoas sem ocupação, muitas delas já desalentadas e com pouca perspectiva de re/inserção no mundo do trabalho.

Contudo, Oliveira (2015) considera a explanação de Pochmann (2008), que afirma o quanto se mantém impertinente o discurso de que a educação é um mecanismo de contenção dos altos índices de desemprego tendo em vista que, levando em consideração dados dos primeiros anos do século XXI, mesmo diante de um crescimento do nível de escolaridade da população brasileira, não se criaram as condições viabilizadoras para o aproveitamento daqueles com maior escolarização.

Segundo Santos (2012), as ações de qualificação profissional na sua maioria são de curto ou médio prazo, tendo como objetivo não explicitado, envolver a população desempregada, visando mantê-la ocupada e, de alguma forma, elevar sua autoestima já que pertence à classe social menos favorecida e é atingida pelo desemprego estrutural, presente nos centros urbanos com maior intensidade.

Santos (2012) considera ainda que desde o final dos anos 1960 ao início dos anos 1970 o modo de produção capitalista vem passando por uma crise e para ultrapassar esse momento, certas medidas foram e estão sendo adotadas, a exemplo das reformas políticas, econômicas e sociais. No âmbito empresarial, as organizações cada vez mais passam a utilizar mecanismos de gestão amparados em ideias neoliberais e globais visando maximizar seus lucros, como o enxugamento do quadro de pessoal e o recurso aos contratos intermitentes, onde os profissionais trabalham somente quando solicitados e são remunerados por hora de trabalho.

Com esse movimento, as formas de contratações são cada vez mais diversas e efêmeras. Sob essa lógica o trabalhador é cada vez mais explorado, os órgãos representativos de classe têm se enfraquecido, há o aumento do desemprego, flexibilização das leis

trabalhistas, tudo isto encoberto pelas ideias neoliberais da necessidade de trabalhadores “multifuncionais”, “criativos”, “empreendedores” de modo à culpabilizar aqueles que não conseguem emprego pela sua situação de desempregado (Santos, 2012).

Nesta perspectiva as ações de qualificação profissional que tem em sua maioria como público, jovens e adultos pertencentes as classes mais populares e refletem as necessidades do modelo capitalista neoliberal de atender à reestruturação produtiva, a globalização, a flexibilização e precarização do trabalho.

Com vistas a atender o mercado de trabalho, as instituições de ensino e também de qualificação profissional vem pautando esforços em torno de uma formação básica e generalista, buscando sempre atender ao demandado pelas empresas, adequando assim, os trabalhadores para ocupações multifuncionais, tecnológicas e futurísticas.

Nesse contexto, no ano de 1931 foi criado o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), com objetivo de centralizar as discussões do projeto industrial para o país, bem como as discussões sobre as propostas para a educação profissional (Batista, 2015). Corroborando neste cenário logo em seguida foram fundadas as escolas profissionalizantes, são elas: o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI), em 1942; o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946. Tais instituição tem como objetivo introduzir o ensino profissionalizante aos filhos dos trabalhadores, medida discriminatória, pois foi destinada uma formação profissional técnica sem preocupação teórica, seguindo a máxima de que “enquanto uns pensam outros executam” (Santos, 2012).

Santos (2012) ainda considera que para atender aos interesses do capitalismo a escola vem modificando seu papel na qualificação dos indivíduos voltando-se para formar mão-de-obra para atender ao mercado de trabalho, ofertando ferramentas básicas para se adaptarem de maneira rápida as transformações no mercado de trabalho, com processos cada vez mais enxutos, sendo o trabalhador apenas um cumpridor de tarefas operacionais.

Essa ideia de profissionalização dos filhos dos trabalhadores segundo Mészáros (2008) foi posta desde as últimas décadas do século XVII, no *Memorandum on the reform of the poor law*, criado por John Locke, latifundiário e também um dos funcionários mais bem pagos pelo governo na época, como alternativa para retirar os filhos dos mais pobres da ociosidade. Assim, foram criadas escolas profissionalizantes geridas por paróquias, onde crianças de pouca idade foram obrigadas a participar iniciando assim desde logo cedo o sentido de aprender para trabalhar.

De acordo com Oliveira (2015), mesmo considerando a educação escolar como componente fundamental no desenvolvimento do capital humano, identifica-se que não basta a certificação escolar para se garantir a empregabilidade, principalmente para os setores com baixos níveis de escolarização ou considerados não detentores das habilidades, das competências e dos conhecimentos requisitados pelo mercado de trabalho. Segundo o autor, a complexidade da relação educação e emprego, é ineficaz se tentar estabelecer relação direta entre o aumento do nível de escolarização da população e a diminuição dos índices de desemprego. O aumento do desemprego é uma característica estruturante do modo de produção capitalista, de maneira que, mesmo investindo-se em qualificação profissional, o fato é que não existem postos de trabalho para todos os indivíduos.

Neste sentido, promover uma qualificação profissional conectada com o potencial econômico e cultural do território pode se tornar uma solução para geração de renda e redução do desemprego, além do aumento da auto-estima dos moradores pela sua comunidade, pelas ocupações e profissões próprias do seu local de convivência.

Segundo Santos (2012), as políticas públicas de formação profissionais contemporâneas caracterizam-se por ações pontuais e provisórias que não modificam a estrutura perversa do capitalismo, mas que, por outro lado, “sua consolidação progressiva marca a instalação no provisório como modo de existência” (Castel, 2010, p. 542-543 *apud* Santos, 2012).

Corroborando com a consideração de Santos (2012), o autor Oliveira (2015), traz por meio do Instituto Herbert Levy (1992) que o discurso das elites empresariais, dos agentes de governo e das agências multilaterais, defende que a baixa qualidade da mão de obra, é vista como uma limitação da escola pública e das práticas de qualificação profissionalizantes desenvolvidas por governos, deixando de levar em conta o processo histórico de exploração econômica.

Oliveira (2015) traz que as práticas de qualificação profissional carregam um certo caráter assistencial, pois ofertam ao indivíduo apenas o necessário para, talvez, atenuar seu sofrimento, além disso as políticas governamentais não conseguem diminuir o quadro de insegurança em que estão os trabalhadores. O autor ainda levanta, sob a ótica de Frigotto (2001) que esse sentimento de insegurança se origina por viverem em um cenário de constante redução da estabilidade no emprego e se verem obrigados a se submeter as relações precárias de trabalho.

O autor Oliveira (2015) destaca que as políticas públicas de qualificação

profissional buscam proporcionar aos trabalhadores excluídos da Educação Básica, uma nova inserção no sistema educacional, ou seja, os reinserindo para conclusão do ensino fundamental, ou na qualificação básica, ou até mesmo no auxílio financeiro. A educação básica (ou profissional) é vista como forma de inserir o indivíduo no mundo do trabalho, contudo se faz necessário discutir qual a forma de inserção no mercado ou na sociedade proporcionada por esses programas.

As ações de qualificação profissional ofertadas procuram atender a lógica do modo de produção capitalista, qualificando indivíduos para atender as demandas originadas nas grandes empresas, que visam a lucratividade em detrimento dos trabalhadores, ofertando contratos e vínculos de trabalho cada vez mais precários. Neste cenário chega-se à conclusão de que se as ações de qualificação atendem esse mercado precário, também são ações de qualificação precárias.

Segundo Oliveira (2015), e considerado por Kuenzer (2007) aparentemente existe uma relação funcional, para o capital, entre a precariedade da educação básica e os programas de qualificação profissional. É estabelecido no plano da formação profissional e no mercado de trabalho um movimento de inclusão excludente:

A estratégia por meio da qual o conhecimento é disponibilizado/negado, segundo as necessidades desiguais e diferenciadas dos processos de trabalho integrados, é o que temos chamado de inclusão excludente na ponta da escola. Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, por meio de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e, na maioria das vezes, meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas à autonomia intelectual, ética e estética (Kuenzer, 2007 *apud* Oliveira, 2015).

Os cursos e programas governamentais promovem uma inserção, na maioria das vezes, em postos de trabalho que demandam menos complexidade na sua execução, consequentemente menos remuneradas, e por fim, mais precarizadas. Tais ocupações apesar de ter pouca complexidade são de extrema necessidade para manutenção do modo de produção capitalista.

Se por um lado é possível identificar que as ocupações que mais empregam são aquelas com menor complexidade, por outro lado o modo de produção capitalista exige alta qualificação do trabalhador, multifuncionalidade e atualização constante. De uma maneira perversa o capitalismo coloca sobre os “ombros” dos trabalhadores a responsabilidade pelo

seu desemprego, além de deixar entendido que se as vagas com maior complexidade não são preenchidas, a culpa é do trabalhador que não procura qualificação.

É de grande importância repensar os modelos adotados nas ações de qualificação profissional, o modelo atual é voltado para a especialização da tarefa a ser executada, se limitando ao “fazer”, deixando de lado o contexto local, o criar, o pensar, o planejar. Neste sentido, a dissertação aqui trabalhada buscará elaborar uma proposta de ementas e conteúdo voltada para os pescadores artesanais que trabalhe de forma paralela, com os aspectos profissionalizantes de cada ocupação, e também os aspectos sociais, trabalhistas, históricos e territoriais, ou seja, educar voltada para valorização do ser humano executor daquela ocupação nos cenários da empregabilidade formal, e também informal/cooperada/associada.

Mészáros (2008) considera na sua obra Educação para Além do Capital a pontuação de Adam Smith quando este último condena o impacto negativo que o sistema provoca na classe trabalhadora no quesito divisão do trabalho, ao limitar o trabalhador na execução de apenas uma tarefa, o tornando especialista naquela tarefa simples, contudo restringindo a ter poucas ideias e reflexões, as ideias e contribuições se limitam apenas a tarefa executada, deixando de ver o todo.

Sabemos que atualmente a capacitação profissional ofertada pelas políticas públicas são pautadas para atender as demandas do setor produtivo (capital), e consequentemente a qualificação profissional também se torna limitada a atender ao que é ditado pelo capital. Alterar o modelo econômico é um quesito de muita dificuldade, pois iria de encontro aos interesses da classe dominante, isto é, das grandes organizações, contudo pequenas mudanças – especialmente aquelas que visam estimular a organização e formação da consciência coletiva dos trabalhadores - podem ir aos poucos gerando resultados, e estes podem ir mudando a vida de trabalhadores e a sociedade.

O autor Mészáros (2008) pontua que fracasso de esforços empregados anteriormente para instituir mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais, foi justamente buscar reconciliar as mudanças com as determinações do ponto de vista do capital, sendo que essas últimas se colocam como irreformáveis.

Considerando a perspectiva de Mészáros (2008) justifica que o sentido de mudança educacional necessita ser uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, somando-se a isso, Mészáros (2008) aborda que se faz necessário confrontar e alterar todo o sistema de *internalização*, isto é, romper com o pensamento que as metas de reprodução do sistema são as próprias metas de vida dos indivíduos. Tanto na imposição do

processo de *internalização*, quanto no rompimento desde mesmo processo, as instituições de educação são parte importante de todo o sistema.

O trabalho realizado por produtores livremente associados, em contraste com a ideia estruturalmente estabelecida de se verem como adversários é a mola que pode dar sustentabilidade a um novo modelo de produção, em uma ordem social reprodutiva regulada pelos indivíduos associados (Mészáros, 2008), combinada com essa nova ordem social, é crucial uma mudança também na educação, como citado pelo autor uma educação socialista.

Uma educação socialista se traduz em uma forma de educação capaz de confrontar e retificar conscientemente as relações socio-reprodutivas estruturalmente prejudiciais da desigualdade material e social/política herdadas do passado, e ainda superar a cultura de desigualdade massificada na consciência social (Mészáros, 2008).

De acordo com Mészáros (2008), para se alcançar uma mudança na ordem social é necessários que os indivíduos que compõem a sociedade tenha consciência e autoconsciência do seu papel como pessoas sociais responsáveis, reconhecendo a relevância de sua atividade particular na estrutura maior de toda uma ordem social, tornando-se cientes da importância do seu próprio tempo disponível, passando a visualizar uma maneira de trabalho que lhes permita deixar de atuar como adversários e passem a ser articular como produtores livremente associados.

3 ECONOMIA DO MAR

Segundo Baroncini (2020) o mar representa uma possibilidade de desenvolvimento da economia, utilizado como meio de transporte de bens e pessoas, fornecedor de energia, petróleo, alimentos, além de viabilizar turismo e lazer. Nesse sentido, o mar se constitui como um elemento estratégico para o desenvolvimento da economia e sobrevivência do ser humano.

O conceito de Economia do Mar, quando analisado no âmbito da Ciência Econômica, pode ser entendido como uma ferramenta para se determinar o valor econômico do mar. Possuindo diferentes conceitos relacionados, muitas vezes considerados como sinônimos, o foco sobre determinadas atividades da Economia do Mar leva a conceitos como Economia Marinha, Economia Marítima, Economia Azul e, no caso brasileiro, Amazônia Azul (Santos e Carvalho, 2020).

Baroncini (2020) afirma que está no mar a mais nova fronteira econômica, aliado ao conceito de “economia azul”, que oferece uma visão do mar e costa como uma nova fonte de crescimento econômico, criação de emprego e de investimento, abrangendo diversos setores, tais como a pesca, o turismo, o transporte marítimo, as energias marinhas, a biotecnologia marítima, a construção naval, entre outros.

O mar é também um espaço de descoberta, de trabalho, de negócio e de lazer. Ele é fonte de energias renováveis, mantém um grande estoque de alimentos, concentra um número imenso de espécies e constitui-se em uma infraestrutura natural dos corredores de tráfego do transporte marítimo. Finalmente, o mar é ainda fonte de valores culturais, artísticos, estéticos, científicos e até espirituais (Baroncini, 2020).

De acordo com Barbosa Júnior (2020) o Brasil nasceu a partir do mar e foi consolidado como um estado de dimensões continentais, por ter conseguido manter coesas as “ilhas habitáveis” ao longo de sua costa. O país traz como herança histórica, duas das principais fontes de riqueza nacionais: mais de 90% de toda a produção agropecuária nacional (além da produção mineral) escoam por via marítima; e cerca de 95% do petróleo e gás natural são extraídos das bacias petrolíferas *offshore*.

Segundo Carvalho (2018), a Zona Costeira Brasileira se estende da foz do Rio Oiapoque (04°52’45’’N) à foz do Arroio Chuí (33°45’10’’S). O Ministério do Meio Ambiente brasileiro (MMA) especifica que essa costa possua aproximadamente 514 mil km²; destes, cerca de 320 mil km² (62,3%) equivalem à porção territorial dos 395 municípios costeiros e o restante ao mar territorial (37,7%). As áreas marinhas sob jurisdição nacional compreendem,

além do mar territorial, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que se prolonga de 12 até 200 milhas marinhas (370,4 km da costa), e a Plataforma Continental (PC), delimitada a partir da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em 1982.

Os autores Santos e Carvalho (2020) mencionam em seu artigo *Um Panorama da Economia do Mar no Brasil*, que, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a produção das indústrias baseadas no oceano gerou no ano de 2010 um valor agregado bruto (VAB) de US\$ 1,5 trilhão à economia mundial, ou 2,5% do total, e contribuíram com cerca de 31 milhões de empregos diretos em tempo integral. O estudo ainda prevê que as indústrias do mar têm potencial para empregar diretamente mais de 40 milhões de pessoas e dobrar o VAB gerado, para US\$ 3 trilhões (em valores de 2010). O turismo marítimo e costeiro, incluindo o setor de cruzeiros, deverá ser a maior indústria (26%), seguida da exploração e produção *offshore* de petróleo e gás com 21% e atividades portuárias com 16%.

Apesar da relevante contribuição do mar na economia, o Brasil não possui levantamentos específicos sobre a sua economia do mar. Como exemplo dessa ausência e para superar essa lacuna, Santos e Carvalho (2020) ressaltam em seu artigo a fala da coordenadora da Unidade de Pesquisa em Economia Costeira e Marinha da Universidade Federal do Rio Grande (UpecMar), Patrícia Raggi Abdallah, que defende que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) seja orientado a fazer o cálculo do PIB do mar.

O fato é que não existe nas contas nacionais brasileiras distinção entre indústrias marinhas e não marinhas, de tal forma que a economia do mar, ou PIB do Mar, como é chamado em alguns países, não é estimada (Carvalho, 2018). Nesse contexto, a partir dos estudos de Carvalho foi elaborado o conceito de Economia do Mar para Brasil como,

atividades econômicas que apresentam influência direta do mar, incluindo as atividades econômicas que não tem o mar como matéria-prima, mas, que são realizadas nas suas adjacências (Carvalho, 2018).

Neste sentido, é trazido por Carvalho (2018), que as atividades que integram a economia do mar brasileiro estão divididas em dois eixos: Dimensão Marinha e Adjacentes ao Mar. As atividades diretamente ligadas ao mar são aquelas desenvolvidas no território terrestre do município defrontante com o mar, ou então, no próprio mar, e que utilizam os insumos provenientes do mar e/ou ofertam produtos que podem ser utilizados no mar. Já as atividades desenvolvidas no interior dos municípios litorâneos que não possuem relação de uso de insumo proveniente do mar ou oferta de produtos para utilização no mar são

classificadas como *Adjacentes ao Mar*.

A “Década dos Oceanos”, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o período de 2021-2030 amplia o foco na exploração sustentável de recursos marinhos, ao constatar o despertar de interesses por esse ambiente. Nesse contexto, diferentes projetos que tratam da chamada Economia Azul vêm sendo elaborados internacionalmente. Neste mesmo sentido, o interesse em analisar e quantificar os efeitos da Economia do Mar vem crescendo na comunidade acadêmica, no que se refere ao seu aprimoramento e aproveitamento das informações (Barbosa Júnior, 2020).

É importante registrar que a contribuição do mar não se restringe apenas à economia, mas também a cultura e religiosidade. No que se refere a religiosidade, de acordo com Beirão, Marques e Ruschel (2020), o Brasil é o maior país católico do mundo e o catolicismo, com seus rituais como o batismo e romarias náuticas, festas e religiosidade popular, tem fortes ligações com o mar, rios e lagos. Diversos são os santos que tem sua história ligadas às águas, a exemplo da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, cuja imagem medindo 40 centímetros (cm) de altura foi trazida do fundo do rio Paraíba do Sul em duas partes por uma rede de pescadores, em outubro de 1717, precedendo o que seria um dia miraculoso de farta pescaria.

Em Salvador, em particular, o mar é cenário de muitas outras festas religiosas populares, que envolve o catolicismo e também as religiões de matriz africana. A Festa de Iemanjá, mãe das águas, realizada em praticamente todos os estados brasileiros que têm litoral, no dia 2 de fevereiro de cada ano e a procissão marítima de Bom Jesus dos Navegantes, uma das mais tradicionais festas religiosas da Bahia, no Nordeste do Brasil, é realizado o transporte de três imagens distintas: Bom Jesus dos Navegantes, Nossa Senhora da Boa Viagem e Nossa Senhora da Conceição da Praia. Essa procissão é realizada no dia 1º de cada ano. Em 29 de junho, é comemorado o dia de São Pedro, festa celebrada em vários lugares do litoral brasileiro, a exemplo do litoral do Rio de Janeiro que festeja há 115 anos (Beirão, Marques e Ruschel, 2020). Existem também as lendas voltadas às águas, como a lenda do Boitatá, a lenda da Boiuna ou Cobra-Grande, lenda da Iara ou mãe-d’água e a lenda da vitória-régia.

Nos quesitos música e poesia, o mar também é muito lembrado, a exemplo da marujada, expressão cultural vinda de Portugal e adaptada culturalmente ao Brasil, traz música e dança na sua expressão; o samba marca registrada do Brasil. Nas músicas e poesias o mar está presente nas composições de Dorival Caymmi, Vinicius de Moraes, Roberto

Menescal e João Marcelo Bôscoli, Tim Maia e Tom Jobim, e o tema das “Praias sem fim”, de Tom Jobim, na conhecida canção “Samba do avião”. Na literatura está presente nas obras de Jorge Amado; nas artes plásticas de Carybé, Di Cavalcanti, Oswaldo Goeldi e Raimundo Cela (Beirão, Marques e Ruschel, 2020).

Portanto, o mar é economia, emprego, alimento, meio ambiente, cultura, religiosidade, música, poesia e literatura; interagindo e dialogando com o território, com a comunidade, com o labor, o fazer das pessoas em seu cotidiano. É nesta perspectiva que será elaborado um modelo de ementa e programa de formação profissional, que transitará sobre a qualificação profissional com vista a organização dos trabalhadores, ao cuidado com o meio ambiente, ao desenvolvimento territorial, sem esquecer de considerar as características, valores e saberes locais.

3.1 Pesca Artesanal

Segundo Silva (2013, p. 28) a pesca artesanal se caracteriza como uma atividade produtiva simples e primitiva, porém ao longo dos anos obteve notoriedade perante o cenário econômico brasileiro, deixando de ser pesca de subsistência e iniciando sua participação nas estratégias políticas de crescimento e desenvolvimento social e econômico, local, municipal, estadual e/ou nacional.

É importante lembrar que tempos atrás a pesca artesanal utilizava instrumentos com menor complexidade, realizando assim um trabalho mais sensível, próprio de cada um, ou seja, a arte da pesca que tinha os saberes repassados por seus antepassados. Com o decorrer dos anos a pesca artesanal passou por transformações e adaptações para aumentar sua produtividade, por meio do manuseio de equipamentos que possibilitam a pescaria em maior volume, para que assim não sejam “atropelados” por aqueles que realizam a pesca industrial.

Diegues (1983), Maldonado (1994) e Ramalho e Melo (2016) trazem em seu trabalho que a pesca artesanal é classificada como uma atividade tradicional, inclusive citam um conjunto de estudiosos que coadunam que a pesca artesanal tem uma dependência direta dos recursos naturais para sua existência material e imaterial; utilizando de técnicas e tecnologias de trabalho ancestrais e artesanais; com um modo de vida baseado na oralidade e nas formas de transmissão de saberes e fazeres em que os mais velhos ocupam papel importante; a força de trabalho apoia-se nos laços familiares e/ou de compadrio; a produção é destinada ao consumo doméstico e ao comércio, etc.; e o mestre de pesca é o transmissor de um modo de trabalho e vida típicos da pesca artesanal.

Para Diegues (1983) *apud* Escurra (2013) “pescadores artesanais se identificam como um grupo possuidor de uma profissão, entendida como o domínio de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. O fato de ter a carteira de pescador profissional concretizar o sentimento de pertencimento. A liberdade de trabalho para esses trabalhadores está relacionada ao conhecimento adquirido ao longo de anos de experiência e de saberes passados através de gerações. O autor distingue o “saber-fazer” de “sabedoria”, que não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas quando e onde utilizá-lo”.

Segundo a Secretária da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (2023) a pesca é uma atividade comercial realizada por pescadores que utilizam embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos (petrechos) sem nenhuma sofisticação além de insumos utilizados adquiridos nos comércios locais. Na grande maioria de forma autônoma ou de regime de economia familiar, podendo ser realizada também em parceria.

As embarcações, predominantemente são de pequeno porte, não sendo, necessariamente, um meio de produção, mas de deslocamento, em função de que boa parte dos pescadores não são proprietários das embarcações, pagando a utilização com parte de sua produção, se assemelhando à renda da terra paga pelo agricultor meeiro (IBAMA, 2003).

Considerando a arte da profissão, ambas as instituições relatam que os conhecimentos e saberes são transmitidos pelos familiares, membros mais antigos da comunidade, ou pela interação com os companheiros de pescaria.

A pesca artesanal no Brasil e no estado da Bahia é tradicional em sua essência. O uso do peixe como alimento vem sendo utilizado desde as comunidades mais antigas, bem como os colonizadores quando aqui chegaram às terras brasileiras. Os povos indígenas tinham desenvolvidas técnicas para pesca e novas alternativas foram assimiladas com a chegada dos europeus (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020).

Os chamados pesqueiros reais eram áreas com farta produção de pescados, essas áreas eram demarcadas pelas autoridades e os índios eram obrigados a pescar para alimentar os militares, religiosos e funcionários da Fazenda Real (Ferreira e Guzmán, 2012 *apud* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020).

Segundo levantamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2020) com a chegada dos homens e mulheres negros na condição de escravizados, precisando se sustentar e sem condições alguma para isso, viram como alternativa a utilização da pesca, passaram assim, a pescar na costa, nos mangues e rios, garantindo assim sua

alimentação e alimentando também seus senhores. O contexto histórico do Brasil colônia demonstra que os pescadores fazem parte da história dos grupos sociais oprimidos pela sociedade colonial.

Ao historizar como se deu o desenvolvimento da pesca artesanal, pode-se entender o porquê até os dias de hoje, os pescadores artesanais ocupam uma posição inferiorizada na sociedade. Os pescadores artesanais fazem parte de uma classe que, desde a sua origem, é composta por indivíduos que desenvolveram as primeiras técnicas de pesca - os indígenas, e posteriormente os negros escravizados - e que desde sempre tiveram sua força de trabalho explorada pela classe economicamente e politicamente dominante.

É importante considerar que com o tempo, os pescadores artesanais foram se fortalecendo, sendo que hoje contam com as colônias, associações, cooperativas, possuem um marco legal que os regulamenta, tem direito de acesso a determinados programas sociais e políticas públicas. Contudo ainda tem sua força de trabalho explorada pelos grandes proprietários de embarcações, os chamados atravessadores, que não pagam um preço justo pelo seu pescado.

3.1.1 A Pesca Artesanal no Brasil e na Bahia

Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária, a pesca é a atividade comercial praticada ao longo de todo o litoral brasileiro, que se estende por mais de 8.500 km de Costa, apresentando, portanto, elevada importância social e econômica para enorme o contingente de trabalhadores nas regiões (BRASIL, 2023).

A produção de pescados no Brasil a partir da década de 1950 cresceu consideravelmente. Para isso, colaboraram o Programa para a Industrialização da Pesca – durante o governo de Juscelino Kubitschek - a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962, e o novo Código da Pesca de 1967 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020).

O Ministério da Pesca foi criado por meio da Lei n. 11.958 de junho de 2009, que alterou as Leis n. 7.853-89 e 10.683 - 2003, passando de Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca para Ministério da Pesca e Aquicultura, tendo como competência a execução de atividades e ações de fomento, desenvolvimento, apoio, pesquisa, dentre outras no setor pesqueiro (Brasil, 2009).

Em 02 de outubro de 2015 foi promulgada a Medida Provisória nº 696 que teve como propósito repassar para o Ministério do Desenvolvimento Agrário as competências pelas políticas para a pesca artesanal e a aquicultura familiar, com a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura (Brasil, 2015). A medida provisória fez parte do pacote fiscal, com o qual o governo esperava elevar a arrecadação federal no ano de 2016, diminuir gastos públicos e fazer economia com maior superávit primário, entretanto, representantes de pescadores viam com preocupação a extinção e alertaram para o colapso do setor com a extinção do ministério.

Segundo a justificação da medida provisória, tanto a pesca artesanal, como a aquicultura familiar mantêm estreita sinergia conceitual e prática com a agricultura familiar, se caracterizando como formas camponesas de organização, fato que levou o Governo na oportunidade avaliar que as atribuições institucionais desses segmentos seriam melhor desenvolvidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

No ano de 2023, com o Governo Lula o Ministério da Pesca e Aquicultura foi recriado, além do Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca (CONAPE), órgão consultivo do MPA e instância de discussão da sociedade sobre políticas públicas e o ordenamento pesqueiro nacional, iniciativas que favoreceram o retorno ao fortalecimento da pesca artesanal no país.

De acordo com Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA, 2003), no Brasil a pesca situa-se entre as quatro maiores fontes de proteína animal para o consumo humano no país. Adicionalmente, as últimas estimativas indicam que esta atividade é responsável pela geração de 800 mil empregos diretos, além de que o parque industrial é composto por cerca de 300 empresas relacionadas à captura e ao processamento e a frota nacional composta por cerca de 25.000 barcos, dos quais, aproximadamente, 2.000 formam a chamada frota industrial e o restante a frota artesanal ou da pesca de pequena escala.

Mesmo com os números apresentados as políticas nacionais demonstram que a atividade é pouco expressiva no contexto socioeconômico do país, contudo se fossem considerados a geração de empregos e fonte de alimentos para uma população significativa que vive no litoral e áreas ribeirinhas poderia ser uma alternativa para amenizar o problema público da fome, onde atualmente o país voltou a figurar a partir de 2015, obtendo agravamento ao longo da pandemia de Covid-19 no de 2020 (Agência Senado, 2022).

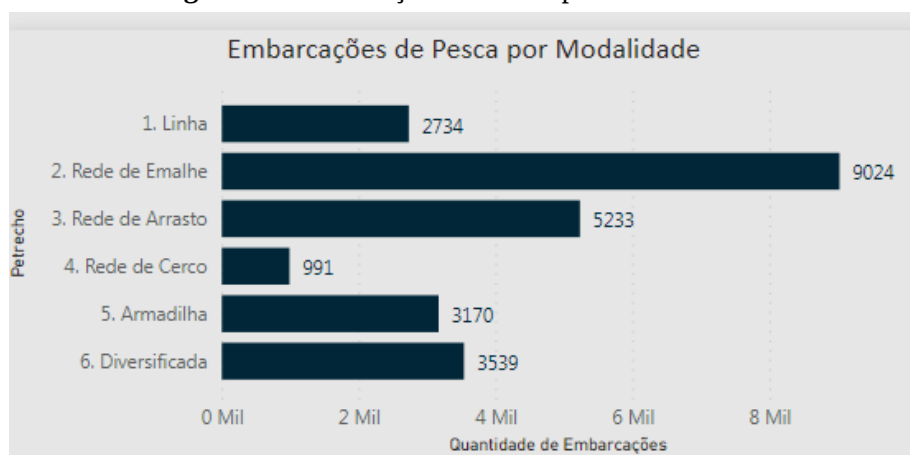
Já a Bahia tem um conhecido o potencial hídrico, tanto no que se refere aos ambientes marinhos, quanto em água doce (rios e lagos) e nos últimos seis anos, a pesca extrativa

no estado apresentou um crescimento de 16%, mas ainda há muito a crescer nesse setor (Governo do Estado da Bahia, 2019). Ainda segundo a Governo do Estado da Bahia (2019), a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda um consumo de pescado de pelo menos 12 kg/habitante/ano, contudo na Bahia, no ano de 2019, apresentou um consumo por habitante/ano de 9,47 kg, considerando que o estado importa uma grande quantidade do produto, pode-se constatar que existe um nicho de oportunidades nessa área, que merece estudos que possam balizar iniciativas públicas e privadas.

Traçar um perfil de atividades na cadeia de Pesca e Aquicultura é algo bastante difícil em razão da inexistência de dados estatísticos consolidados, o que inviabiliza a atuação do Estado na composição de políticas públicas capazes de impulsionar a produção de pescado no imenso potencial hídrico existente, tanto nos ambientes marinhos, como nos ambientes dulcícolas (Governo do Estado da Bahia, 2019).

De acordo com o Painel de Embarcações de Pesca registradas no Sistema Informatizado Registro de Pesca da Atividade Pesqueira (SISRGP) em 2023 o Estado da Bahia possui 24.691 mil embarcações de pesca, sendo que 23.815 são embarcações de pequeno porte, 815 de médio e 61 de grande porte. Dentre as embarcações, destacam-se as modalidades de rede de emalhe, com 9.024 mil embarcações e 3.539 na modalidade de rede de cerco, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 1 - Embarcações de Pesca por Modalidade



Fonte: SISRGP (2023).

Ainda segundo o SISRGP (2023) existem 69.906 pescadores registrados na Bahia, dentre eles 69.900 estão com as licenças ativas, 5 suspensa e 1 cancelada. Das licenças ativas, 24.800 são do sexo masculino, 34.324 do sexo feminino, sendo que 10.771 não declararam e 5 foram classificados como outros.

Considerando a categoria, 69.903 foram registrados como categoria artesanal e 1 como aprendiz, sendo que, 69.588 foram classificados como trabalho desembarcado (geralmente envolvidos em atividades de mariscagem, pesca com linha de mão, puçá, anzóis simples ou múltiplos empregados com caniço simples, carretilhas ou molinetes, espingarda de mergulho ou arbaletes, bomba de sucção manual para captura de iscas ou puçá-de-siri, com a utilização de isca natural ou artificial), 316 embarcados e 2 não informaram.

Já em Salvador, de acordo com o Sistema Informatizado do Registro de Pesca da Atividade Pesqueira, o município possui 4.250 pescadores com licenças ativas, dentre esses 1.324 são do sexo masculino e 2.908 do sexo feminino. Segundo a modalidade, 2.240 se classificam como desembarcados e 10 embarcados (SISRGP, 2023).

Ao se debruçar sobre a produção de pescados, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio das publicações anuais da Produção da Pecuária Municipal, nos últimos nove anos, informa que a produção de peixes cresceu significativamente no Brasil. A região Nordeste entre os anos de 2018 e 2021 obteve participação de 19,0%, 18,3%, 18,2% e 17,8% respectivamente, na produção pesqueira do país (IBGE, 2022).

Analisando o Estado da Bahia, segundo documento Evolução da Produção e Consumo de Pescados na Bahia (Governo do Estado da Bahia, 2014 – 2019) a pesca extrativista apresentou um crescimento de 6%, nos últimos entre os anos de 2014 e 2019, saindo de 85.290 toneladas para 101.770, demonstrando que existe uma tendência de aumento do pescado no estado.

Ainda segundo estudo do Governo do Estado da Bahia (2014-2019), o consumo de pescado no estado da Bahia se concentra no litoral e extensão do Rio São Francisco, tendo como estimativa de consumo aproximadamente 9,47 kg/habitantes/ano, considerando a faixa de consumo recomendada pela OMS, a população baiana deveria ter consumido 178.477 toneladas em 2019. O déficit identificado sinaliza espaço para elaboração de iniciativas de fomento para produção e consumo de pescado na Bahia.

Neste sentido, buscar maneiras de potencializar a produção e consumo de pescado no estado pode ser uma forma de desenvolvimento econômico de municípios e comunidades, que enfrentam os problemas na falta de renda e da fome. Contudo, é importante que as iniciativas nesse sentido estejam articuladas com a utilização sustentável do recurso da água, a preservação da vegetação, o combate à poluição, a proibição da pesca predatória, o combate ao aquecimento global, entre outros problemas.

Deparando-se com estes desafios se torna evidente a necessidade da qualificação e organização coletiva dos indivíduos envolvidos diretamente na produção de pescados, especialmente no sentido de produzir um modelo de desenvolvimento econômico para o mar baseado no cuidado do meio ambiente e na superação das profundas desigualdades que envolvem os interesses coletivos e privados que utilizam os recursos pesqueiros e que deságuam no mar.

São diversos os projetos do poder público voltados à valorização e iniciativas à regulação das atividades que envolvem a Economia do Mar, revelando um conjunto de possibilidades que envolvem tanto atividades voltadas ao turismo e esportes, como atividades produtivas e comerciais de pesca e mariscos. Entretanto, mesmo sendo a pesca uma atividade produtiva, no Estado da Bahia, a pesca é majoritariamente artesanal e/ou de subsistência e pouco investimento é empregado a pesca artesanal na atualidade (SEAGRI, 2023).

Partindo desse contexto mais geral, o foco deste trabalho está no estudo dos pescadores artesanais residentes em Salvador, em especial da Península Itapagipana, localizada na Baía de Todos os Santos. Segundo Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, a atividade náutica representa para a Baía de Todos os Santos uma relevante importância socioeconômica que remonta à formação histórica da cidade do Salvador, lembrando a época em que o sa-veiro era o principal meio de locomoção na baía, tendo sido responsável pelo abastecimento da capital e do Recôncavo do Estado (Bahia, 2010).

Assim, a qualificação dos pescadores artesanais não deve ser voltada para ensiná-los a pescar, pois, essa técnica eles, já possuem desde crianças através do legado dos seus pais. A necessidade desses trabalhadores é aprender a lidar com o ambiente em sua volta, novas tecnologias, formas de organização, direitos trabalhistas, previdenciários, além de políticos e organizativos.

3.2 Formas de Organização da Pesca

A Marinha do Brasil, preocupada com a segurança do litoral e dos grandes rios brasileiros, no período das guerras mundiais, resolver ordenar a vigilância do litoral e dos grandes rios brasileiros. Por entender que os pescadores são aqueles que conhecem o litoral e seus rios, o comandante Frederico Villar, em 1919 criou as Colônias de Pesca, dividindo o litoral em “Zonas de Pesca”, combinando distância e número de pescadores. Sendo assim, inicialmente as Colônias não foram criadas como Sindicatos, e sim apenas como associação de pessoas ligadas à pesca, visando à vigilância marítima (PROVÁRZEA/IBAMA, 2004).

Segundo a Cartilha Colônia de Pescadores as Colônias de Pesca foram inicialmente organizadas pelos militares que tinha propósito garantir a defesa costeira, deixando os interesses econômicos e sociais da categoria de pescadores em segundo plano. Em 1923 foi criado o primeiro Estatuto para as Colônias de Pesca, em forma de aviso pela Marinha. Tais colônias eram controladas pelo governo federal e tinham como presidentes pessoas indicadas por líderes políticos ou oficiais do Governo. Compostas por pessoas ligadas a pesca, desde proprietários de embarcações, donos de frigoríficos, comerciantes de petrechos de pesca, funcionários públicos, pescadores armadores e pescadores artesanais, as Colônias abrigavam interesses diversos e até mesmo opostos (PROVÁRZEA/IBAMA, 2004).

Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil iniciando assim, um processo de organização e fortalecimento dos pescadores, por meio das colônias, federações e confederações e, corroborando com esse processo de organização foi instituído o decreto-lei nº 794 de 1938, que aprovou o Código de Pesca do ordenamento das associações de classe dos pescadores, passando a serem denominadas oficialmente como Colônias de Pescadores (BRASIL, 1938).

A estrutura do sistema sindical dos pescadores artesanais tem como categoria inicial as colônias de pescadores que reúnem pessoas físicas que representam a si mesmas. As federações ocupam a segunda categoria na estrutura e integram as colônias de pescadores, classificando-se como pessoas jurídicas que representam os pescadores de sua base territorial. Por fim, as confederações, ocupam a terceira categoria que reúne a federações que representam as colônias de pescadores (PROVÁRZEA/IBAMA, 2004).

Posteriormente novos marcos legais foram conquistados, a exemplo da Lei nº 11.699/08, que passa a reconhecer as colônias de pescadores, as federações estaduais e a confederação nacional dos pescadores nos órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca (Brasil, 2008).

Os pescadores artesanais travam uma luta classista diariamente ao lutarem por sua permanência e liberdade de trabalho. Porém, devido a dificuldades econômicas para adquirir ou manter suas embarcações ou até mesmo os instrumentos de pesca, passam a prestar serviços a indivíduos proprietários de embarcações, transformando assim seus saberes em forma de obtenção de um salário, o que enfraquece a sua participação no processo produtivo, cedendo espaço à pressão capitalista do sistema econômico atual.

Ao fazer uma correlação entre a luta dos pescadores pelo seu espaço e meios de trabalho Silva (2013) faz uma correlação com a teoria estudada por Karl Marx (1818 – 1883)

onde aborda que a apropriação dos instrumentos de trabalho pelo proletário capitalista, descaracteriza os trabalhadores, fato este que vem ocorrendo com os pescadores artesanais.

Assim os pescadores artesanais necessitam de representação, papel exercido pelas colônias de pesca, associações, cooperativas e também pelo Conselho Pastoral dos Pescadores², pastoral social ligada à Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), composto por agentes pastorais, leigos, religiosos e padres comprometidos com pescadores e pescadoras artesanais na construção de uma sociedade justa e solidária (Conselho Pastoral dos Pescadores, 2020).

3.2.1 Entidades Representativas dos Pescadores Artesanais

Segundo Silva (2013), em seu levantamento, entre 1919 a 1923 foram fundadas 800 colônias de pescadores no Brasil. Esse número de colônias e também de outras instituições ligadas aos pescadores foi amentando no país com o decorrer do tempo. Silva (2013) aponta que em 2009, o Brasil possuía 870 colônias, 759 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas atendendo 730 mil pescadores ou marisqueiras. Em 2011, essa quantidade de pescadores (as) registrados (as) passou para 970 mil, desse total 957 mil são pescadores (as) artesanais. Do quantitativo levantado de instituições representativas, o estado da Bahia possui 89 colônias, 184 associações, 16 sindicatos e 6 cooperativas.

O surgimento das associações, sindicatos e cooperativas se dá em razão das colônias de pesca possuírem certas fragilidades, até mesmo terem como presidentes pessoas que não são pescadores, inclusive possuírem outras ocupações e com isso não atuarem de forma plena como representantes da classe.

De acordo com Silva (2013) à filiação a uma colônia de pesca deixou de ser requisito para obtenção do registro de pesca e, tal fator contribuiu para o crescimento e fortalecimento de associações locais e cooperativas, que passaram a discutir as pautas de trabalho aliadas as pautas de melhorias da comunidade.

Com as dificuldades enfrentadas para armazenamento, beneficiamento e comercialização do pescado, além da exploração por parte dos atravessadores na venda dos produtos, estas organizações constituem-se na perspectiva de unir os pescadores visando obter preços justos e venda direta aos clientes. Com a organização dos pescadores em cooperativas os pes-

² Em Salvador, o CCP está situado na Travessa do Porto do Bomfim, 04, no bairro da Ribeira e atende os pescadores de Salvador e Região Metropolitana.

cadores artesanais podem juntos, se beneficiar de uma infraestrutura mínima de peixaria, equipamento que garante a conservação do pescado, além de melhorar as condições de negociações nas vendas dos produtos.

4 METODOLOGIA

De acordo com Bunchaft e Gondim (2004) existem duas principais abordagens na produção de conhecimento científico nas ciências sociais: a primeira é a nomotética ou quantitativa e a segunda denomina-se como hermenêutica ou qualitativa. A abordagem quantitativa tem como foco a mensuração e tratamento estatístico das variáveis como meios para a construção do conhecimento válido. Já a abordagem qualitativa, o enfoque, está na compreensão de um contexto particular, respaldado na interpretação, na busca de significado, na subjetividade e na intersubjetividade.

É importante acrescentar que as duas abordagens utilizam diferentes ferramentas de pesquisa, dentre elas existem o grupo focal, ferramenta de pesquisa que coleta dados através da interação do grupo acerca de um tópico proposto por um pesquisador. Nesse método o papel do moderador é de fundamental importância, pois cabe a ele conduzir a discussão entre os participantes, lidando com as discordâncias e consenso, sem deixar de observar e analisar o grupo (Morgan, 1996 *apud* Souza, 2020).

Ainda segundo Souza (2020) sob a luz de Morgan (1996), a interpretação da experiência da pesquisa e seu significado pode ser também mensurada pelo uso de diferentes técnicas, tais como: entrevistas narrativas, episódicas, grupais, individuais, história de vida, observação participante, etnografia e pesquisa documental. Especificamente nesta pesquisa foram utilizadas uma combinação de técnicas, sendo a pesquisa documental quando se refere ao levantamento de dados e informações, as entrevistas individuais, a aplicação de questionários *on-line*, a observação participante no encontro de pescadores, e por fim a realização de grupo focal.

A busca de dados e informações para elaboração da pesquisa passou pela análise e exploração dos dados registrados no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira do Ministério da Agricultura e Pecuária, que demonstra em seu painel que existem aproximadamente 69.906 mil pescadores cadastrados, com licenças ativas no estado da Bahia (Brasil, 2023).

Se tratando especificamente do município de Salvador foi possível identificar 4.250 pescadores registrados, com licenças ativas. Os dados apresentados foram extraídos em fevereiro/23, contudo em julho/23 a página eletrônica que hospeda os dados de cadastramento e recadastramento passou a emitir uma informação de “conteúdo restrito”, fato que impossibilitou um novo confronto dos dados. Durante a elaboração da pesquisa foram

encontradas inúmeras dificuldades para obtenção de dados de quantitativos de cadastramento e recadastramento de pescadores, além da inteira indisponibilidade de dados segregados, a exemplo de idade, escolaridade, renda, entre outros.

Silva (2013) corrobora com a informação de dificuldade de acesso a informações, quando evidencia em sua pesquisa a falta de registros fidedignos de pescadores atuantes em Salvador e a quantidade dos cadastrados em colônias, associações, cooperativas ou sindicato e nem dados socioeconômicos desses pescadores. Tais informações não estavam contidas na base de dados do Registro Geral de Pesca (RGP).

Em razão dessa falta de informações, foi elaborado pela pesquisadora um questionário para aplicação a integrantes da Cooperativa COPESBAS que se disponibilizaram a participar de um grupo focal realizado com o intuito de identificar, por meio de suas respostas, suas percepções de quantidade, oferta e condução dos cursos de qualificação profissional já disponibilizados, além de demonstrar o perfil socioeconômico dos (as) pescadores (as) entrevistados (as).

Considerando a dificuldade na obtenção de dados para construção dessa pesquisa, tornou-se necessária a combinação de diferentes métodos, como a pesquisa documental por meio de documentos e publicações de órgãos públicos, levantamento de literatura relacionada ao tema da economia do mar, pesquisas em sites de notícias, combinados com a entrevistas a dirigente de colônia de pesca, líderes da Pastoral da Pesca, gestores da SETRE, pescadores da Ilha de Maré e do Recôncavo, com o objetivo de obter uma percepção em nível macro da pesca e entrevista com pescador e morador da Península de Itapagipe para entender o cenário local e específico objetivo da pesquisa.

Aliado as entrevistas, foram encaminhados questionários eletrônicos para instituições voltadas a qualificação no segmento da economia do mar. Visando fazer um paralelo e obtenção de novas formações, contatos foram realizados com duas instituições de Portugal, contudo as instituições não retornaram os questionários.

A combinação de procedimentos é nomeada por Souza (2020), a luz de Barbour (2009) como métodos mistos. Ao utilizar a combinação de métodos (Morgan, 1996 *apud* Souza, 2020) é proporcionado pela entrevista individual um aprofundamento, ao passo que o Grupo Focal amplia a discussão ou até mesmo se torna uma complementação de opiniões quando o mesmo entrevistado participa dos dois métodos. Na presente pesquisa foram utilizados os dois métodos, contudo, apenas um entrevistado individualmente também participou do grupo focal.

Encontrar um número satisfatório de pescadores moradores da Península de Itapagipe disponíveis para participarem de entrevistas individuais foi um obstáculo não superado, que resultou em um grande atraso na construção da pesquisa levando a utilização de outro método de pesquisa, neste caso o Grupo Focal (GF), o qual ocorreu em julho/2023 e contou com a participação de oito pescadores (as). Neste cenário o GF foi associado a outros métodos na perspectiva de obter a triangulação, ou seja, a avaliação de possibilidades para se chegar a conclusões similares ou complementares partindo de um único objeto de estudo. Comumente a técnica é utilizada levando em consideração a perspectiva metodológica do pesquisador em relação ao seu objetivo e pesquisa, com o nível de aprofundamento requerido e com o tipo de generalização a ser obtida (Bunchaft e Gondim, 2004).

Neste sentido foram utilizadas diferentes técnicas e instrumentos visando atender os objetivos propostos pela pesquisa, mas, sobretudo, buscou-se respeitar o modo de vida e horários dos pescadores, como no caso de entrevistas e conversas que ocorreram na pausa para o almoço e, em alguns casos, antes e após as reuniões e encontros dos pescadores. Essa experiência possibilitou entender na prática a necessidade de se pensar e planejar desde as conversas e períodos de formação (carga horária, períodos, turnos, dias) de maneira específica para atender o objetivo da formação e também a disponibilidade e costumes dos pescadores.

Sobre a pesquisa bibliográfica, foram acessados documentos oficiais de órgãos públicos, planilhas de controle da Coordenação de Qualificação Profissional, portal de dados estatísticos como IBGE e SEI, além do QUALISalvador que teve grande contribuição ao detalhar o perfil dos moradores da Península de Itapagipe, sendo que os dados levantados foram agrupados por bairros, sendo assim a caracterização da Península levou em consideração os 14 bairros que a compõem.

4.1 Procedimentos da Elaboração do Questionário

A elaboração do questionário teve como referência os questionamentos integrantes da dissertação da autora Silva (2013), que teve como proposta analisar a economia pesqueira artesanal no município de Salvador. Vale salientar que o questionário foi reformulado e adaptado com vistas a obter as informações necessárias para presente pesquisa.

A realização do teste do questionário foi realizada na reunião entre a representação da Pastoral dos Pescadores e um grupo de pescadores do Território Metropolitano de Salvador no bairro da Ribeira; na visita a um encontro de formação da

Pastoral e na entrevista com um pescador morador também da Ribeira e por fim, a entrevista com o presidente da colônia Z-2 de Itapagipe em julho do mesmo ano. Todas as reuniões e entrevistas realizadas serviram para aperfeiçoamento do questionário e para realização do grupo focal visando entender o desejo e necessidades no que se refere a um modelo de qualificação profissional voltado para pesca artesanal na Península de Itapagipe, além de tentar obter o perfil socioeconômico dos integrantes.

A primeira etapa se deu com a reunião com um dos representantes da Pastoral dos Pescadores em sua sede. Neste dia, oportunamente, um grupo formado por quatro pescadores residentes da Ilha de Maré e do Recôncavo tinham agendado uma conversa com o representante da Pastoral e, aproveitando o momento, nos juntamos para conversar a respeito dos desejos e necessidades que esses pescadores tinham a respeito da qualificação profissional, o citado encontro ocorreu em março/2023. Nesta conversa foram relatadas as dificuldades, insatisfação, preocupações com o futuro da pesca artesanal. Os pescadores desabafaram, que com o passar dos tempos, os seus direitos vêm sendo suprimidos, a pesca artesanal está perdendo seu espaço e vem sendo invisibilizada pela pesca profissional, pelas grandes construções como barragens, pontes, estaleiros para grandes embarcações, mineração, desmatamento, e entre outros fatores.

Os pescadores deixam claro que continuam firmes pela defesa de seus direitos, pois amam a arte de pesca, passada por seus pais, familiares e amigos próximos, que aprenderam desde cedo a trabalhar juntos, de maneira solidária, a compartilhar seu pescado se alimentando e alimentando seu próximo.

O segundo momento utilizado para escuta dos pescadores foi em um encontro organizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em maio/2023. Neste encontro estavam presentes pescadores de diferentes municípios do estado e teve como pauta a discussão e elaboração de um documento para apresentação aos órgãos públicos em diferentes esferas com propostas que visam orientar e estruturar uma política pesqueira que considere a diversidade e o papel socioambiental das comunidades pesqueiras.

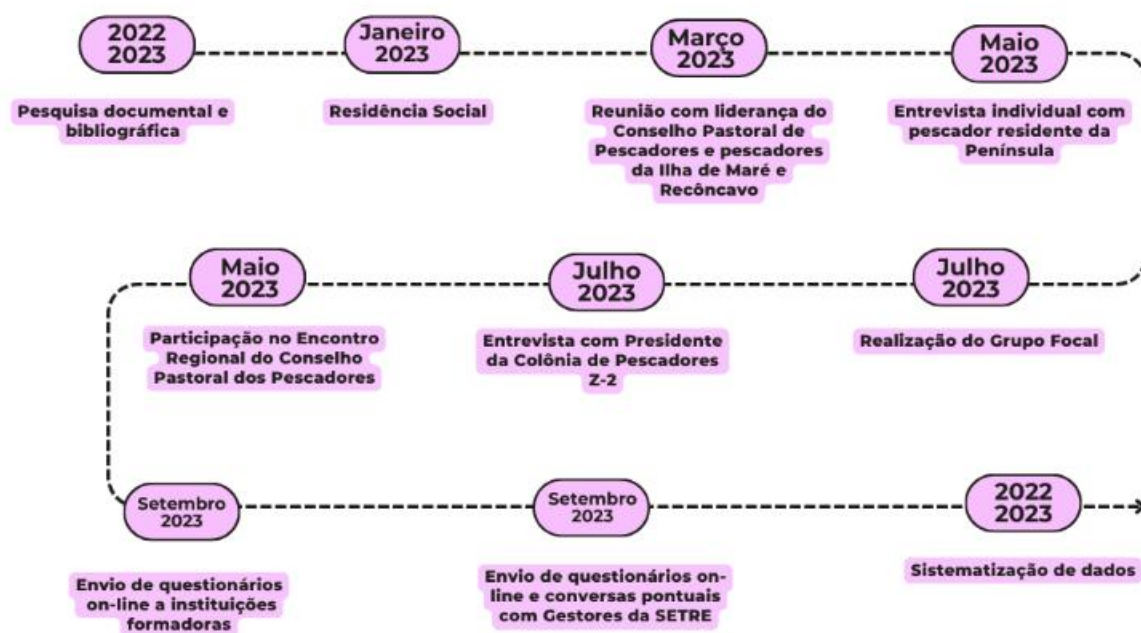
Foram realizadas inúmeras tentativas de contato com a Federação de Pescadores da Bahia (FEPESBA), que por fim, atendeu a um dos contatos feitos, contudo informou que não poderia contribuir com a pesquisa, informando a indisponibilidade de receber a pesquisadora em sua sede, além de informar que não tinha contatos e nem informações dos pescadores e apenas poderia contribuir passando o contato telefônico do presidente de uma das Colônias, porém este contato já era de conhecimento da pesquisadora.

A unidade do Ministério da Agricultura e Pecuária, localizado no Largo dos Aflitos, também foi acionada, sendo que uma técnica lotada na unidade, informou que a única forma de obter informações sobre do quantitativo de pescadores (as) registrados (as) no Estado da Bahia seria por meio do endereço eletrônico do órgão, que trata do cadastramento e recadastramento de pescadores profissionais, no que se refere ao quantitativo de embarcações registradas, a informação poderia ser acessada também via portal eletrônico na apresentação do Painel de Embarcações de Pesca, painel este conforme mencionado acima está indisponível. Vale destacar, que a página eletrônica do ministério não disponibiliza informações segregadas e nem sociais, sendo assim não foi possível identificar o quantitativo de pescadores residentes da Península de Itapagipe, nem o perfil socioeconômico desses trabalhadores.

Quanto à coleta de dados junto à SETRE foram enviados inicialmente questionários *on-line* visando dar celeridade as entrevistas posteriores, foram entrevistados os gestores da Coordenação de Qualificação Profissional, a Superintendência de Desenvolvimento para o Trabalho e a Chefia de Gabinete da Secretaria, totalizando o envio de três questionários, em setembro de 2023. Os questionários foram respondidos de maneira *on-line* e as respostas foram complementadas com a realização de conversas pontuais para um melhor entendimento da pesquisa e do assunto tratado.

Todo o processo de pesquisa contou com a participação de 60 pessoas, sendo que seis foram pescadores e presidente da colônia de pescadores, três foram gestores integrantes da SETRE, estes responderam questionários *on-line* e também participaram de conversas, o grupo focal contou com a participação de oito pescadores (as) e a participação do encontro realizado pelo Conselho Pastoral de Pescadores possibilitou escutar aproximadamente 40 pescadores. A pesquisa se deu durante dois anos, desde as pesquisas iniciais até as conversas, entrevistas e sistematização das informações coletadas, conforme demonstrado na linha do tempo a seguir:

Figura 2 – Linha do Tempo - Metodologia



Fonte: Elaboração própria (2023).

4.2 Residência Social: espaço de Desenvolvimento de Aspectos Metodológicos da Pesquisa

A Residência Social é um componente curricular do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e que se constituiu como espaço para a realização da pesquisa, especialmente, para a produção e validação dos instrumentos de pesquisa. Segundo Boullosa e Barreto (2010) a Residência Social objetiva proporcionar ao estudante um espaço para a aprendizagem prático-reflexiva, onde ele possa potencialmente integrar e aprimorar os conhecimentos desenvolvidos ao longo do curso, assim como correlacioná-los ao seu *background* cultural, profissional e pessoal.

O processo de residência social aconteceu no Instituto Redemar, a instituição tem como objetivo ser referência na luta pela saúde dos oceanos no Brasil e nos espaços marinhos onde atua, tem como pretensão despertar na sociedade o pertencimento e conhecimento do oceano, criando senso crítico para a importância de sua preservação para as vidas, entendendo o oceano como uma matriz alimentar, energética, de transportes e mecanismo regulador climático (Redemar Brasil, 2023).

A Residência Social foi realizada do dia 02 a 28 de janeiro de 2023, de maneira pre-

sencial, na Instituição Acolhedora Rede Viva Mar Vivo–REDEMAR, com carga horária total de 120h, sendo 6 horas/dia, de segunda a sexta-feira. Esse período possibilitou a aproximação com temas e abordagens voltadas a preservação do meio ambiente, a cultura oceânica, o desenvolvimento sustentável, a importância da reciclagem, entre outros, temáticas que dialogam com a proposta de qualificação alvo desta pesquisa, pois tratam do local de trabalho dos pescadores artesanais. Tais profissionais realmente são carentes de certos conhecimentos. Por meio das conversas, entrevistas e grupo focal foi possível identificar que uma parte dos pescadores se preocupam com a preservação e com o cuidado com o mar, contudo

a gente mesmo não cuida do mar, a gente isso quando a mãe pescadora joga a fralda descartável no mar, quando o pescador joga o sofá velho na beira do mar, quando tem aqueles que pescam com bomba. Não é só as empresas, somos nós também que não cuidamos do mar (Entrevistada – Pescadora 2).

É importante registrar que somado aos resíduos deixados diretamente nas praias existe os objetos plásticos que chegam pelos rios. As grandes bacias hidrográficas lançam grandes quantidades de resíduos plásticos e parte destes são devolvidos ao continente, ficando dispostos nas praias, costões rochosos, manguezais, dentre outros ecossistemas.

A Redemar Brasil em seu cotidiano dialoga com inúmeros pescadores, principalmente quando desenvolve ações públicas, a exemplo da campanha “O mar não está para plástico”, que na edição realizada durante a residência social foi executada em parceria com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, compondo o rol de atividades programadas para os festejos dos 100 anos da festa de Yemanjá. Esta iniciativa teve como propósito traduzir a luta pela saúde dos oceanos e a batalha travada pelo grande vilão da poluição no mar, os plásticos deixados na praia, esses resíduos acabam habitando os lugares mais esmos do Oceano (Redemar Brasil, 2023). Segundo o site da Redemar a produção de plástico vem aumentando e sua produção contribui para a morte e infecção dos animais. O Brasil está ocupando o quarto lugar na produção de plástico com 11,3 milhões de toneladas produzidas ao ano.

Foi possível observar nesta ação a aproximação de certos pescadores curiosos com a quantidade de lixo em geral e plásticos retirados do mar, alguns desses pescadores se justificavam informando que quando vão para o mar levam sacos para todo o lixo que produzirem durante a pescaria retornem com eles, outros diziam que vez ou outra trazem consigo alguns materiais plásticos, mas não dão conta de trazer tudo, apesar de apoiarem a ação, especificamente neste dia nenhum se juntou aos catadores para ajudar na limpeza da praia.

O processo de Residência Social também possibilitou o aprendizado prático no que se refere a Gestão Social, na convivência diária com uma sociedade civil, foi possível observar as habilidades para se desenvolver a gestão social, neste caso, o diálogo e a gestão participativa. Segundo Araújo (2014), gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder.

A experiência vivenciada na Residência Social corrobora com a definição do autor Araújo, quando possibilitou identificar na organização a necessidade de adaptação em suas relações com os diferentes parceiros, sejam eles órgãos públicos, organizações sociais, instituições internacionais e a comunidade local. Sendo que as relações nas diferentes esferas tinham o mesmo objetivo final que é transformação social, proteção ao meio ambiente e acima de tudo o bem comum.

O diálogo, a convivência participativa, a limitação financeira, a busca por parcerias é algo rotineiro dentro de uma organização social, fato esse que proporcionou uma experiência única no sentido acadêmico, profissional e pessoal no processo de residência social.

Considerando a elaboração da Tecnologia de Gestão Social (TGS) aqui proposta, a residência social possibilitou um olhar diferenciado para temas voltados ao meio ambiente, a cultura oceânica, o respeito com os seres marinhos, o uso discriminado de resíduos sólidos a base de plástico, a sustentabilidade, o desenvolvimento local, o uso de mecanismos e equipamentos tecnológicos para aprimorar a pesca artesanal e o fundamental a gestão participativa.

5 CARACTERIZAÇÃO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

O estado da Bahia tem como capital Salvador, cidade composta por 163 bairros, com perfis, costumes, histórias e condições diversas, tendo também aspectos e características do modo de vida rural entrelaçado no meio urbano. Desses bairros quatorze integram a Península de Itapagipe, são eles: Boa Viagem, Bonfim, Calçada, Caminho de Areia, Jardim Cruzeiro/Vila Ruy Barbosa, Lobato, Mangueira, Mares, Massaranduba, Monte Serrat, Ribeira, Roma, Santa Luzia e Uruguai.

A península reúne tradições e costumes muito próprios, a exemplo das festas populares, como a Lavagem do Senhor do Bonfim e a Procissão de Bom Jesus dos Navegantes, a religiosidade com a presença de várias igrejas, seus pontos turísticos, como Ponta do Humaitá, Igreja do Bomfim, Sorveteria da Ribeira, entre outros.

De acordo com Consuelo Pondé de Sena ao mencionar Theodoro Sampaio, a palavra Itapagipe deriva de itapé-gy-pe, que se traduz como ‘no rio da laje’ na língua dos Tupinambá, primeiros habitantes do local (Santos *et al.*, 2022, p. 365).

A Península de Itapagipe faz parte da bacia de drenagem natural de Itapagipe, localizada ao longo da Baía de Todos os Santos, de topografia suave e clima refrescante, possui uma área de 9,979km² e uma população de 159.050, com densidade demográfica de 15.936,87 hab/km² (Santos *et al.*, 2022).

Em meados do século XIX a Península de Itapagipe, foi uma das regiões de Salvador escolhida para abrigar unidades fabris da indústria têxtil, que no período possuía forte atuação na cidade. A escolha por Itapagipe se deu em razão da mesma estar isolada do continente, ser pouco habitada, ter superfícies planas e um porto abrigado na Baía de Todos os Santos e possibilidades de ligação com o resto do continente (Flexor e Schweizer, 2011).

Figura 3 – A Península de Itapagipe



Fonte: Santos *et al.* (2022).

Por essa razão, segundo Flexor e Schweizer (2011), a Península de Itapagipe foi o local de grande empregabilidade no segmento industrial, a exemplo das indústrias Fratelli Vita e a Companhia Empório Industrial do Norte, sendo a primeira fabricante de refrigerantes, vidros e cristais, e a segunda era voltada para o setor têxtil.

A Península também abrigou fábricas de cigarros, chocolates, óleo de mamona, tecidos, entre outras. Abrigar todas essas unidades fabris custou um preço alto a península, como o aumento da poluição, principalmente as praias, especialmente, devido à ausência de esgotamento sanitário, além da transformação do seu aspecto urbano e social exemplo da poluição nas praias e meio ambiente em geral, além da transformação de seu aspecto urbano e social (Santos *et al.*, 2022).

De acordo com Flexor e Schweizer (2011), a indústria em Itapagipe chegou a possuir uma zona destinada à sua operacionalização nos subdistritos de Mares, Penha e São Caetano, mas, foi desestabilizada por dois motivos que contribuíram para decadência da industrialização na área. O primeiro motivo foi em razão da implantação de novos polos industriais próximos a Salvador, a exemplo dos polos de Aratu e Camaçari; o segundo motivo se deu devido à pressão da comunidade para reparo dos efeitos negativos gerados pela poluição ambiental causada pelas fábricas. Os autores ainda trazem a consideração da Comissão de Articulação e Mobilização de Moradores da Península de Itapagipe (Rede CAMMPI), que destaca que

até os dias atuais a comunidade enfrenta os efeitos desse processo decadente industrial, expressos pelo desemprego, pela situação de pobreza da população, pela degradação ambiental que afeta principalmente a pesca e a pela falta de perspectiva quanto a novos processos de desenvolvimento (Flexor e Schweizer, 2011).

A Península guardou como efeitos do processo de industrialização que passou a ocupação desordenada, a precária infraestrutura de boa parte dos seus bairros e, sobre a questão ambiental, uma preocupação presente até os dias atuais, que é a pesca predatória, pois utiliza bombas e coloca em risco a vida pescadores, mata inúmeras espécies marinhas e abala as estruturas das casas e prédios locais, inclusive aquelas com valor histórico e cultural para península (Santos *et al.*, 2022).

O município de Salvador ao longo da sua história foi desenhando os perfis de seus bairros a partir das mudanças dos fluxos de capitais. Com a desindustrialização da cidade uma cidade antiga “envelhece” e surgem novos territórios e ocupações. Neste cenário a Cidade Baixa, o Subúrbio e o oeste do Miolo se caracterizam como áreas de moradia e trabalho para pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, voltada ao desenvolvimento de atividades informais e precárias, ainda que com grande vitalidade. Por outro lado, a chamada Área Urbana Consolidada, a região situada a leste do Miolo e a Orla Atlântica se definem como o local de moradia e trabalho dos segmentos com maiores faixas de renda (Santos *et al.*, 2022).

Visando evidenciar dados mais atuais sobre emprego/renda na Península de Itapagipe, foram acessados dados do QualiSalvador, que demonstram que 31% dos chefes de famílias recebem até R\$ 954,00 reais, evidenciando assim, a situação de pobreza enfrentada pela população, dado que corrobora com a afirmação da Rede CAMPPI quando afirma que uma das consequências advindas da desindustrialização da região é o aumento da pobreza (Flexor e Schweizer, 2011).

No que se refere a ocupação principal do Chefe da família nos quatorze bairros que fazem parte da Península Itapagipana, observa-se que 44,1% classificam sua ocupação como “Outros” e 2,3% como “Ocupações mal definidas”. Esses dois tipos de categorização totalizam 46,4%, informação que sinaliza que esses trabalhadores podem exercer ocupações não classificadas e categorizadas no Código Brasileiro de Ocupações (CBO), indicando assim, que podem estar inseridos no trabalho informal. O segmento de “Serviços” com 15,2%, somado ao denominado como “Outros” com 44,%, totalizam 59,3

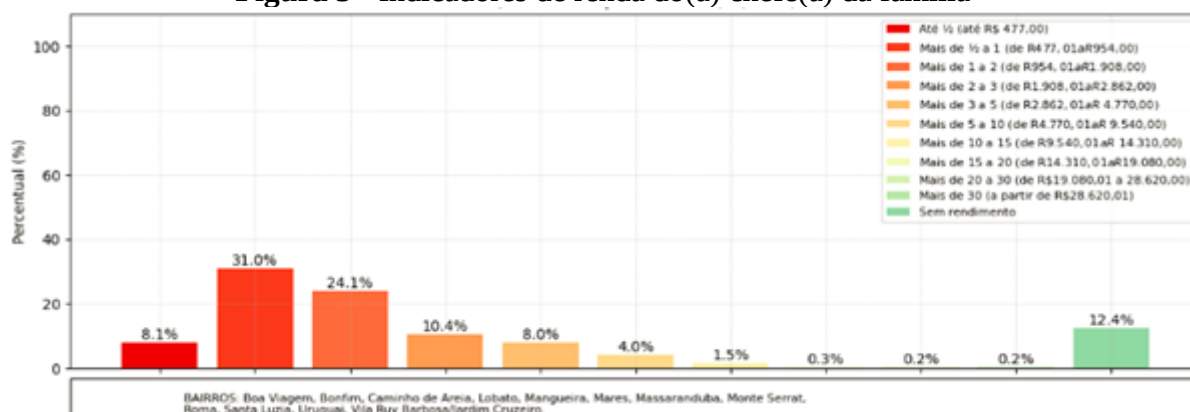
Figura 4 - Ocupação principal do Chefe de Família na Península de Itapagipe



Fonte: Santos *et al.* (2022).

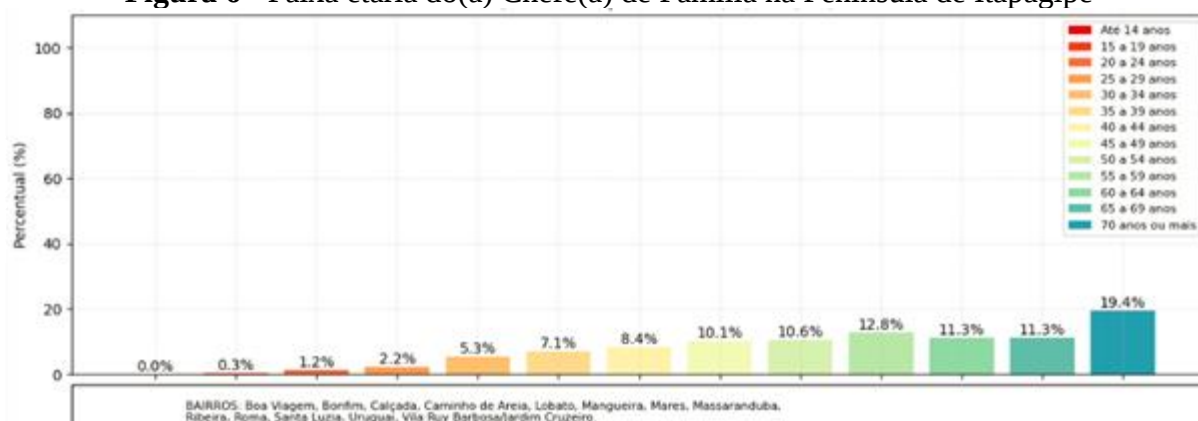
Em relação a renda, os dados obtidos pelo Santos *et al.* (2022) demonstram que 55,1% dos chefes(as) de família moradoras da Península de Itapagipe sobrevivem com a renda de meio a um salário mínimo, conforme figura abaixo:

Figura 5 - Indicadores de renda do(a) chefe(a) da família



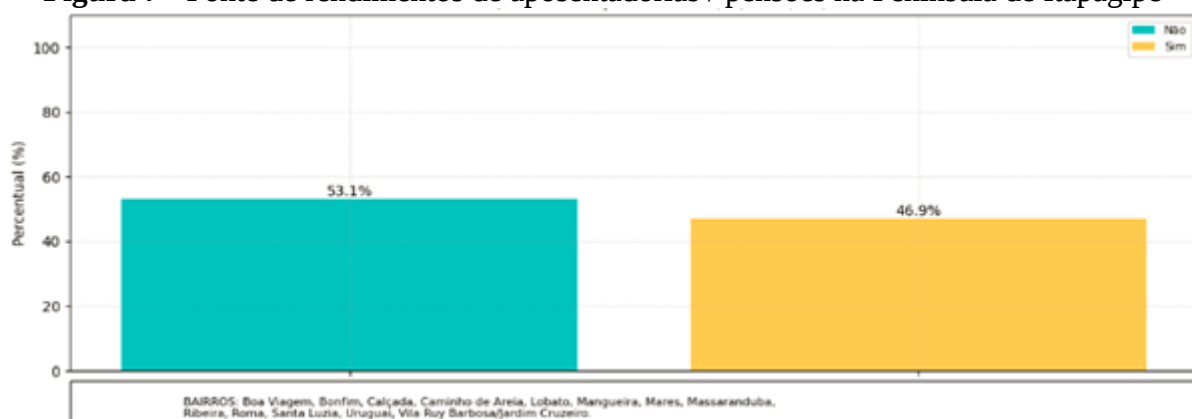
Fonte: Santos *et al.* (2022).

Os dados levantados demonstram que dos Chefes de família entrevistados, 19,4% possuem idade de 70 anos ou mais, faixa etária com maior percentual diante de todas as outras categorias. A informação pode sinalizar que diante a falta de emprego, os mais idosos passaram a sustentar suas famílias, por justamente serem os únicos a possuírem uma renda fixa.

Figura 6 - Faixa etária do(a) Chefe(a) de Família na Península de Itapagipe

Fonte: Santos *et al.* (2022).

Ainda analisando informações voltadas as ocupações e rendimentos dos residentes da Península de Itapagipe entrevistados por Santos *et al.* (2022), identificou-se que 46,9% dos respondentes declaram que sua fonte de rendimento é originária de aposentadorias / pensões. Esse dado se correlaciona com a categorização em relação a faixa etária, logo acima demonstrada, quando evidencia que os mais idosos também são a maior parcela daqueles que chefiam as famílias.

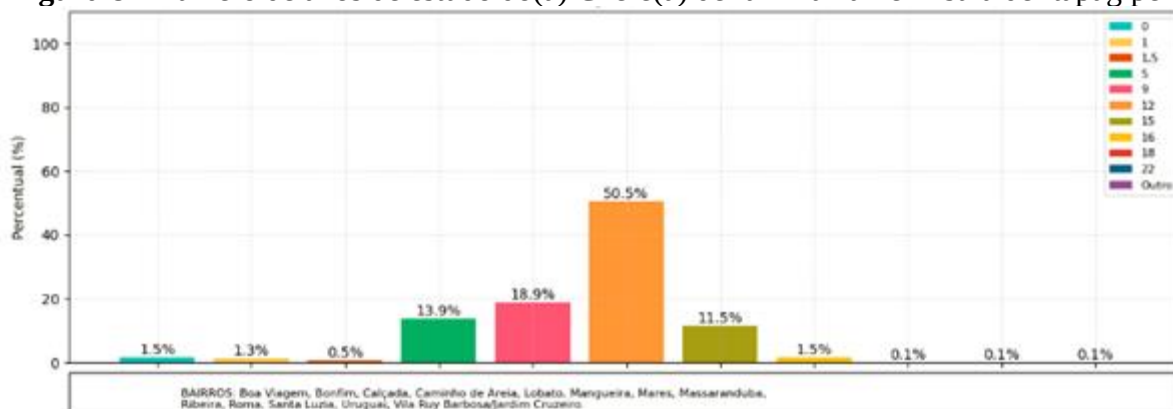
Figura 7 - Fonte de rendimentos de aposentadorias / pensões na Península de Itapagipe

Fonte: Santos *et al.* (2022).

Em relação ao quesito escolaridade, segundo dados de Santos *et al.* (2022), 50,5% dos entrevistados informaram que possuem até 12 anos de estudo, ou seja, cursaram até o nível médio. Considerando que a média de duração da formação superior são quatro anos, totalizando assim 16 anos de estudo, apenas 13% dos entrevistados concluíram o curso superior (soma dos percentuais dos entrevistados com 15 e 16 anos de estudo respectivamente). A análise dos dados acima permite concluir que a maior parte da população

da Península de Itapagipe possuem a formação média, sendo muitas vezes reflexo da ocupação de vagas no mercado de trabalho com menor complexidade e de trabalhos mais rotineiros.

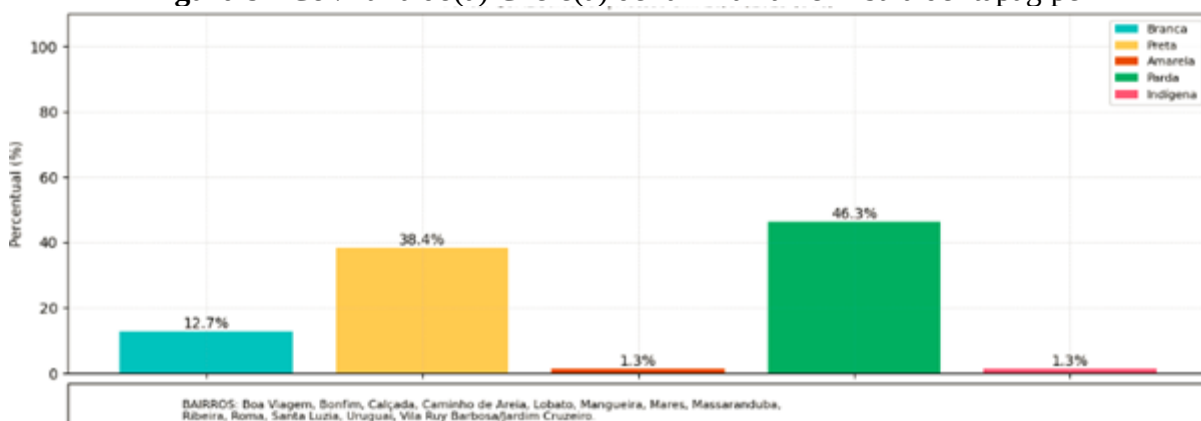
Figura 8 - Número de anos de estudo do(a) Chefe(a) de família na Península de Itapagipe



Fonte: Santos *et al.* (2022).

E relação à caracterização de cor/etnia foi identificado que a maior parte dos entrevistados se autodenominaram como negros ou pardos, com 38,4% e 46,3% respectivamente, totalizando 84,7%. O levantamento realizado por Santos *et al.* (2022) também considerou o sexo da população entrevistada, que com o recorte dos quatorze bairros que integram a península, tem em sua maioria famílias chefiadas por mulheres, alcançando 61,8% dos chefes de famílias entrevistados.

Figura 9 - Cor/Etnia do(a) Chefe(a) de família na Península de Itapagipe



Fonte: Santos *et al.* (2022).

Após todo o recorte feito da Península de Itapagipe, é possível identificar uma península pobre, formada por indivíduos que, em sua maior parte, tem remuneração de meio a um salário, com ocupações mal definidas e precárias, além dos desempregados. Uma

península que também tem como chefes de famílias os idosos que em boa parte sustentam suas famílias com suas aposentadorias e pensões, com poucos anos de estudo, quase na totalidade de cor/etnia negra e de sexo feminino.

É nesse recorte que se encontram os pescadores e pescadoras alvo dessa pesquisa, que busca formatar um modelo de qualificação que possibilite uma alternativa de mudança na vida desses profissionais por meio de uma educação que valorize seus saberes natos, mas que oferte novas técnicas, estimule a participação social, associação e cooperação, desperte para busca dos seus direitos e formas de interação com o meio ambiente, respeitando os sinais que a natureza vem mostrando.

Portanto, a valorização e desenvolvimento da pesca artesanal pode contribuir com a economia do território, incentivar toda uma cadeia produtiva econômica voltada a pesca, como os restaurantes, fornecedores de utensílios e equipamentos de pesca, trabalhadores da manutenção e mecânica de embarcações, entre outros.

5.1 Políticas públicas de formação profissional

O Plano de Bairro para Itapagipe elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira (2021), traz como projetos estruturantes o incentivo as atividades náuticas e melhoramento do acesso a prática de atividades esportivas com a construção de rampas públicas, atracadores e guarderias para dar suporte às atividades náuticas de pequenas embarcações: canoas havaianas, remo tradicional, stand up paddle, wind surf, jet ski, natação e outros; criação de uma Escola do Mar, com cursos de formação profissional e treinamento para a prática de esportes náuticos; implantação de um centro de treinamento para a qualificação de mão de obra especializada em consertos e construção de embarcações; viabilização de entrepostos para armazenamento e venda de peixes e mariscos (a exemplo da Feira da Penha); melhoria dos acessos ao mar adaptados para pequenas embarcações pesqueiras e definição de espaços adequados para a recuperação e consertos de embarcações e outros equipamentos náuticos.

Já para o quesito formação e aperfeiçoamento para o trabalho, o plano traz como proposta a implantação de programa de formação e capacitação para trabalhadores e empreendedores do mercado formal e informal, além da implementação de alternativas para aperfeiçoamento e estímulo o turismo náutico, com a criação de roteiros de visitaçaõ subaquática, especialmente nos restos de naufrágios nas imediações da praia da Boa Viagem, implantação de estruturas de apoio ao turismo subaquático, com centros de expografia

especializada, lojas para venda ou locação de equipamentos de mergulho e de souvenirs, serviços de apoio à visitação, entre outro, implantação de um Circuito Náutico Turístico, implantação de terminais marítimos na Ribeira e Humaitá, integrados a outros terminais na Feira de São Joaquim, Rampa Mercado Modelo e Gamboa e requalificação das áreas de entorno dos pontos de atracação do Circuito Náutico Turístico em Itapagipe.

Em relação ao Governo do Estado da Bahia, as iniciativas voltadas à economia do mar encontram-se apresentada no plano de execução do Programa Nacional de Desenvolvimento Turismo (Prodetur Nacional Bahia). De acordo com documento produzido pelo Programa, a atividade náutica do Estado da Bahia concentra-se na Baía de Todos os Santos (BTS), visto que nessa região são realizados os principais eventos náuticos. É ali também que se concentra a grande maioria das vagas para atracação e as marinas de melhor qualidade, com localização geográfica estratégica (Bahia, 2010).

A BTS já possui infraestrutura para recepção de atividades náuticas e, segundo informações do Programa, se ampliada em proporções graduais, será capaz de atender à crescente demanda internacional do turismo náutico para o Brasil. Por outro lado, os indicadores sociais da BTS mostram baixos níveis de emprego sendo o turismo uma alternativa de geração postos de trabalho, exigindo, no entanto, a articulação dos órgãos governamentais (Bahia, 2010).

É necessário que o Estado atue em um dos maiores gargalos, neste caso a capacitação para os trabalhadores que atuam no segmento, especificamente os trabalhadores que integram a pesca artesanal. Em seu documento o Prodetur Nacional sugere a implantação de escolas de formação tanto pelo ente público, quanto com parcerias com o setor privado, dialogando assim, com o objetivo ou através do incentivo ao setor privado para sua implantação (Bahia, 2010). Tal sugestão traz à tona o objeto principal desta dissertação que trata de qualificação profissional, ressaltando a lacuna do Programa sobre a qualificação dos pescadores artesanais.

Conforme o Programa Nacional de Desenvolvimento Turismo, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia realizou uma pesquisa e constatou que 80% dos proprietários de barcos em Salvador estão insatisfeitos com a qualificação técnica dos seus marinheiros, fato que justifica a preocupação e investimento em ações de formação para as atividades ligadas a economia do mar. Uma gama de outras modalidades podem ser também qualificadas e ofertadas a sociedade, a exemplo criação de alevinos, aluguel de embarcações, barcos, pesca esportiva em alto mar, mergulho, entre outras (Bahia, 2010).

Nesse contexto, além das ações que enfocam o turismo como alternativa de desenvolvimento econômico, ainda em relação às ações do Governo do Estado da Bahia, existem iniciativas voltadas para o desenvolvimento da atividade da pesca. A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) disponibiliza equipamentos como freezers, kits pesqueiros, rede de pesca, luvas e coletes, kits de proteção individual, acessórios para as embarcações, entre outros, investindo na melhoria das condições de trabalho desses indivíduos (Bahia, 2023).

Já a Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (SEAGRI), promove qualificação e requalificação de mão-de-obra com cursos de curta duração para repasse de tecnologias, captura e implantação de módulos de capacitação em cultivo e tem como finalidade fomentar a aquicultura e a pesca, mediante a implantação de projetos sustentáveis observando a natureza econômica, social, ambiental e cultural. O órgão também desenvolve iniciativas voltadas para atração de investimentos, desenvolvimento científico, tecnológico, criação de pólos produtores e fortalecimento das cadeias produtivas (SEAGRI, 2023).

Em meados de 2022, a Bahia Pesca ofertou capacitação para Técnica de pesca com espinhel para pescadores das colônias da Z-2, na Península de Itapagipe, e Z-8 localizada no município de Vera Cruz (SEAGRI, 2023). Nos anos anteriores promoveu cursos de Receitas rápidas de pescado para as mulheres marisqueiras, com o objetivo de preparar as profissionais para que possam obter uma renda extra com a gastronomia e o curso de Tecnologia de pesca, com vista a ensinar aos pescadores a utilização de ferramentas e equipamentos para aumentar a eficiência da atividade pesqueira quando estiverem embarcados.

Foi utilizado pela Bahia Pesca o seu canal no YouTube para realização de um curso *on-line* de Associativismo e organizações sociais, para disponibilização de conteúdos voltados a criação de uma organização social, direitos e deveres das associações e de seus associados, melhores práticas da área e questões legais relacionadas ao tema, e assim a Bahia Pesca vem capacitando pescadores e marisqueiras no decorrer de suas atividades (SEAGRI, 2023).

Em síntese, a pesca artesanal na Bahia e, especialmente, a BTS e a Península de Itapagipe possuem grande potencial, bastando aliar as potencialidades econômicas do território com seus valores e características locais. A região aqui estudada e o modelo de ementa e programa de formação profissional mantém grande correlação, o público-alvo da

presente pesquisa são pescadores artesanais, trabalhadores que desempenham uma ocupação na sua maior parte informal, de maneira simples e com renda baixa e a proposta de cursos se propõe a trabalhar uma formação profissional que envolva técnicas e maneiras que qualifiquem a pesca e outras ocupações estritamente ligadas a pesca, como a manutenção de embarcações, a costura de vela, entre outras.

5.1.1 Políticas públicas de qualificação profissional: as ações da Secretaria do trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE/Governo da Bahia

A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), foi criada por meio da Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966 com modificações (as mais recentes) por meio da Lei nº 13.204, de 11 de dezembro de 2014 e pelo Decreto nº 16.954 de 11 de agosto de 2016. A SETRE tem por finalidade planejar e executar as políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, executar e coordenar a Política Estadual de Economia Solidária, a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo e a Política Estadual de Esporte e Lazer, bem como as ações de prevenção, incentivo, promoção e divulgação do artesanato baiano (SETRE, 2016).

As políticas de qualificação profissional conduzida pela SETRE têm como diretriz os compromissos e iniciativas contidas no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Esses compromissos são estruturados de maneira regionalizada com os objetivos e metas da Administração Pública. O programa que ampara as iniciativas trabalhadas é o Programa Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho, que tem por iniciativas:

- a) Promover a qualificação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social SETRE;
- b) Promover a qualificação profissional de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e em situação de desemprego (SEPLAN, 2023).

Dentre as coordenações que compõem a sua estrutura, a SETRE conta a Coordenação de Qualificação Profissional (COQUAP), que tem como competência a elaboração, coordenação e acompanhamento da execução de programas e projetos de formação e certificação profissional, em articulação com organismos federais, estaduais, municipais e internacionais, bem como de projetos de inclusão sócio profissional; articulação com outros órgãos, entidades e instituições para realização de estudos e pesquisas, visando compatibilizar a oferta de cursos com as exigências do mercado de trabalho; identificação das

necessidades de qualificação profissional no Estado, visando subsidiar o planejamento de suas ações; identificação de fontes de recursos e instituições parceiras para o desenvolvimento de ações de qualificação e de programas e projetos especiais (SETRE, 2016).

Nos programas geridos pela COQUAP a Qualificação Social e Profissional (QSP) é definida como uma ação de educação profissional (formação inicial e continuada) de caráter incluyente, não compensatório e que contribui fortemente para a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho.

A COQUAP tem como principais programas de qualificação o **Programa Qualifica Bahia**, que tem por objetivo a formação social e profissional de trabalhadores e trabalhadoras na Bahia, além da preparação para o mundo do trabalho. Para tanto, o programa busca integrar a formação cidadã à prática profissional, aliando conceitos da convivência social à simulação das atividades laborais, com a utilização de metodologias específicas que possibilitem a aprendizagem de conhecimentos técnico-científicos (SETRE, 2016).

As ações do Programa Qualifica Bahia são executadas sob a premissa da “empregabilidade” que pressupõe ações de educação social e profissional envolvendo de forma integrada conteúdos aplicados à realidade local, às necessidades dos/das trabalhadores/as, ao desenvolvimento do território, ao mercado de trabalho e ao perfil da população a ser atendida.

O programa tem como objetivo atender a População Economicamente Ativa (PEA), acima de 16 anos em situação de vulnerabilidade social, tendo como público prioritário: trabalhadores/as sem ocupação cadastrado/as nas agências do Sinebahia³ e/ou beneficiários/as das demais políticas públicas de trabalho e renda, especialmente os beneficiários do Seguro-Desemprego; trabalhadores/as rurais e da pesca, incluídos nesse grupo, os agricultores familiares e outras formas de produção familiar, assentados ou em processo de assentamento, pescadores, piscicultores, populações tradicionais étnicas (quilombolas, indígenas, outras), trabalhadores em ocupações tradicionais (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, caiçaras, outras) e trabalhadores/as de áreas identificadas com altos índices de violência, definidas pelo estado como áreas de atuação do Programa Pacto Pela Vida⁴.

Já o **Programa Trilha**, também desenvolvido pela COQUAP, é voltado para

³ Serviço gratuito de intermediação para o trabalho, realizado pela SETRE em parceria com o Ministério do Trabalho e Previdência.

⁴ Programa de Estado criado pela Lei nº 12.357 de 26/09/2011 no âmbito do Sistema de Defesa Social – SDS, cujo objetivo principal é a promoção da paz social.

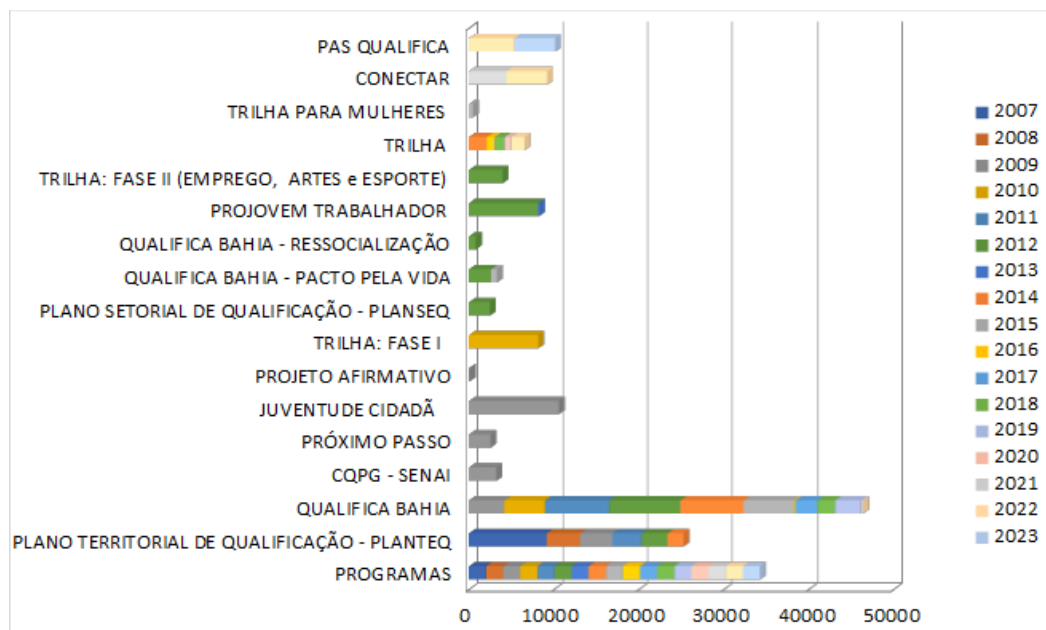
juventude e busca a inclusão social desse público, norteando-se por uma concepção de qualificação entendida como uma construção social. O Programa foi criado por meio do Decreto 11.262, de 21 de outubro de 2008, com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP) e prioriza a formação e a inserção de jovens de baixa renda em atividades produtivas, seja em postos formais de trabalho ou em atividades empreendedoras para geração de renda (Bahia, 2008).

O público beneficiário do programa é composto por jovens de 16 a 29 anos, em situação de vulnerabilidade social, pertencentes a famílias cadastradas no Programa Mais Bolsa Família, matriculados na rede pública de ensino, frequentando regularmente o ensino médio, ou cursos de educação de jovens e adultos (EJA Médio) ou que tenham concluído o ensino médio.

Somado aos programas de qualificação profissional de responsabilidade da Coordenação de Qualificação Profissional (COQUAP), a coordenação monitora e acompanha projetos oriundos do Fundo de Promoção do Trabalho Decente (FUNTRAD), que é uma ação da Agenda do Trabalho Decente.

A Agenda do Trabalho Decente é uma experiência inovadora da SETRE que amplia os compromissos assumidos pelo Governo Federal no âmbito hemisférico e nacional à esfera estadual. Trata-se de uma iniciativa pioneira de aproximar ainda mais a agenda de trabalho decente à realidade e às necessidades locais, em consulta com os principais atores envolvidos em cada um dos eixos temáticos selecionados (Palácio do Governo do Estado da Bahia, 2011). Partindo de um diagnóstico dos principais déficits de trabalho decente no estado, a Agenda tem como base quatro pilares constitutivos, são eles: o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho; a geração de mais e melhores empregos; a extensão da proteção social; e a promoção do diálogo social (SETRE, 2023).

Neste sentido, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte busca possibilitar com a execução de suas ações e projetos a inclusão dos indivíduos no mundo do trabalho de forma mais digna e respeitosa, ofertando qualificação profissional, aliada a um trabalho de conscientização de empregadores e trabalhadores no que refere as relações de trabalho, direitos e incentivo à prática do trabalho decente.

Figura 10 - Alunos certificados, Qualificação Social e Profissional (2007 – 2023)

Fonte: Adaptado de: (SETRE, 2023).

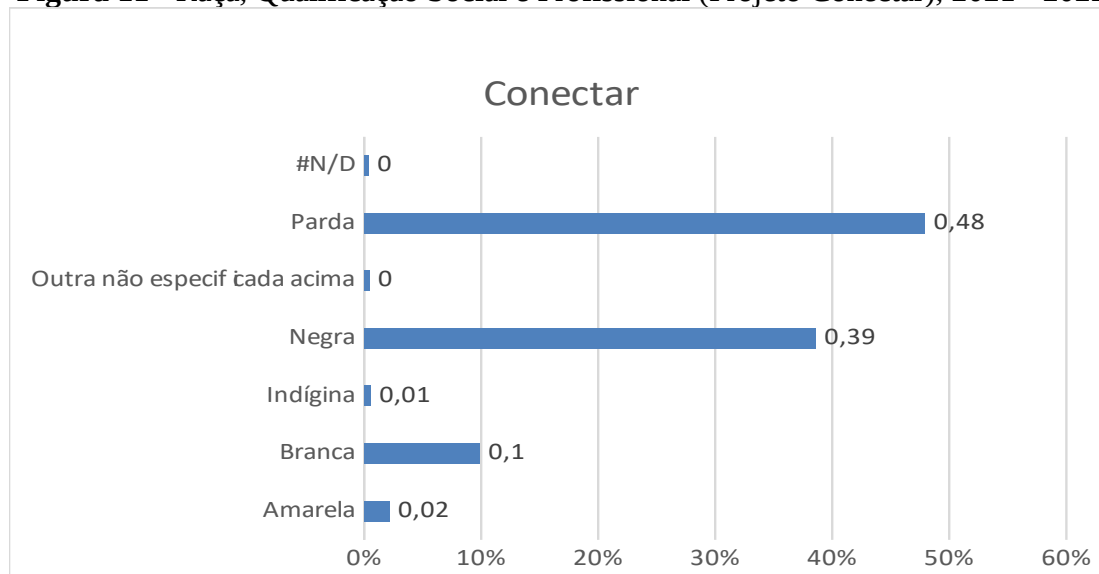
A figura acima evidencia a quantidade de alunos qualificados pelos programas de qualificação profissional Qualifica Bahia e Trilha, durante os anos de 2007 a 2023. Dentre as diferentes versões dos programas foram qualificados um total de 141.414 mil pessoas, sendo que o público adulto (PAS Qualifica, Planteq, SENAI, Qualifica Bahia, Próximo Passo, Projeto Afirmativo, Planseq, Qualifica Bahia – Pacto pela Vida e Qualifica Bahia – Ressocialização), envolveu 94.263 pessoas e as ações voltadas para juventude, envolveram 47.151 mil jovens (Juventude Cidadã, Projovem Trabalhador, Projeto Conectar, Trilha, Trilha Fase I, Trilha Fase II - Emprego, Artes e Esporte e Trilha para Mulheres) (Governo do Estado da Bahia, 2023).

Em atendimento a adoção de medidas protetivas pelo Estado da Bahia através do Decreto nº 19.529, publicado no Diário Oficial do Estado em 16 de março de 2020, que determinou a suspensão de eventos e aulas na modalidade presencial, não executou nenhum dos dois programas (Qualifica Bahia e Trilha), contudo neste mesmo ano foi elaborado o Projeto Conectar – Qualificação e Trabalho com o objetivo de atender aos trabalhadores desempregados e/ou em busca de aperfeiçoamento profissional que sofreram as consequências geradas pela crise sanitária oriunda da pandemia do Covid-19, na modalidade de ensino à distância (EaD) (Governo do Estado da Bahia, 2023).

O Projeto Conectar – Qualificação e Trabalho visou promover a capacitação de pessoas utilizando ferramentas de “ensino a distância”, proporcionando a atualização profissional direcionando essas pessoas a formas alternativas geradoras de renda, reinserção no mercado de trabalho e apoio na captação de crédito bancário, com o objetivo de prepará-los para a retomada das atividades econômicas.

Com a grande aceitação do público e também especificamente para atender a região Sul da Bahia que atingida por um grande temporal o projeto teve dois aditivos, alcançando no total de 9.228 jovens, passando a ser executado durante os anos de 2021 e 2022. O projeto atendeu na sua maioria pessoas do sexo feminino, sendo que no quesito raça/cor se declararam-se 48% pardos, 39% negros, 10% brancos, 2% amarelos e 1% indígena. No que tange a faixa etária a maior participação percentual está no grupo de 25 a 32 anos (31%) seguido de 33 a 41 anos (28%) e 42 a 50 anos (17%), conforme demonstrado nas figuras abaixo:

Figura 11 - Raça, Qualificação Social e Profissional (Projeto Conectar), 2021 - 2022



Fonte: Adaptado de: (SETRE, 2023).

Dentre os projetos viabilizados pelo Governo do Estado da Bahia (2023), entre os anos 2020 – 2021, seis foram direcionados para COQUAP, alcançando 1.165 beneficiários. Já para o ano de 2022, onze projetos estão voltados para ações de qualificação, beneficiando 3.505 pessoas, com investimento total de R\$ 4.820.893,18 (Quatro milhões, oitocentos e vinte mil, oitocentos e noventa e três reais e dezoito centavos).

5.1.1.2 Qualificação profissional voltada para pesca artesanal na Península de Itapagipe

Considerando as ações de qualificação social e profissional desenvolvidas pela SETRE (2023) no Estado da Bahia, foram realizadas oito turmas voltadas a pesca artesanal, nos cursos de piscicultura, capotaria náutica, carpintaria náutica, eletricista de instalações (embarcações), marcenaria náutica, mecânica náutica e pintura náutica, beneficiando 779 pessoas, com investimento de R\$ 1.665.140,00 (Um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil e cento e quarenta reais). O quadro abaixo demonstra as quantidades de beneficiários por cursos e programas:

Tabela 1 - Cursos ofertados voltados a pesca artesanal, Bahia, 2007 - 2023

CURSOS	TRI-LHA	PQB	PAS
PISCICULTURA	41	218	20
CAPOTARIA NÁUTICA	40	0	0
CARPINTARIA NÁUTICA	0	83	0
ELETRICISTA DE INSTALAÇÕES (EMBARCAÇÕES)	0	105	20
MARCENARIA NÁUTICA	40	0	0
MECÂNICA NÁUTICA	70	104	20
PINTURA NÁUTICA	18	0	0
TOTAL	209	510	60

Fonte: Adaptado de: (SETRE, 2023).

Dentre os cursos ofertados na Bahia, o município de Salvador abrigou sete tipos de cursos ligados a pesca artesanal, entre os anos 2007 e 2023 pelos Programa Qualifica Bahia e Trilha, o que resultou na qualificação de 244 pessoas, com investimento de R\$ 586.000,00 (quinhentos e oitenta e seis mil reais).

Especificamente na Península Itapagipana, foi identificada a execução do Programa Trilha em apenas 01 (um) tipo de curso ligado à pesca artesanal, com duas turmas voltadas para pintura náutica. Este curso beneficiou aproximadamente 40 jovens e para sua realização foram utilizados R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais).

A informação levantada demonstra que apesar da Coordenação de Qualificação Profissional possui um leque de cursos voltados para pesca artesanal, pouco foi investido no segmento, no município, e consequentemente na península. Apesar de ser uma localidade com potencial para atividade pesqueira, pôde-se perceber que tanto a esfera pública, quanto a

sociedade civil, neste caso, os pescadores itapagipanos, não dialogaram para implementação de mais ações.

No levantamento de ações de qualificação profissional desenvolvidas na península, foi possível identificar que a SETRE empreendeu mais recurso e esforços em outros segmentos na península, a exemplo da Cadeia Produtiva Têxtil que teve disponibilizadas 13 turmas de costura industrial, totalizando 60 vagas, durante o ano de 2017. A iniciativa contou com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (COQUAP, 2017).

Em 2023 foram qualificados 60 trabalhadores, pelo Programa Qualifica Bahia no curso de Costura industrial, realizado dentro do completo têxtil localizado no bairro do Uruguai e pactuado também neste ano um Termo de Cooperação com o Polo Têxtil para estreitar ações voltadas à expansão da cadeia têxtil.

Por meio do FUNTRAD o bairro do Uruguai também foi beneficiado com o Projeto Ponto de Partida I, por meio da Associação de Moradores Santa Luzia, organização da sociedade civil. O projeto beneficiou 200 jovens das comunidades de Uruguai, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, São Caetano, Boa Vista, Capelinha e Fazenda Grande, entre os anos de 2020 e 2021, nos cursos de cuidador de idosos, design gráfico e fotografia; em 2022 esse projeto segue em continuidade com o “Ponto de Partida II” com os cursos de cuidador de idosos, informática básica e intermediária (telemarketing) e design gráfico, nesta segunda edição serão atendidos 150 jovens no município de Salvador (COQUAP, 2020).

Ainda tratando de projetos com investimento do FUNTRAD na Península de Itapagipe, foi executado o Projeto Cursos Profissionalizantes – Juventude Itapagipana, que beneficiou 220 mulheres com idade a partir de 17 anos, em situação de vulnerabilidade social e residentes dos bairros de Uruguai, Mangueira, Jardim Cruzeiro e Ribeira. Os cursos ofertados pelo projeto foram manicure, cabeleireiro, design de sobrancelhas e penteados afro, totalizando 12 turmas, além do Projeto Trilha das Artes com a execução de cursos para jovens voltados a qualificação na área teatral.

Chega-se à conclusão que a Península Itapagipana foi e continua sendo beneficiada pelos cursos executados pela SETRE, contudo para pesca artesanal, a disponibilização de cursos é quase nula. O fato comprova que a mencionada instituição ainda não se debruçou para analisar o potencial da pesca artesanal e dos trabalhadores do segmento. Vale registrar que esta dissertação poderá auxiliar a instituição no seu planejamento de ações, além da disponibilização da proposta fim da dissertação, que trata de um modelo de ementa e

programa de formação profissional para pescadores artesanais, mas que poderá ser ajustada aos demais segmentos.

A COQUAP organiza e distribui seus cursos por meio de cadeias produtivas, sendo a que a Cadeia Produtiva de Esporte e Lazer absorve os cursos voltados a pesca artesanal e outros também ligados a economia do mar. Atualmente a cadeia produtiva conta com sete tipos de cursos, os mesmos envolvem desde a manutenção até as atividades esportivas e de lazer, conforme quadro abaixo:

Quadro 1- Relação de cadeias produtivas, cursos e ementas

Qualificação Social		Qualificação Profissional – Cadeia Produtiva: Esporte e Lazer	
Inclusão Digital	Introdução à informática, hardware e software. Descrição dos ambientes operacionais Windows. Estudo do pacote Office. Desenvolvimento de ferramentas e aplicativos de navegação. Definição de internet e intranet. Interpretação de conceitos de segurança da informação.	Curso: Capotaria Náutica	Estudo de técnicas voltadas para o desenvolvimento de habilidades para costura e reparos de velas, capotas, bancos e demais revestimentos de embarcações que utilizem costura.
Direitos Humanos, Estudos de Gênero, Raça, Ética e Cidadania	Análise de relações e mudanças sociais; discussão sobre tipos de violência e suas causas; reflexão sobre ética e diversidade cultural, étnica e religiosa. Reflexão sobre identidade, realização pessoal e relações interpessoais; discussão sobre democracia, cidadania e participação política; confecção de material informativo sobre direitos humanos, sociais e trabalhistas; análise de práticas de consumo, de educação ambiental e o papel da mídia. Aprofundamento de conceitos sobre gênero; discussão de papéis sociais relacionados ao gênero.	Curso: Carpintaria Náutica	Construção de estruturas em madeira e em fibra de vidro para embarcações. Aplicação de técnicas de modelagem de formas, preparação de quilhas e montagem de cavernas. Construção de costados ou tabuados, convés, borda-falsa, casaria, porão da embarcação, estrutura de lançamento e de docagem. Preparação de bases para equipamentos e ferragens. Orientação sobre como reparar embarcações. Estudo de normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.
Educação Ambiental, Higiene Pessoal, Promoção da Qualidade de Vida	Análise de ações humanas ambientalmente sustentáveis. Reflexão sobre a influência e o papel da mídia. Discussão sobre a necessidade de consumo e o exercício da cidadania. Discussão sobre higiene e apresentação pessoal.	Curso: Eletricista de Instalações (Embarcações)	Estudo de instalação de sistemas e componentes eletroeletrônicos em embarcações, conexão de cabos e equipamentos e acessórios. Realização de testes de funcionamento dos equipamentos e sistemas para operação. Realização de manutenções preventiva e corretiva,

			com inspeção visual de máquinas e equipamentos, diagnóstico dos defeitos, desmontagem, reparação, substituição e montagem de componentes. Aplicação de ajustes de componentes e peças e simulação de funcionamento de componentes e equipamentos, observando sempre as normas de segurança, meio ambiente e saúde.
Noções de Direito Trabalhista e Prevenção de Acidentes de Trabalho	Conhecimento de direitos trabalhistas. Estabelecimento de relações entre saúde e trabalho. Apresentação de técnicas de segurança a serem adotadas no ambiente de trabalho.	Facilitador de Atividades Esportivas e de Lazer (modalidades de basquete, vôlei, futsal, handebol e futebol)	Conhecimento do histórico e origem do basquetebol, voleibol, futsal, handebol e futebol. Estudo de passes, manejos, sistemas táticos, defensivos e ofensivos referentes ao basquetebol, voleibol, futsal, handebol e futebol. Conhecimento e aplicação de regras oficiais em jogos.
Estímulo e apoio à elevação de escolaridade: Português	Análise de diversos tipos de textos e sua intencionalidade; construção do conhecimento acerca da língua formal, enfatizando a concordância e o uso de pronomes.	Curso: Mecânica Náutica* Ementa já elaborada pela Setre ue sofreu complementação de conteúdos.	Estudo de técnicas voltadas para o conhecimento básico do funcionamento, operação, manutenção e reparo de motores náuticos a diesel, de popa, a gasolina, de dois e quatro tempos. Conservação de motores.
Estímulo e apoio à elevação de escolaridade:: Matemática	Construção da ideia de números e aplicação de operações matemáticas; compreensão dos conceitos e representação de fração; operações com fração; aplicação dos conceitos e cálculos de juros e porcentagem; análise e aplicação das unidades de medidas.	Curso: Marcenaria Náutica* Ementa já elaborada pela Setre que sofreu complementação de conteúdos.	Estudo de técnicas de construção e reparos de embarcações. Escolha dos materiais adequados. Ferramentas para construção. Resinas utilizadas. Reparo do casco. Cortes e danos superficiais. Reparo de bolhas. Limpeza, manutenção e conservação dos cascos.
Estímulo e apoio à elevação de escolaridade: Geografia e História	Pesquisa sobre desenvolvimento regional e urbano; investigação sobre crescimento da indústria e do setor de serviços; reflexão sobre indicadores econômicos e sociais.	Curso: Pintura Náutica	Estudo das propriedades e componentes de tintas utilizadas em revestimento de embarcações. Conhecimento dos mecanismos de formação de película e de aplicação de tintas em embarcações. Análise de defeitos na pintura. Conhecimento de documentos e normas. Identificação e compreensão do uso de materiais e equipamentos.

Fonte: Adaptado de: (SETRE, 2016).

É possível identificar que certos elementos sobre direitos sociais, trabalhistas e humanos fazem parte das ementas trabalhadas, porém ainda estão ausentes elementos que se referem a organização social, desenvolvimento territorial, saberes e valores locais. As ementas atuais, serão pontos de partida para a discussão e elaboração da proposta de ementas e cursos do presente trabalho. Este será produzido a partir da valorização dos saberes, da necessidade de inclusão de novas tecnologias e conhecimento, da necessidade interação e conhecimento dos problemas e desafios ambientais, da escuta e do enfrentamento à formação profissional descontextualizada que em certos momentos pode até contribuir para o acirramento da precarização do trabalho.

6 FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA A COMUNIDADE PESQUEIRA E POLÍTICAS PÚBLICAS - RESULTADOS DO TRABALHO DE CAMPO

Ao entrevistar o presidente da Colônia de Pesca localizada na Península de Itapagipe, nos foi informado que atualmente, a colônia possui 355 associados, mas já passaram mais de mil pessoas. A informação passada foi por meio de uma entrevista realizada no dia 29 de julho de 2023, mas em momento algum foi consultado ou apresentado documento de modo que ficou evidenciado que tais dados não são catalogados para uma posterior análise dos associados.

É importante registrar que os pescadores (as) vem discutindo diferentes temas, entre eles: o reconhecimento e demarcação dos territórios pesqueiros por meio do projeto de lei 131/2020; a possibilidade de tornar a pesca artesanal com suas técnicas e tecnologias, saberes e fazeres tradicionais, patrimônio material e imaterial do povo brasileiro; a análise sobre criação de políticas específicas para mulheres pescadoras; mobilização e conscientização dos pescadores e pescadoras para construção de um amplo processo de discussão e revisão de leis, projetos de lei, instruções normativas e decretos que tratam sobre as questões centrais como conceito de pesca, educação ambiental, garantia de direitos, identidade das comunidades tradicionais, inclusão social dos pescadores e pescadoras, além de regras para licenciamento ambiental.

Um assunto com bastante relevância que vem sendo discutido entre eles que, inclusive, foi pauta do Encontro Regional de Pescadores realizado pela Pastoral dos Pescadores para os pescadores associados com objetivo de discutir e tratar pautas voltadas ao melhoramento, ordenamento e gestão da pesca. Neste encontro foi levantada pelos pescadores a necessidade e o desejo pela criação de um departamento do governo na Bahia que tenha como objetivo discutir e implementar políticas de gestão da pesca com a participação dos movimentos sociais buscando assim, uma gestão compartilhada entre diferentes órgãos de governo, pescadores e suas organizações, sejam as associações, colônias, sindicatos ou cooperativas.

Foi debatido e colocado no documento produzido pelos participantes do encontro, a manifestação pela criação de um programa de renovação da frota pesqueira, apoio as organizações dos pescadores artesanais com aparelhamento das associações, construção de sedes, construção de estaleiros comunitários, cozinhas comunitárias, inclusive com a possibilidade dos órgãos públicos financiarem a aquisição de embarcações para uso

compartilhado entre os pescadores associados, observação que coaduna com fala do Pescador 1 em entrevista individual, conforme registrado:

Poderia ser criado um projeto para construir pequenos barcos e canoas para que as associações/cooperativas tomassem conta e os associados utilizassem esses barcos. A associação organizaria o uso dos barcos e, por mês, nós, pescadores, pagaríamos uma contribuição para manutenção dos barcos e para a compra do combustível (Entrevistado – Pescador 1).

Ao entrevistar o presidente da Colônia de uma política nacional de assistência técnica e extensão interdisciplinar para pesca artesanal aliada ao investimento de recursos, facilitando o acesso ao crédito e condições de pagamentos de débitos anteriores, além da retomada de aporte financeiro para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com vistas a garantir a participação plena na pesca artesanal, revendo medidas burocráticas que atualmente impedem o acesso dos pescadores artesanais nos programas.

No tocante a educação e qualificação profissional foi sinalizado pelo grupo a necessidade de investimento na capacitação em beneficiamento e comercialização do pescado, de forma a garantir melhores condições de escoamento da produção e agregação de valor ao produto. Outro tópico abordado neste sentido se refere a promoção da educação ambiental, energia renovável, novas tecnologias, habilitação marítima - considerada muito caro para maioria dos pescadores - capacitação para participação em editais públicos. Por fim, o grupo sinalizou a importância de criação de um programa de educação referenciado pela pedagogia de alternância, a exemplo das Escolas Famílias Agrícolas já existentes no meio rural, com a criação das Escolas Famílias Pesqueiras ou Casa da Pesca – demanda que inspirou a produção da Tecnologia de Gestão Social neste trabalho, como será apresentado adiante.

Ainda perseguindo o eixo educação foi mencionado a construção de alguma estrutura ou mecanismo que possibilitasse a alfabetização de jovens e adultos adequada a realidade ambiental, de trabalho e cultural da pesca artesanal, além da formação de agentes populares ambientais para apoio e capacitação nas diversas organizações das comunidades de pescadores. Para todas as sugestões citadas foi unanimemente a necessidade da adoção de bolsa permanência na tentativa de garantir a participação dos pescadores e familiares nos programas e projetos educacionais.

Por fim, no que tange a educação foi defendido pelos pescadores a importância de se colocar no currículo escolar, conteúdos sobre as comunidades pesqueiras e quilombolas, visando dar conhecimento a todos próximos ou não das comunidades pesqueiras, a

importância dessa herança histórica e cultural. Ainda quanto à disseminação e acesso a dados e informações, foi discutido a necessidade de se constituir uma metodologia estruturada e estatística voltada para pesca nacional, possibilitando o acesso a dados econômicos, sociais, de gênero, ambiental cultural de maneira continuada. Tratando especificamente do tratamento e reunião dados foi identificado uma deficiência no que se refere a catalogação de dados.

Criação de editais de apoio à pesquisa e extensão direcionados à pesca artesanal e manejo das espécies nativas foi outro tópico abordado, além da criação de um Instituto Nacional da Pesca Artesanal visando garantir a sustentabilidade da pesca e recursos naturais; e criação de um Fundo Nacional da Pesca Artesanal para apoio e fomento de iniciativas locais e organizações de pescadores.

Tópico de grande relevância é a reivindicação para que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estruture dentro do censo demográfico realizado, um questionário específico para identificar as populações das comunidades pesqueiras com informações mais específicas.

No grupo focal a preocupação com a questão ambiental e escassez dos mariscos na Península foi bastante relatada pelos participantes. Uma das pescadoras presente aqui denominada por Pescadora 3, relatada a seguinte preocupação conforme descrito

hoje a minha necessidade é achar onde pescar, porque aqui não tem mais nada o que preste. Você vê né, sexta-feira santa eu marisqueira esse ano, não encontrei ninguém mariscando, quer dizer, pouca gente, o ano passado tinha aquela multidão vendendo e comprando e esse ano não, não tem mais marisco. E o que acaba com os mariscos são as bombas, os esgotos que deságuam nessa região, é muito lixo. Aqui antes a gente pegava camarão, sirí, ostra. Hoje pra se sustentar quem tem condições de ir pra outro lugar pescar vai, quem não tem se “vira” com outras coisas, vai tratar peixe como eu. Os pescadores pescam, aí eu ofereço para o cliente o meu serviço de tratar o peixe, pra ele levar pra casa o peixe já tratado e limpo (Entrevistada – Pescadora 3).

A pescadora ainda sinalizou que a comunidade pesqueira, e quando ela fala de comunidade ela quis se referir aos pescadores, pescadoras e seus familiares, que mesmo tirando do mar seu sustento não possui a consciência da preservação e cuidado com este mesmo mar. Foi exemplificado pela pescadora atitudes equivocadas, a exemplo do descarte de móvel velhos, sacos e embalagens plásticas, entre outros objetos que não deveriam ser descartados no mar. Não se trata de um problema apenas a nível de empresas que descartam resíduos no mar, mas também de pequenas atitudes tomadas diariamente pela sociedade como um todo.

Foi falado pela mesma pescadora que ela depositava no presidente da cooperativa

a esperança de buscar soluções diante os órgãos e instituições para mudar essa realidade, por outro lado se sentia frustrada com os próprios colegas de profissão, pois são poucos aqueles que se unem para lutar e buscar alternativas de melhoria, registrando ainda que na sua concepção antes de qualquer coisa eles precisam de qualificação/capacitação adequada para aprenderem a correr atrás de seus direitos e depois cursos que tragam para perto a tecnologia para assim facilitar e potencializar o trabalho. Foi abordado ainda carência que eles têm de apoio de pessoas, empresas públicas e/ou privadas que “abracem” a causa da pesca artesanal e desenvolvam juntos com eles novos projetos e modelos de trabalho, respeitando seus costumes, modo de vida e principalmente respeitem a natureza.

6.1 Grupo Focal, Momento de Discursão e Reflexão

O Grupo Focal foi realizado com os pescadores integrantes da Cooperativa de Pescadores da Baía de Todos os Santos (COOPESBAS), localizada na Avenida Suburbana, especificamente no bairro de Plataforma. Por meio das entrevistas realizadas com os(as) pescadores(as) e representante da cooperativa, além do grupo focal, foi identificado que os cooperados(as) são na maioria mulheres entre 29 a 59 anos e homens de 25 a 63 anos, na sua maioria com nível fundamental incompleto.

No grupo focal e nas entrevistas foram relatados quais os tipos de cursos gostariam de realizar, sendo citados o curso de mecânica de motores, tecnologia do GPS, ecossonda, fabricação e conserto de embarcações (utilização de fibras), novas armadilhas de pesca, manipulação de alimentos, beneficiamento do pescado, elaboração de projetos para participação em editais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), cursos voltados para as pescadoras que trabalham na sua maioria com os mariscos e crustáceos, assistência técnica financeira, comercial, previdenciária e jurídica na pesca, formação cidadã no que se refere aos direitos sociais e trabalhistas, associativismo e cooperativismo, e também formação para cadastramento e recadastramento para emissão da carteira de pescador, segundo relatado o sistema tem certa complexidade para determinados pescadores, e esses ficam dependentes das colônias, associações, cooperativas ou colegas para emitirem seus boletos e regularização do seu registro geral de pesca.

Considerando que a rotina diária dos pescadores artesanais possui particularidades, justamente pelo respeito a natureza foi ponto de pauta no encontro de pescadores artesanais promovido pela Pastoral de Pescadores a necessidade de se criar escolas diferenciadas,

adotando o modelo das Escolas de Família Agrícolas e a Pedagogia de Alternância. Combinado com a metodologia da Pedagogia de Alternância foi levantado nesse encontro a necessidade de terem bolsas permanência para possibilitar um incremento de renda para aqueles momentos que estivessem em sala de aula.

Um outro anseio dos pescadores se relaciona à situação que enfrentam com os chamados atravessadores, grandes comerciantes que, por possuírem grandes embarcações e, especialmente, melhores condições o armazenamento e distribuição do pescado, adquirem nas mãos dos pequenos pescadores por preços muito baixos e comercializam posteriormente por preços bem mais altos, ficando com a lucratividade para si. O grande desejo desses pequenos pescadores é se libertar desses comerciantes e assim poderem vender diretamente ao mercado obtendo assim, preço justo para seu produto, garantindo uma melhor renda e qualidade de vida.

Foi possível observar na fala dos pescadores (as) entrevistados e integrantes do grupo focal que a defesa pela pesca artesanal é combinada com a necessidade e vontade do aprender o novo, contudo respeitando os saberes tradicionais. É o pescador que respeita a tábua da maré, que reconhece o melhor local para lançar as redes com a observação da costa e pontos da terra, mas que reconhece que a pescaria seria mais produtiva ao utilizar a tecnologia do GPS, a ecossonda, a melhor utilização das fibras para fabricação de embarcações e outras novas tecnologias.

O tema aquisições e investimento tornou a ser levantado na fala da Pescadora 2, ainda que de forma um pouco diversa:

Nós não temos barcos qualificados para pesca. Salvador não tem, tem barquinho para ir ali pegar sardinha, mas alta pesca, não. Nós não temos tecnologia, dinheiro, não temos grandes barcos. Primeiro teríamos que nos qualificar nos cursos tecnológicos, tecnologia, para ir para o alto mar. Depois teríamos de ter barcos bons para alto mar (Entrevistada – Pescadora 2).

Nas duas falas registradas identificou-se a necessidade pela propriedade de barcos, desde embarcações mais simples até as mais inovadoras, atuais e tecnológicas. Vale ainda salientar que na fala da Pescadora 2 surge a necessidade de qualificação.

Nas duas visitas feitas ao local e contatos telefônicos, apesar da excelente recepção por parte da atendente, não foi possível conversar com o presidente da Cooperativa. Segundo depoimento da atendente a cooperativa foi criada em 2003 e possui atualmente mil cooperados, contudo frequentando ativamente, tem-se aproximadamente 300 pescadores. Foi identificado por meio das visitas que, dentre as atividades desenvolvidas pela cooperativa,

destaca-se o apoio na emissão de boletos para pagamento da taxa referente a contribuição da previdência social e orientações para o cadastro no período de defeso.

Apesar de geograficamente estarem muito próximas a COOPESBAS e a Colônia de Pescadores de Itapagipe Z-2, foi identificado um certo distanciamento entre as duas instituições, contudo não coube nesta pesquisa adentrar neste quesito.

6.2 Resultados Obtidos com o Trabalho Junto à Setre

Em relação a metodologia de ensino trabalhada pela SETRE foi respondido que trata-se da metodologia tradicional, contudo como os próprios termos de referência estipulam que a carga horária voltada para os conteúdos de qualificação profissional deve conter no mínimo de 30% de aulas práticas, visando promover uma aprendizagem mais próxima daquilo que será vivenciado no mercado de trabalho. Todas as aulas são realizadas apenas na modalidade presencial nos dois principais projetos, entretanto, a SETRE em um projeto pontual denominado Projeto Conectar e Trabalho, a oferta de cursos de qualificação profissional no formato *on-line* com aulas assíncronas.

Ao responder como os cursos são definidos, foi pontuado que a referência principal para definição dos cursos é a oferta de vagas demandadas pelo setor produtivo por meio do Sistema de Intermediação de Mão de Obra (SINEBAHIA), além de solicitações diretas feitas por gestores e líderes comunitários dos municípios. É importante registrar que foi registrado pelos gestores que a SETRE vem buscando formas de aperfeiçoamento visando atender melhor a sociedade, para isso pactuou junto a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), estudos regulares no cenário econômico e profissional da Bahia, além da escuta do Conselho Estadual Tripartite Paritário de Trabalho e Renda (CETER).

No questionamento sobre a forma de escuta da sociedade na definição dos cursos foram listados como formas de acolhimento e escuta a recepção das demandas dos gestores e líderes municipais e comunitários por meio de ofícios protocolados, cadastro e registro de vagas demandadas por empresas, reuniões bimestrais com o CETER e ações pontuais nas comunidades.

Sobre o aprimoramento dos cursos os representantes/entrevistados da SETRE respondeu que vem atuando para aperfeiçoar e atualizar o conteúdo e ementas de cursos existentes, e também inclusão de novos. Para isso vem pesquisando e estudando o cenário

econômico e as mudanças no mundo do trabalho, com a extinção de certas profissões e aparecimento de outras, e tem-se se dado grande ênfase aos conteúdos digitais e tecnológicos, a exemplo da parceria junto ao Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) na oferta de cursos *on-line* voltados para o letramento digital, até cursos mais avançados de programação e desenvolvimento.

Ao opinarem sobre o potencial econômico da Península de Itapagipe, os gestores reconhecem a força da localidade, suas características e potencialidades. Ficou evidenciado que a SETRE identificou o potencial da península na área têxtil, investindo em cursos de costura industrial em parceria com o Condomínio Bahia Têxtil, localizado no bairro do Uruguai. Foi relatado também a realização, por meio do Programa Trilha o Projeto Aprendiz em Cena, de cursos de qualificação técnica em teatro, além do Projeto Jovem Empreendedor com cursos nas áreas de Empreendedorismo Digital, Design Digital, Digital Music, Audiovisual e Moda, também direcionada a atender a juventude.

Ao serem questionados sobre o potencial da pesca na península, os gestores reconhecem o potencial e que foram realizadas certas iniciativas, contudo reconhecem que não foram suficientes para atender às demandas locais plenamente, sendo que existe a possibilidade de analisar e formular medidas que possam atender a comunidade.

Sobre cursos já ofertados a pescadores, a SETRE confirmou o atendimento de demandas para localidades diversas, não especificamente a península. Em relação consulta aos pescadores sobre quais cursos foi informado que as demandas partiram de líderes e associações, os quais sinalizaram quais os cursos e locais tinham necessidade. Já em se tratando do retorno e observações dos cursos, por meio das visitas de supervisão e monitoramento, o representante/entrevistado da SETRE informou que é aplicado um formulário com perguntas avaliativas sobre a qualidade dos cursos, porém não se tem questionamentos sobre a composição dos cursos, sendo considerado pela SETRE a partir dessa análise a necessidade de reavaliar os questionários com vistas a atender esse requisito.

Ao fazer uma correlação entre os indicadores de precarização social selecionados por Druck (2011) com o cotidiano de trabalho dos pescadores artesanais entrevistados foi possível concluir:

- a) Que existe um quadro de vulnerabilidade das formas de inserção e profundas desigualdades nas formas de inserção dos trabalhadores da pesca artesanal

Druck (2011) evidencia que segundo dados apontados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2009) existiam um montante de 16,6 milhões de pessoas economicamente ativa foram do mercado de trabalho, sendo que parte dessas pessoas se encontravam em uma situação de desemprego e parte com ocupações sem remuneração, demonstrando assim, um cenário de alta precarização no que se refere as formas de ocupação e direitos sociais e trabalhistas. Foi identificado ainda por Druck (2011) que das pessoas ocupadas, do total de 84,5 milhões, sem carteira assinada existiam 43,5 milhões, concluindo-se que não possuíam direitos trabalhistas garantidos pelo emprego formal e ainda 80% não contribuíam com a previdência social.

Fazendo um comparativo com o segundo trimestre de 2023, segundo o IBGE existem 8,6 milhões de pessoas desocupadas e 3,7 milhões desalentados, totalizando 12,3 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, o que demonstra que apesar de uma certa baixa o desemprego continua forte sendo determinante para precariedade das relações trabalhistas nos dias atuais.

Tratando-se dos pescadores artesanais por razão da sua história e estilo de trabalho os vínculos estabelecidos são informais, por meio do trabalho conjunto com seus companheiros de pesca ou individual. Uma pequena parte dos pescadores possuem suas próprias embarcações e em muitas das vezes compartilha com aqueles que não tem, dividindo pequenos custos, a exemplo do combustível; outra parte trabalham desembarcados.

Neste contexto, as colônias, associações e cooperativas entram como alternativa principalmente para auxílio no requerimento do benefício de seguro do defeso, para aqueles períodos que a atividade pesqueira fica proibida de ser realizada visando garantir ao crescimento e reprodução das espécies. A contribuição previdenciária é assegurada, pois é um requisito obrigatório para requerer o seguro defeso. Ao comercializar a sua produção à pessoa física ou jurídica o pescador deve recolher sua contribuição por meio da Guia da Previdência Social (GPS).

Neste sentido, os pescadores artesanais sentem os efeitos negativos da precarização do trabalho, pois ao desempenhar suas atividades de forma autônoma não tem garantia de renda e nem direitos trabalhistas. Executam um trabalho árduo e muitas das vezes necessitam comercializar seu pescado a preços muito baixos para não perderem suas mercadorias, por não possuírem meios e equipamentos para beneficiar e conservar os peixes para venda. Diante dessas dificuldades vendem sua pescaria aos chamados atravessadores, que vendem ao consumidor final por preços muito mais altos, ficando assim, com a maior

parte do lucro.

b) Que é marcante a insegurança e danos à saúde no trabalho

Esse indicador está voltado para os padrões de gestão que busca a maximização da produtividade, fazendo com que os trabalhadores busquem a qualquer custo atingir as metas impostas, levando ao adoecimento física e mental. Ao fazer um paralelo com os pescadores artesanais é possível identificar riscos que podem levar a graves acidentes, por serem autônomos muitos dos pescadores não se atentam a utilização de equipamentos de prevenção e segurança, ampliando o grau de precarização do seu trabalho.

As doenças mais comuns nos pescadores são as lesões por esforços repetitivos (LER), câncer de pele pela exposição ao sol, dores de cabeça, dores na coluna, dores nos braços, problemas psiquiátricos, alto consumo de álcool e tabaco, esses últimos em muitas das vezes tem relação com a falta de opção de lazer e à baixa remuneração.

O conhecimento sobre condições de saúde e trabalho do pescador e de suas famílias, em especial as mulheres pescadoras, ainda é muito escasso, é necessário se fazer um trabalho educativo e de conscientização, mas principalmente exigir dos órgãos públicos competentes a oferta de equipamentos de proteção individual (EPI), inclusive encaminhamento para tratamentos.

c) Que a organização dos trabalhadores da pesca pode ser fragilizada

A terceirização fez e vem fazendo com que a organização sindical encontre dificuldades para unir os trabalhadores, a instituição do sindicato vem perdendo credibilidade diante seus associados e se enfraquecendo. Segundo Druck (2011) os sindicatos vêm se dividindo e concorrendo entre si, fenômeno ocasionado pela terceirização.

No caso dos pescadores artesanais, as associações, colônias e cooperativas desempenham essa função de representação. Contudo, em entrevista realizada com o Pescador 1, o mesmo explicou que não teve uma boa experiência com colônia, pois a mesma só fazia meramente a intermediação para o requerimento do seguro pescador e cobrava insistentemente a taxa de filiação, complementando ainda informou que o presidente atuava mais como um “dono” da colônia do que um associado.

O fato demonstra que as colônias e cooperativas também possuem fragilidades,

mas ainda são alternativas para o enfrentamento dos efeitos do capitalismo e da política neoliberal e precisam de organização e conhecimento por parte de todos os associados e/ou cooperados no que se refere a gestão compartilhada, solidariedade, cooperação e autogestão, então assim dotados de conhecimentos podem exigir e reivindicar atitudes e decisões que os representem verdadeiramente.

Nem todos os indicadores sociais de precarização trabalhados por Druck podem ser correlacionados com a pesquisa realizada, e os motivos são o modo de trabalho da pesca artesanal, a necessidade de respeito aos sinais da natureza, a forma como os ensinamentos foram passados pelos antepassados, entre outras características específicas da arte milenar da pesca artesanal.

É com referência nessas características e particularidades é que a formação qualificação profissional dos pescadores necessita ser diferenciada e adaptada, para então dialogar com o mundo a sua volta, desde os quesitos que tratam de aprendizagem, direitos, cooperação e organização do trabalho para então enfrentar os problemas e dilemas do mundo do trabalho. É, portanto, como resultado destas investigações, que o modelo de ementa e programa de formação profissional que será apresentado a seguir prevê conteúdos voltados a direitos trabalhistas, sociais, previdenciários, direitos da pesca, esclarecimentos voltados ao cooperativismo e associativismo com o intuito de mostrar aos pescadores que eles possuem alternativas de se organizarem e assim buscarem melhorias, demonstrando assim, que o capitalismo não serve para todos e que existem outras formas de organização para o trabalho que beneficiem a todos e proporcionem a obtenção de seus direitos como cidadãos.

7 PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E ESCOLAS FAMÍLIAS PESQUEIRAS COMO TECNOLOGIA DE GESTÃO SOCIAL

A Tecnologia de Gestão Social (TGS) é um produto a ser gerado por esta dissertação de mestrado e consistirá em **um modelo de elaboração de cursos de qualificação baseado na Pedagogia da Alternância**, que teve como base a escuta dos beneficiários, considerando o saber tácito alinhado com novos conteúdos, respeitando a cultura e o cotidiano do público a ser atendido. Este modelo poderá se tornar uma ferramenta a ser utilizada pelos órgãos executores da política pública de qualificação profissional e outras instituições e empresas voltadas para qualificação na para elaboração de outros cursos e /ou atividades de formação voltada para pescadores artesanais na Península de Itapagipe.

As tecnologias de gestão social, para Duque e Valadão (2015) à luz da reflexão de Bava (2004, p. 116) são:

Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento de representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda.

No processo de desenvolvimento da TGS, inicialmente, foi realizado levantamento documental referente as ações de qualificação social e profissional já realizadas no âmbito estadual pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, a exemplo das relações de cursos, quadro de ementas e conteúdos, termos de referências dos programas executados, planilhas de controle de execução, formulários de monitoramento, entre outros. O levantamento bibliográfico se estendeu para outras instituições executoras de ações de capacitação de pescadores, a exemplo da CAR e BAHIAPESCA, além de publicações e boletins da Secretaria da Agricultura, pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), Ministério da Agricultura e da Pecuária por meio da Secretaria de Aquicultura e Pesca.

Foram ouvidos gestores e técnicos visando mapear as principais críticas e contribuições no que se trata do modelo já executado nessas ações. Posteriormente foram ouvidos pescadores e pescadoras e, particularmente, aqueles residentes da Península, possibilitando assim, um olhar amplo no que se refere a qualificação. Com a escuta desses atores, principalmente os pescadores a TGS se apresentará como uma tecnologia social que além de oferecer a estruturação de conteúdos voltados a qualificação profissional voltada para o mar, também

proporcionará uma qualificação social que visa a discussão sobre o mundo do trabalho, a precarização do trabalho, as alternativas para organização, associação e cooperação entre os pescadores para busca de melhoria de vida, trabalho, saúde, direitos trabalhistas e previdenciários.

A proposta de qualificação não se resumirá apenas aos requisitos e conteúdos técnicos, pretendendo assim trabalhar nos profissionais da pesca a conscientização enquanto indivíduo possuidor de direitos, que pode obter soluções para seus problemas com a união com outros colegas profissionais, além da cobrança de respostas e soluções dos órgãos e instituições que tem como objetivo promover políticas públicas para o setor.

A pretensão com a elaboração da TGS é o aperfeiçoamento da política de qualificação profissional e a aplicabilidade em instituições executoras de cursos e ações de qualificação, principalmente a SETRE, pela quantidade de cursos e sua capilaridade no Estado da Bahia. No que tange as mudanças sociais, a proposta se apresenta como um novo modelo de formulação e composição de cursos que valorize os indivíduos, suas histórias, seus valores e conhecimentos, suas experiências e vivências e em paralelo promova a orientação, conscientização e organização dos trabalhadores com a divulgação dos seus direitos trabalhistas, do respeito com o outro e com o meio ambiente, tornando esse trabalhador um profissional conhecedor do seu valor.

A expectativa é entregar a TGS para academia, instituições formadoras e a comunidade buscando a sua concretização como uma tecnologia social, pois na sua construção foram utilizados a escuta social, a ciência por meio dos estudos e publicações acadêmicas, as instituições formadoras sejam elas públicas ou privadas, com o objetivo principal de se tornar útil e possibilitar mudanças na vida das pessoas e consequentemente na sociedade.

7.1 A Pedagogia da Alternância para Garantia do Direito à Educação

A Constituição Federal assegura a todos os indivíduos o direito à educação, promovida e incentivada pela sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A Constituição traz ainda em seu Art. 206 que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “ I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (Brasil, 1988).

Movimentos sociais e educadores comprometidos com a promoção da educação adequadas à realidade de estudantes e famílias do meio rural brasileiro, produziram diretrizes específicas para Educação do Campo, que traz em sua essência os princípios da Pedagogia da Alternância, que considera inseparável a formação em ambiente escolar e na comunidade na qual estão inseridos os educandos, alternando o tempo nesses dois locais (Rodrigues, 2020).

Segundo Regis (2015) a formação em alternância se originou na França, em meados de 1930, quando um jovem camponês se recusa a se submeter ao sistema educacional existente. Esse gesto de recusa se tornou objeto de observação de alguns agricultores e um padre que então, tomaram a decisão de criar uma escola diferenciada, com referências pedagógicas distintas dos moldes já estabelecidos (Gimonet, 1999, p. 40 *apud* Regis, 2015). Nesse contexto foi criado a “Maison Familiale Rurale” (MFR), resultado de um processo do movimento sindicalista chamado Sillon, que deu o fôlego necessário para que outros movimentos fossem criados, a exemplo do Juventude Agrícola Cristã, que com o envolvimento de jovens e sindicalistas deram origem as principais ideias das MFR (Regis, 2015).

Surgindo como uma alternativa pedagógica, a Pedagogia da Alternância caracteriza-se pela alternância durante o período de formação escolar do estudante, distinguindo dois tempos distintos de formação, os quais são chamados de tempo escola e tempo comunidade. O tempo escola é aquele em que aluno está no ambiente formal de educação e o tempo comunidade é aquele no qual os saberes adquiridos no tempo escola se intercalam aos saberes adquiridos na sua comunidade e em seu meio sócio-cultural (Regis, 2015). A Pedagogia da Alternância considera que não basta somente a clássica triangulação professor-aluno-saber, mas também é necessário desenvolver uma pedagogia experiencial (Gimonet, 1998).

Neste sentido, a Pedagogia de Alternância ultrapassa o sentido educacional tradicional e atinge uma esfera política e também cultural dos envolvidos, pois ao considerar distintos modos de vida, características pessoais, modos de trabalho, valores e costumes, promove formas alternativas de relação com a educação, para além daquelas previstas no contexto de estruturas econômicas e políticas consolidadas. Corroborado o sentido político da pedagogia de alternância, Silva (2003) *apud* Regis (2015) salienta que a agricultura francesa por volta de 1930 era formada por pequenos agricultores e seus famílias e o estado tinha abandonado o campo, ocasionando uma problemática no que se refere a educação e ao trabalho, pois jovens necessitavam escolher entre apoiar suas famílias na geração de renda e

sobrevivência com o trabalho no campo e deixarem de lado os estudos ou darem continuidade a sua vida escolar, contudo para isso necessitariam abandonar suas famílias e consequentemente seus trabalhos, fato que até os dias atuais persiste na vida dos jovens oriundos de famílias de baixa renda. Nos dias atuais até mesmo em um ambiente mais urbano os jovens e, de certa forma, indivíduos em idade adulta, precisam abdicar dos seus estudos para trabalhar e então garantir sua sobrevivência e de suas famílias, problemática enfrentada em sentido amplo no país.

Fazendo uma correlação do vivenciado na França com uma fala específica de um pescador, foi possível identificar semelhanças significativas no quesito compatibilidade entre estudo e trabalho. Em uma das entrevistas realizadas foi relatado por um dos pescadores que seu filho, apesar de gostar de pescar, não tinha condições de fazer com regularidade, principalmente nos dias úteis, devido ao horário de suas aulas, ao ir para pesca na madrugada o retorno para casa só acontece na metade da manhã, motivo que o faria faltar suas aulas na escola regular.

Ao se pensar nos pescadores em idade adulta que precisam trabalhar não sobra tempo para estudar, seus horários variam de acordo com o melhor horário e clima para pesca. Depois de pescar necessitam limpar o pescado e comercializar, atividades que tomam boa parte do dia, sobrando apenas a noite.

O Anais da I Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil (CONPAB), realizado em setembro de 2019, define Pedagogia da Alternância como um método que proporciona a formação de um ser protagonista / autor na busca do seu próprio conhecimento; prioriza desenvolver continuamente as potencialidades humanas em todas as dimensões em vista do ser social que se deseja alcançar, isto é, relacionado com a filosofia de educação em favor do desenvolvimento das famílias e comunidades, sendo o educando o sujeito do processo (Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil, 2019).

A Conferência discutiu ainda que na Pedagogia da Alternância existem três pilares essenciais, são eles: estudo, vivência e trabalho, sendo o trabalho (experiência sócio profissional) o ponto de partida do processo ensino-aprendizagem. Na prática, a Alternância compõe-se de momentos na unidade escolar com instrumentos pedagógicos específicos que, juntos, favorecem a associação entre estudo e trabalho no meio sócio profissional. Dessa forma, o estudo é considerado parte da realidade social do educando e tem como objetivo provocar novos desafios, novas interrogações que programarão o processo de formação geral (Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil, 2019).

É verdade que o sistema de ensino da Pedagogia da Alternância considera as peculiaridades da vida rural, entretanto, existe grande semelhança com os pescadores artesanais, especificamente no que se refere com a interação com o meio ambiente, a escolha e conhecimento dos períodos mais produtivos, aos saberes transmitidos pelos antepassados e/ou mais velhos e o respeito pela natureza. Cabe ainda ressaltar que a proposta desta pesquisa está voltada para cursos de capacitação profissional de médio prazo, com carga horária que pode variar de 80 a 240 horas. Essa carga horária tem como referência os cursos já executados pela SETRE em seus programas de qualificação.

Considerando que os cursos possuem uma carga horária pequena em relação a carga horária das Escola Família Agrícola (EFA) que trabalham com o ano letivo, esta proposta absorverá a essência principal da Pedagogia da Alternância, neste caso, a correlação entre estudo, vivência e trabalho, e sobretudo o respeito ao saber nato e já adquirido desses profissionais através de seu trabalho diário e ensinamentos passados por seus próximos, estabelecendo assim, uma qualificação profissional que por um lado é centrada no ser humano, nas suas experiências, e por outro lado se propõe a ofertar novos conteúdos que possam ser inseridos no cotidiano dos educandos, fazendo assim a troca de conhecimento na escola, no trabalho e na comunidade.

A TGS aqui proposta tem por objetivo apresentar um modelo de elaboração de cursos de qualificação especificamente nos cursos voltados a pesca artesanal, com propostas de novas ementas e a revisão de conteúdos visando o acréscimo de novos temas e assuntos, tendo como premissa as considerações feitas pelos pescadores entrevistados. Será considerada a Pedagogia de Alternância visando atender às especificidades de carga horária, locais de realização dos cursos, e prioritariamente as necessidades e experiências dos pescadores.

A formatação da proposta dos cursos, ementas e conteúdo foi pautada no compartilhamento de informações, além de propor uma qualificação não meramente profissional, mas cidadã e emancipatória no que se refere ao reconhecimento de direitos e deveres, trabalho conjunto, desenvolvimento sustentável, buscando assim articular o saber popular com o científico, por meio das técnicas e métodos pedagógicos.

A alternância proporciona um confronto entre a cultura de local, isto é, do território de onde vem o educando e onde mora com sua família, o que envolve maneira de ser, de pensar, de uso da linguagem, expressões e referências com a cultura da escola com suas palavras, suas finalidades, seu ambiente, suas próprias referências, mais ou menos longe (Conferência Nacional da Pedagogia da Alternância do Brasil, 2019). A proposta aqui

apresentada utilizando a alternância como referência buscou realizar esse confronto cultural quando buscou entender e conhecer os pescadores artesanais por meio das visitas e entrevistas realizadas na Colônia Z-2, na Cooperativa de Pescadores Baía de Todos os Santos (COOPESBAS), no Conselho Pastoral dos Pescadores, além das conversas individuais com pescadores. A escuta desses sujeitos permitiu entender seu modo de vida, suas dificuldades, seus desejos e possibilitou identificar o modo de trabalho. Por outro lado, o trabalho de campo também permitiu identificar elementos que caracterizam a “cultura da escola”, que neste caso trata-se da cultura da SETRE, sua estrutura, modo de execução e cultura organizacional.

É importante registrar que a cidade de Salvador, especificamente no bairro da Ribeira, a partir de 2011, o projeto Escola das Águas iniciou uma experiência de formação utilizando a Pedagogia da Alternância, onde os alunos permaneciam no período de 10 a 12 dias por mês em regime de confinamento (Santos *et al.*, 2018). Ainda segundo Santos *et al.* (2018) a Escola das Águas trabalhava com três eixos principais: pesca artesanal, território pesqueiro e trabalho, em paralelo transitava pelas bases da educação formal, pois o objetivo principal era a alfabetização dos pescadores(as) e seus filhos(as) dialogando assim, com as bases formais do ensino.

Essa experiência demonstra que uma educação pensada de modo a considerar as características e especificidades dos pescadores artesanais tem condições de proporcionar ganhos relevantes na vida desses profissionais e conseqüentemente de suas famílias e comunidades, promovendo assim desenvolvimento pessoal e territorial.

7.1.1 As experiências do Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFAS) e a Escola Família Agrícola (EFA)

No Brasil, a pedagogia da alternância estrutura dois principais movimentos, são eles: as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) que tem grande influência da experiência italiana, tendo suas primeiras escolas implantadas no Espírito Santo; e os Centro Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), que carregam a experiência francesa e foram implementadas em um primeiro momento, no nordeste do país e vem se consolidando na região Sul (Silva, 2020).

De acordo com Silva (2020), logo após a realização do VIII Encontro Internacional da Pedagogia da Alternância, realizado no Sul do Brasil, os movimentos voltados a educação no campo, especialmente as Escolas Família Agrícola e as Casas

Famíliaes Rurais se uniram e constituíram a rede nacional dos Centros Famíliaes de Formação por Alternância, denominada CEFFAs. A autora traz ainda que, segundo a União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil (UNEFAB), os CEFFAs são iniciativas da sociedade civil, por meio de grupos de pessoas, como os agricultores, famíliaes, sindicalistas e a comunidade interessada.

Segundo Rodrigues (2020), a partir de dados produzidos pela UNEFAB, no ano de 2018 existiam no Brasil 157 EFA's em 16 Estados, abrangendo 1.382 municípios, sendo aproximadamente 17.000 jovens em formação e 100.000 jovens egressos, sendo a região nordeste possuidora de 47,4% da totalidade de Casas Famíliaes Rurais existentes no Brasil (Nosella, 2014 *apud* Rodrigues, 2020).

A Pedagogia da Alternância está intrinsecamente ligada a construção histórica da Escola Família Agrícola no Brasil, a primeira escola no país se instalou no Estado do Espírito Santo, nos anos 60 (Queiroz, 1997; Silva, 2003; Zamberlan, 1996 *apud* Silva, 2020). O Espírito Santo nessa época era um Estado dependente da monocultura do café, entretanto passava por um período de reestruturação e erradicação de cafezais antieconômicos, iniciando assim, uma fase de transição de uma economia agrária, para uma economia urbana e industrial. As famílias que resistiram no campo passaram a ter como meta a ressignificação do seu território apoiadas pela Igreja Católica, passaram a organizar as primeiras experiências de formação por alternância em solo brasileiro. Esse processo contou a escuta e contato próximo das pessoas e famílias para desenvolver um modelo de escola que contribuísse para o desenvolvimento de todos da comunidade (Silva, 2020).

É importante salientar que as EFA's ao utilizarem a Pedagogia da Alternância possibilitam a realização de ajustes na implementação das aulas, visando a adaptação a realidade local. A alternância entre tempo escola e tempo comunidade permite que o educando fique presente nos dois locais considerando a sua necessidade e da comunidade. Essa facilidade de adaptação favorece a utilização da capacitação por alternância aos pescadores artesanais, pois o modo de vida dos pescadores se assemelha muito com os trabalhadores do campo, seus horários específicos para o trabalho em razão de um melhor aproveitamento da natureza, seus costumes, o lidar com a natureza e até mesmo os saberes passados por antepassados ou pessoas próximas.

Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância também para os pescadores artesanais se traduz como uma alternativa viável e interessante tendo sido, inclusive, apontado como modelo pedagógico desejado pelos pescadores que estavam presentes no encontro promovido

pela CPP/Bahia no ano de 2023.

8 MODELO DE EMENTA PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PESCA ARTE-SANAL

Esse capítulo tem por objetivo apresentar a Tecnologia de Gestão Social elaborada a partir da pesquisa realizada, com o modelo de ementas e proposta de formação profissional. A proposta teve como referência as falas registradas por meio das entrevistas, questionários e grupo focal, instrumentos que sistematizaram as demandas dos pescadores artesanais da Península de Itapagipe.

O modelo de ementa e proposta de formação profissional está subdividido em duas partes. A primeira parte pretende trabalhar com conteúdo complementares e comuns a todos os cursos, são temas voltados a formação social, cultural e cidadã, que dialogam com aspectos que rodeiam a qualificação profissional e promove o desenvolvimento e a consciência crítica dos trabalhadores para então se tornarem agentes de mudanças em suas comunidades, modificando assim, seu ambiente de trabalho e sua vida profissional e social.

A segunda parte da proposta de formação está voltada especificamente para qualificação profissional seguindo os princípios da Pedagogia da Alternância, onde os conteúdos trabalhados levam em consideração o conhecimento e saberes daqueles trabalhadores a serem qualificados, oportunizando a esses indivíduos fazerem parte ativa do processo de aprendizagem, colocando suas experiências e fazendo correlações práticas aperfeiçoando assim, suas práticas profissionais simultaneamente.

Quadro 2 – Plano Mestre - Ementa Geral (comuns a todos os cursos)

PLANO DE ENSINO	
EIXO: PESCA ARTESANAL	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 a 240 horas	
CARGA HORÁRIA DIÁRIA: 02 a 03 horas/dia	
EMENTA GERAL	
1. Legislação - Direito da Pesca	
Definição dos termos Pesca e Pescador. Código da Pesca. Lei da Pesca. Regulamentação da pesca. Política e legislação pesqueira no Brasil. Importância do planejamento na administração pesqueira. Seguro defeso. Segurança do tráfego aquaviário. Regulamento de Trabalho a Bordo de Embarcações Pesqueiras. Registro Geral da Atividade Pesqueira. Política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB). Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores. Uso de dados estatísticos no acompanhamento da pesca. Características da atividade pesqueira e seus efeitos nos estoques. Legislação sobre recursos pesqueiros continentais e marinhos: aquicultura continental e marinha,	

reservatórios, esforço de pesca. Impactos sociais e econômicos da regulamentação da pesca.

2. Direito Previdenciário

Lei Orgânica da Previdência Social. Planos de Previdência Social. Regime Geral da Previdência Social. Contribuição. Benefícios e Deveres. Formas de filiação. Instituto Nacional do Seguro Social - regras e funcionamento.

3. Direitos Trabalhistas e Novas Formas de Empregabilidade

Diferença entre pescador profissional e pescador artesanal na relação de emprego. Reforma Trabalhista e suas implicações. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Associativismo. Cooperativismo, Empreendedorismo. Fundos Rotativos. Política Estadual de Micro crédito. Lojas Colaborativas. Grupos informais. Plataformas de colaboração e Compras coletivas.

4. Mundo do Trabalho

Mundo do trabalho e sociedade. Transformações no mundo do trabalho. Trabalho nas diferentes sociedades. Emprego, desemprego e subemprego. Processo de alienação do trabalho em Marx. Impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho. Inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho. Inclusão dos diferentes: necessidades especiais e diversidade.

5. Direitos Sociais

Direitos Sociais: educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

6. Desenvolvimento Territorial

Introdução ao desenvolvimento. Teorias do desenvolvimento. Crescimento econômico como desenvolvimento. Desenvolvimento Humano. Desenvolvimento e Sustentabilidade. A abordagem territorial. Políticas Públicas e Abordagem Territorial. Território como recurso. Desenvolvimento e planejamento territorial. Desenvolvimento e empreendedorismo. Inovação e desenvolvimento.

7. Educação Ambiental

Áreas rurais e urbanas ocupadas. Sustentabilidade. Exploração do meio ambiente. Impactos ambientais. Consumo consciente. Conflitos ambientais. Biodiversidade. Sobrevivência das espécies. Esgotamento dos recursos naturais. Mudanças climáticas. Poluição do Mar. Preservação e Conservação ambiental.

8. Resíduos Sólidos e reciclagem

Reciclagem de produtos. Política Nacional de Resíduos Sólidos: definição e implantação. Gestão de Resíduos Sólidos e políticas públicas. Sistema de Coleta, Acondicionamento e Triagem de Resíduos.

9. Prevenção e Cuidado com a Saúde

Acidentes e doenças profissionais. Lesões por Esforços Repetitivos (LER), Câncer de pele. Equipamentos de proteção individual (EPI). Equipamento de proteção coletiva (EPC). Normalização e legislação de Segurança do Trabalho na pesca. Ergonomia.

10. Cultura e Valores

Valorização e fomento da cultura local. Preservação da diversidade. Participação popular na elaboração de políticas públicas. Cultura Popular. Desenvolvimento Local. Economia e Cultura. Identidade Cultural.

11. Políticas específicas para mulheres pescadoras

Invisibilidade do trabalho realizado por mulheres pescadoras. Valorização e reconhecimento do

trabalho e produção da mulher pescadora. Atenção à saúde especificamente das mulheres.

12. Assistência Técnica, Beneficiamento e Comercialização do pescado

Articulação institucional. Planejamento, organização e apoio técnico. Programas de acesso a crédito orientado. Beneficiamento e agregação de valor ao pescado. Formas de comercialização. Técnicas de vendas e marketing. Embalagem e apresentação do produto. Apoio e orientação para acesso às políticas públicas (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atendimento das exigências

13. Inclusão Digital*

Introdução à informática, hardware e software. Descrição dos ambientes operacionais Windows. Estudo do pacote Office. Desenvolvimento de ferramentas e aplicativos de navegação. Definição de internet e intranet. Interpretação de conceitos de segurança da informação. Auxílio e orientação no acesso a sites e portais voltados a atendimento, cadastro e emissão de documentos e específicos para pescadores.

14. Direitos Humanos, Estudo de Raça, Ética e Cidadania**

Análise de relações e mudanças sociais; discussão sobre tipos de violência e suas causas; reflexão sobre ética e diversidade cultural, étnica e religiosa. Reflexão sobre identidade, realização pessoal e relações interpessoais. Discussão sobre democracia, cidadania e participação política. Papel da mídia na contemporaneidade.

OBJETIVOS

1. Apresentar novos conteúdos e conceitos ao público beneficiário.
2. Debater e discutir conceitos, leis, projetos de leis, decretos visando entender seu funcionamento, benefícios e inconsistências com objetivo de buscar as instâncias competentes para diálogo.
3. Aprofundar conhecimentos acerca das novas abordagens no que tange aos conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade, cultura, valores, saúde, segurança do trabalho, gênero e mundo do trabalho em uma perspectiva para melhoramento da atividade da pesca artesanal.
4. Promover uma qualificação inovadora e emancipatória, que resulte na formação de indivíduos com consciência crítica e política, que busquem melhorias para suas vidas e comunidades, tornando-se assim, cidadãos ativos e modificadores da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Legislação - Direito da Pesca

- 1.1 Definição dos termos Pesca e Pescador;
- 1.2 Código da Pesca;
- 1.3 Lei da Pesca;
- 1.4 Regulamentação da pesca;
- 1.5 Política e legislação pesqueira no Brasil;
- 1.6 Importância do planejamento na administração pesqueira;
- 1.7 Seguro defeso;
- 1.8 Segurança do tráfego aquaviário;
- 1.9 Regulamento de Trabalho a Bordo de Embarcações Pesqueiras;
- 1.10 Registro Geral da Atividade Pesqueira;
- 1.11 Política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras;
- 1.12 Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB);
- 1.13 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca;
- 1.14 Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores;
- 1.15 Uso de dados estatísticos no acompanhamento da pesca;

- 1.16 Características da atividade pesqueira e seus efeitos nos estoques;
- 1.17 Legislação sobre recursos pesqueiros continentais e marinhos: aquicultura continental e marinha, reservatórios, esforço de pesca;
- 1.18 Impactos sociais e econômicos da regulamentação da pesca.

2. Direito Previdenciário

- 2.1 Lei n. 8.213/1991 - Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;
- 2.2 Lei n. 3.807/1960 (artigo 31)- dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.
- 2.3 Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Contribuição, Benefícios, Deveres Ambientais e Organização;
- 2.4 Formas de filiação à Previdência Social e os direitos previdenciários específicos dos pescadores;
- 2.5 Direitos de indenização contra empresas poluidoras do meio ambiente aquático;
- 2.6 Deveres específicos da profissão;
- 2.7 Cadastro no INSS - Segurado Especial;
- 2.8 Benefícios: Aposentadoria rural do segurado especial; Aposentaria por invalidez; Auxílio-doença; Acidente de trabalho; Licença Maternidade, Invalidez; Auxílio-acidente; Salário-maternidade; Pensão por morte; Auxílio-reclusão.

3. Direito Trabalhista e Novas Formas de Empregabilidade

- 3.1 Pescador Profissional e Pescador Artesanal – Diferenciação e Relação de Emprego;
- 3.2 Reforma Trabalhista e suas implicações;
- 3.3 Decreto-Lei n. 5.452/1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- 3.4 Conceito de Economia Solidária e seus princípios;
- 3.5 Associativismo;
- 3.6 Cooperativismo, Legislação Cooperativista, Criando uma Cooperativa (estatuto, estruturação, registro, etc.);
- 3.7 Empreendedorismo;
- 3.8 Fundo Rotativo Solidário e sua história, Como implementar o Fundo Rotativo Solidário, Formalização dos Fundos Rotativos Solidários; Sistema de contribuição do Fundo Rotativo Solidário;
- 3.9 Lojas Colaborativas;
- 3.10 Grupos informais;
- 3.11 Plataformas de colaboração;
- 3.12 Compras coletivas.

4. Mundo do Trabalho

- 4.1 Ser social, mundo do trabalho e sociedade;
- 4.2 Trabalho nas diferentes sociedades;
- 4.3 Transformações no mundo do trabalho;
- 4.4 Processo de alienação do trabalho em Marx;
- 4.5 Emprego, desemprego e subemprego;
- 4.6 Impacto das novas tecnologias produtivas e organizacionais no mundo do trabalho;
- 4.7 Inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho;
- 4.8 Inclusão dos diferentes: necessidades especiais e diversidade;

5. Direitos Sociais

- 5.1 Direitos Sociais: educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

6. Desenvolvimento Territorial

- 6.1 O que é o desenvolvimento?
- 6.2 A noção de desenvolvimento.

- 6.3 Concepções alternativas de desenvolvimento
- 6.4 Desenvolvimento humano. O desenvolvimento como liberdade.
- 6.5 Desenvolvimento sustentável.
- 6.6 Atores do Desenvolvimento Rural
- 6.7 Território e poder.
- 6.8 A expressão espacial do território.
- 6.9 Empreendedorismo e território

7. Educação ambiental

- 7.1 Educação Ambiental no Brasil e no mundo
- 7.2 Educação Ambiental e Cidadania
- 7.3 Movimentos Sociais, Culturais na Educação Ambiental
- 7.4 Preservação e Conservação Ambiental
- 7.5 Agenda 21: Global, Nacional, Estadual e local
- 7.6 Cuidado e preservação do mar
- 7.7 Homem, Trabalho e Meio Ambiente
- 7.8 Conceitos: poluição e contaminação
- 7.9 Fontes de poluição das águas
- 7.10 Consequências da poluição das águas

8. Resíduos Sólidos e reciclagem

- 8.1 Separação e reciclagem de resíduos sólidos
- 8.2 Definição, Caracterização e Classificação de Resíduos
- 8.3 Problemática dos resíduos sólidos urbanos: aspectos econômicos, institucionais, sanitários e ambientais
- 6.4 Política Nacional de Resíduos Sólidos: definição e implantação
- 8.5 Gestão de Resíduos Sólidos e políticas públicas
- 8.6 Sistema de Coleta, Acondicionamento e Triagem de Resíduos
- 8.7 Reciclagem, Reutilização e Coleta Seletiva de Resíduos
- 8.8 Logística Reversa

9. Segurança do Trabalho e Cuidados com a Saúde

- 9.1 Acidentes e doenças profissionais. Lesões por Esforços Repetitivos (LER), Câncer de pele pela exposição ao sol, Dores de cabeça, Dores nas articulações, entre outras.
- 9.2 Utilização de equipamentos de proteção individual e EPC (equipamento de proteção coletiva);
- 9.3 Normalização e legislação de Segurança do Trabalho na pesca.

10. Cultura e Valores

- 10.1 Cultura Local;
- 10.2 Diversidade (gênero, raça, religião);
- 10.3 Economia da cultura;
- 10.4 Desenvolvimento Local.

11. Políticas específicas para mulheres pescadoras

- 11.1 Garantias sociais para as mulheres pescadoras;
- 11.2 Conceito da categoria gênero
- 11.3 Relações de gênero, suas desigualdades no mundo trabalho e na pesca artesanal;
- 11.4 Aspectos socioculturais, políticos e econômicos identificados no trabalho de mulheres pescadoras;
- 11.5 Surgimento e atuação dos movimentos feministas
- 11.6 Equipamentos de proteção individual específicos para as mulheres pescadoras;
- 11.7 Saúde da mulher pescadora;
- 11.8 Editais voltados para mulheres pescadoras;
- 11.9 Acesso a direitos previdenciários.

12. Assistência Técnica, Beneficiamento e Comercialização do pescado

- 12.1 Assistência técnica e extensão interdisciplinar para pesca artesanal;
- 12.2 Acesso a créditos voltados ao fomento da atividade econômica;
- 12.3 Diversificação e agregação de valor aos produtos do pescado;
- 12.4 Programas de capacitação em beneficiamento e comercialização de pescado;
- 12.5 Elaboração de projetos e participação em editais;
- 12.6 Acesso às políticas públicas (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)).

***Ementa elaborada pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE e complementada pela autora.**

**** Ementa elaborada pela SETRE.**

METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada para formação nos cursos de qualificação social e profissional será a Pedagogia da Alternância, tendo como objetivo realizar uma formação que correlacione os conteúdos teóricos com a vivência prática e saberes dos educandos.

A Pedagogia da Alternância busca trabalhar com os conhecimentos extraídos da realidade do educando, são suas vivências e experiências, somadas aos conhecimentos que ela já possui pela sua realidade vivida, esta técnica é denominada por Conteúdos vivenciais e será utilizada com o objetivo de possibilitar aos educandos fazer uma correlação entre o conhecimento científico e com a realidade vivida, transformando esta a partir dos nossos conhecimentos.

Os temas abordados na proposta de formação são chamados na Pedagogia de Alternância de Temas geradores, pois partem do próprio educando e são de seu interesse porque tem o objetivo de transformar o próprio e indivíduo e/ou a realidade da sua comunidade ou região. Aliado ao trabalho de discussão dos temas a formação tem o propósito de promover visitas e viagens de estudo, com vistas a viabilizar a observação de novas situações, novas realidades e maneiras de lidar com as situações.

Em momentos oportunos acontecerão intervenções e palestras com especialistas nos conteúdos listados. Essa técnica tem como função proporcionar aos educandos o contato com outras experiências, incentivando ao debate e troca de vivências e óticas diferentes sobre a mesma realidade.

Como forma de medir o aprendizado em determinado período do curso os educandos irão aplicar seu conhecimento teórico assimilado por meio da prática e posteriormente apresentar suas impressões e conclusões aos colegas de turmas, realizando assim, uma roda de conversa e consequentemente troca de experiências.

Por se tratar de cursos com carga horária relativamente pequena o processo de avaliação de habilidade/convivência será realizado de maneira processual na observação das atitudes, relações, capacidade de fazer, comunicação, disponibilidade para aprender, abertura ao novo, organização pessoal, liderança, responsabilidade e compromisso, diálogo e respeito, contudo ao final de cada curso será disponibilizado para cada educando um roteiro subsidiado por um tema, o educando fará sua autoavaliação, encaminhará a sua família para que também o avalie, além de um colega de sala, posteriormente essa avaliação será compartilhada em sala para reflexão.

Vale salientar que as aulas também contarão com apresentação de equipamentos e simulações para uma melhor aprendizagem prática, além de leituras orientadas por roteiros e exercícios variados, utilizando envio de materiais, comunicação por meio de WhatsApp (com autorização dos usuários) para retornos dialogados entre todo o grupo, acesso a vídeos, podcasts e lives, além de exposição organizada de conteúdos por meio de powerpoint.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Trabalho. Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Plano de Benefícios da

Previdência Social. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm> Acesso em: 08 nov. 2023.

BRASIL. Ministério de Trabalho. Decreto N 64.618/1969 de 2 de junho de 1969. Aprova o Regulamento de Trabalho a Bordo de Embarcações Pesqueiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 de junho de 1969. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d64618.htm> Acesso em 08 nov 2023.

BRASIL. Ministério de Trabalho. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Normas Correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas**. 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf. Acesso em 08 nov 2023.

BARSANO, Paulo Roberto. *et al.* **Gestão ambiental**. São Paulo: Érica, 2014.

FRANÇA FILHO. Genauto. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cad. EBAPE.BR**, v. 2, n. 1, mar. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIM, Francini Imene Dias. **Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental**. São Paulo: Érica, 2014.

BARRETO. Simaia. S. **Coalizões de defesa e finanças solidárias na Bahia**: uma análise das interações no processo de construção da política pública no âmbito do GT de finanças. 2017. 140f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, 2017.

BEZERRA, M. S. P. **Trabalho e gênero: proteção e desproteção das mulheres pescadoras da cidade de Bayeux, Paraíba**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11277>>. Acesso em 08 nov. 2023.

BRASIL. República Federativa. **Cartilha dos Fundos Solidários**. 2012. Disponível em: <http://camp.org.br/files/2014/07/Cartilha-Fundos-Solidarios-Reg-Sul.pdf>. Acesso em 06 out. 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional em Pescador Artesanal de Ambiente Marinho**. 2013. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/616/79%20-%20Aprova%20Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20do%20Curso%20FIC%20em%20Pescador%20Artesanal%20de%20Ambiente%20Marinho%20-%20PRONATEC%20-%20Campus%20Macau.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 nov. 2023.

LEITE, Jose Rubens Morato; CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LÓSSIO. R, A, R; PEREIRA. C . M. **A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007.

PEREIRA FILHO, H.V.; Pereira, V. L. D.; PACHECO JR, W. **Gestão da Segurança e Higiene do Trabalho**. Editora: ATLAS, 2000.

ZOCCHIO, Álvaro. **Política de Segurança e Saúde no Trabalho**. [s. l.]: Editora LTR, 2000.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quadro 3 - Plano de Ensino - Curso: Tecnologia da Pesca

PLANO DE ENSINO

EIXO: PESCA ARTESANAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 a 240 horas

CARGA HORÁRIA DIÁRIA: 02 a 03 horas/dia

EMENTA

1. Tecnologia pesqueira

Noções de Navegação. Regras de navegação da Marinha do Brasil. GPS de Navegação. Noções Básicas de Sistema de Posicionamento. GPS para Iniciantes. GPS - Posicionamento por Satélite. Navegação Fluvial. Coordenadas de localização. Orientação e Uso do GPS de Navegação. Ecossonda. Frequência de ondas. O que pode ser identificado pela ecossonda. Interferências no uso da ecossonda. Utilização e funcionamento de Radiogoniômetro. Benefícios na utilização do radiogoniômetro. Rádio VHF. Comunicação básica no rádio. Texto e códigos utilizados. Frequência. Capacidade e Potência. Bússola. Noções básicas de interpretação de cartas náuticas.

OBJETIVOS

1. Capacitar profissionais para utilização de equipamentos de navegação.
2. Proporcionar momento de qualificação teórica e prática promovendo uma aprendizagem prática

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1.1 Como surgiu a navegação?
- 1.2 Tipos de navegação?
- 1.3 Princípios básicos da navegação
- 1.4 Tipos de bússolas mais utilizadas
- 1.5 GPS na navegação.
- 1.6 Como funcionam os GPS's?
- 1.7 Princípios técnicos da Ecossonda
- 1.8 Procedimentos para utilização da ecossonda
- 1.9 Interpretação dos dados obtido pela ecossonda
- 1.10 Utilização do Radiogoniômetro
- 1.11 Benefícios da utilização do radiogoniômetro da pesca
- 1.12 Utilização e benefícios na utilização do Rádio VHF

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia a ser utilizada para formação nos cursos de qualificação social e profissional será a Pedagogia da Alternância, tendo como objetivo realizar uma formação que correlacione os conteúdos teóricos com a vivência prática e saberes dos educandos.

A Pedagogia da Alternância busca trabalhar com os conhecimentos extraídos da realidade do educando, são suas vivências e experiências, somadas aos conhecimentos que ela já possui pela sua realidade vivida, esta técnica é denominada por Conteúdos vivenciais e será utilizada com o objetivo de possibilitar aos educandos fazer uma correlação entre o conhecimento científico e com a realidade vivida, transformando esta a partir dos nossos conhecimentos.

Os temas abordados na proposta de formação são chamados na Pedagogia de Alternância de Temas geradores, pois partem do próprio educando e são de seu interesse porque tem o objetivo de transformar o próprio e indivíduo e/ou a realidade da sua comunidade ou região. Aliado ao trabalho de discursão dos temas a formação tem o propósito de promover visitas e viagens de estudo, com vistas a viabilizar a observação de novas situações, novas realidades e maneiras de lidar com as situações.

Em momentos oportunos acontecerão intervenções e palestras com especialistas nos conteúdos listados. Essa técnica tem como função proporcionar aos educandos o contato com outras experiências, incentivando ao debate e troca de vivências e óticas diferentes sobre a mesma realidade. Como forma de medir o aprendizado em determinado período do curso os educandos irão aplicar seu conhecimento teórico assimilado por meio da prática e posteriormente apresentar suas impressões e conclusões aos colegas de turmas, realizando assim, uma roda de de conversa e consequentemente troca de experiências.

Por se tratar de cursos com carga horária relativamente pequena o processo de avaliação de habilidade/convivência será realizado de maneira processual na observação das atitudes, relações, capacidade de fazer, comunicação, disponibilidade para aprender, abertura ao novo, organização pessoal, liderança, responsabilidade e compromisso, diálogo e respeito, contudo ao final de cada curso será disponibilizado para cada educando um roteiro subsidiado por um tema, o educando fará sua autoavaliação, encaminhará a sua família para que também o avalie, além de um colega de sala, posteriormente essa avaliação será compartilhada em sala para reflexão.

Vale salientar que as aulas também contarão com apresentação de equipamentos e simulações para uma melhor aprendizagem prática, além de leituras orientadas por roteiros e exercícios variados, utilizando envio de materiais, comunicação por meio de WhatsApp (com autorização dos usuários) para retornos dialogados entre todo o grupo, acesso a vídeos, podcasts e lives, além de exposição organizada de conteúdos por meio de powerpoint.

BIBLIOGRAFIA

SILVA, Mônica Elizabeth de Melo. Observações sobre a utilização da ecossonda na pesca artesanal dos municípios da mesorregião nordeste paraense. Orientador: Mutsuo Asano Filho. 2006. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2006.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quadro 4 - PLANO DE ENSINO - CURSO: PRODUÇÃO PESQUEIRA, MANEJO, CONSERVAÇÃO, ESTOCAGEM E REFRIGERAÇÃO DO PESCADO

PLANO DE ENSINO

EIXO: PESCA ARTESANAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 80 a 240 horas

CARGA HORÁRIA DIÁRIA: 02 a 03 horas/dia

EMENTA

1. Produção Pesqueira, Manejo, beneficiamento, estocagem e conservação do pescado

Generalidades e características do setor pesqueiro. Exploração racional de recursos pesqueiros. Pesca artesanal. Frota pesqueira nacional. Classificação dos Aparelhos de Pesca. Embarcações pesqueiras. Técnicas de captura em águas interiores e marinhas. Seletividade dos aparelhos de pesca. Construção de equipamentos. Operação de embarcações. Operação de equipamentos de captura. A pesca no Nordeste e Território de Identidade .

Descrição e características dos grupos de pescados, como matéria-prima e composição química. Alterações físicas e químicas por processamento. Conceito básico do beneficiamento do pescado. Valor nutricional do Pescado. Qualidade da carne de peixe; Estresse e bem-estar animal; Captura, abate e transporte do peixe; Característica do Frescor do Peixe; Noções sobre o funcionamento das máquinas envolvidas no processamento do pescado. Processamento preliminar do peixe; Tipos de corte do peixe; Métodos de conservação do pescado. Conservação do pescado pela ação do frio (resfriamento, congelamento). Cuidados com os alimentos (Recepção e armazenamento de matérias-primas); Sistemas de embalagens. Tecnologia de fabricação do fishburguer; Tecnologia de fabricação do espetinho de peixe; Tecnologia de fabricação de quibe, croquete e almondega de peixe; Tecnologia de fabricação de nuggets de peixe; Tecnologia de fabricação de empanados de peixe; Tecnologia de fabricação de massas a base do pescado (Coxinha, pastel de peixe, pizz de peixe e outros); Tecnologia de fabricação de caldos concentrados a base do pescado; Tecnologia de aproveitamento de cabeças e carcaças de peixes. Processamento da salga, da secagem, de enlatados, de defumados, de pastas e embutidos. Aproveitamento de subprodutos da indústria pesqueira. Farinha e solúvel do pescado. Tecnologia de fabricação de demais produtos a base do pescado; Aplicação de boas práticas de fabricação; Legislação pertinente ao beneficiamento do pescado.

OBJETIVOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1.1 Produção Pesqueira
- 1.2 Manejo sanitário
- 1.3 Manejo pós-captura
- 1.4 Técnicas de pesca
- 1.5 Armazenamento, embalagem e comercialização
- 1.6 Transporte de peixes
- 1.7 Técnicas de abate. Corte de pescado
- 1.8 Processos de conservação
- 1.9 Planejamento e Dimensionamento da produção.
- 1.10 Noções de cadeia produtiva
- 1.11 Processamento. Resfriamento. Congelamento. Princípios do enlatamento. Secagem. Salga. Defumação. Fermentação
- 1.12 Esterilização e limpeza das instalações e equipamentos
- 1.13 Cortes em pescados

METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia a ser utilizada para formação nos cursos de qualificação social e profissional será a Pedagogia da Alternância, tendo como objetivo realizar uma formação que correlacione os conteúdos teóricos com a vivência prática e saberes dos educandos.

A Pedagogia da Alternância busca trabalhar com os conhecimentos extraídos da realidade do educando, são suas vivências e experiências, somadas aos conhecimentos que ela já possui pela sua realidade vivida, esta técnica é denominada por Conteúdos vivenciais e será utilizada com o objetivo de possibilitar aos educandos fazer uma correlação entre o conhecimento científico e com a realidade

vivida, transformando esta a partir dos nossos conhecimentos.

Os temas abordados na proposta de formação são chamados na Pedagogia de Alternância de Temas geradores, pois partem do próprio educando e são de seu interesse porque tem o objetivo de transformar o próprio e indivíduo e/ou a realidade da sua comunidade ou região. Aliado ao trabalho de discussão dos temas a formação tem o propósito de promover visitas e viagens de estudo, com vistas a viabilizar a observação de novas situações, novas realidades e maneiras de lidar com as situações.

Em momentos oportunos acontecerão intervenções e palestras com especialistas nos conteúdos listados. Essa técnica tem como função proporcionar aos educandos o contato com outras experiências, incentivando ao debate e troca de vivências e óticas diferentes sobre a mesma realidade. Como forma de medir o aprendizado em determinado período do curso os educandos irão aplicar seu conhecimento teórico assimilado por meio da prática e posteriormente apresentar suas impressões e conclusões aos colegas de turmas, realizando assim, uma roda de conversa e consequentemente troca de experiências.

Por se tratar de cursos com carga horária relativamente pequena o processo de avaliação de habilidade/convivência será realizado de maneira processual na observação das atitudes, relações, capacidade de fazer, comunicação, disponibilidade para aprender, abertura ao novo, organização pessoal, liderança, responsabilidade e compromisso, diálogo e respeito, contudo ao final de cada curso será disponibilizado para cada educando um roteiro subsidiado por um tema, o educando fará sua autoavaliação, encaminhará a sua família para que também o avalie, além de um colega de sala, posteriormente essa avaliação será compartilhada em sala para reflexão.

Vale salientar que as aulas também contarão com apresentação de equipamentos e simulações para uma melhor aprendizagem prática, além de leituras orientadas por roteiros e exercícios variados, utilizando envio de materiais, comunicação por meio de WhatsApp (com autorização dos usuários) para retornos dialogados entre todo o grupo, acesso a vídeos, podcasts e lives, além de exposição organizada de conteúdos por meio de powerpoint.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, J. J. **Introdução à Tecnologia de Alimentos**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1976. 118p.

CASTRO, A. G.; POUZADA, A. S. **Embalagens para a indústria alimentar**. Lisboa: Instituto Piaget. 2003.

OGAWA, M.; MAIA, E. L. **Manual de Pesca – Ciência e Tecnologia do Pescado**. São Paulo: Editora Varela.

SANTOS, Eurico. **Pesca e piscicultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. 212 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FELLOWS, P. J. **Tecnologia do Processamento de Alimentos: Princípios e Prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GAVA, Altanir Jaime. **Princípios de tecnologia de alimentos**. São Paulo: Nobel, 1984.

GONÇALVES, Alex Augusto. **Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação**. [s. l.]: Atheneu Editora, 2011.

ORDÓÑEZ PEREDA, Juan A.; RODRIGUEZ, Maria Isabel Cambero. **Tecnologia de alimentos: alimentos de origem animal**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 2 v.

Fonte: Elaboração própria (2023).

9 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo discutir os temas precarização no mundo do trabalho e alternativas de qualificação profissional visando apresentar um novo formato de elaboração de cursos de qualificação considerando como fator principal a escuta das necessidades, desejos e preocupações dos trabalhadores, produzindo assim um modelo de ementa que considere as características culturais e locais, meio ambiente e saberes do público a ser beneficiado, conciliado com as novas tendências tecnológicas, que vem transformando as relações no mundo do trabalho.

A política pública de qualificação profissional vem passando por alterações para se adequar às transformações no mundo do trabalho. Contudo, o modelo de qualificação profissional é modelado para atender a demanda de vagas ofertadas pelo setor produtivo, muitas vezes, reproduzindo um modelo de trabalho precarizado, que enfoca aspectos operacionais da prática laboral sem articulação com o sentido e significado do trabalho desenvolvido e tão pouco da ideia de cooperação e organização dos trabalhadores.

Na pesca artesanal é facilmente identificado o trabalhador que não está integrado ao sistema formal de trabalho por apresentar características próprias e culturais, se diferenciando dos demais trabalhadores que compõem o modo de produção atual. Em um cenário de desemprego estrutural a perspectiva o trabalho cooperado, associado e coletivo vem despontando como alternativa de inserção produtiva, tornando necessário o desenvolvimento de formações específicas, que valorize saberes tradicionais de forma articulada com nas novas técnicas e métodos, além de orientar e empoderar os trabalhadores auxiliando-os em sua organização como classe trabalhadora. Nesses termos é que essa proposta de formação vislumbra uma Tecnologia Social que poderá ser apropriada pelas organizações sociais representativas dos pescadores artesanais e utilizada por órgãos e instituições formadoras na execução da política pública de qualificação profissional.

O trabalho apresentado teve como objetivo principal discutir a formação profissional para a inserção produtiva não precarizada no mundo do trabalho na atividade da pesca artesanal no território da Península de Itapagipe, e para alcançá-lo foi realizada escuta ativa de pescadores(as) visando incorporar saberes locais na proposição de instrumentos políticos-pedagógicos de formação profissional, trabalhado o conceito de precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, articulando-o com o significado da formação profissional para inserção no mercado de trabalho; o conceito de Economia do mar; as políticas públicas de formação profissional voltadas para a economia do mar, especificamente

para pesca artesanal objetivando o desenvolvimento de um modelo de ementa de formação profissional para trabalhadores que atuam na pesca artesanal.

Durante o percurso para construção do trabalho foram realizadas conversas pontuais com pescadores, participação e escuta desses trabalhadores em um encontro voltado para discutir diferentes pautas da pesca artesanal, entrevista com dirigentes de instituições públicas, residência social com organização voltada a proteção de animais marinhos e limpeza do mar e por fim, a realização de um grupo focal com pescadores artesanais, ponto ápice no processo de escuta e entendimento da dinâmica de trabalho, cultura e valores, que possibilitou a entrega de uma proposta de formação que se apoia na Pedagogia de Alternância, modalidade apontada pelos pescadores entrevistados como uma pedagogia que se adequa a realidade de suas vidas. Desta forma, a proposta da TGS utiliza conceitos centrais da alternância, como o respeito ao conhecimento e saber do indivíduo, sua vida na comunidade e familiar, alternando a formação em sala de aula com a formação no seu local de trabalho, aplicando os novos conhecimentos no seu trabalho diário, fazendo dele um sujeito ativo e transformador da sua própria realidade e dos que estão próximos, valorizando e respeitando seu modo de vida.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, Edigilson Tavares de. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.
- BAHIA. **Decreto nº 11.262 de 21 de outubro de 2008**. Institui, no âmbito do Estado da Bahia, o Programa Trilha. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/75372/decreto-11262-08>>. Acesso em: 10 mai. 2023.
- BAHIA. Secretaria de Turismo. **Plano Estratégico do Turismo Náutico na Baía de Todos-os-Santos**. Salvador: SETUR, FPC, 2010.
- BARBOSA JUNIOR, Almirante de Esquadra Ilques. Amazônia Azul – o nosso mar. In: BEIRÃO, André Panno; MARQUES, Miguel; RUSCHEL, Rogerio Raupp. **O valor do mar: uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil**. São Paulo: Essential Idea Editora, 2020.
- BARONCINI, Angelo. A nova fronteira econômica está nos mares. In: O VALOR DO MAR Uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil. In: BEIRÃO, André Panno; MARQUES, Miguel; RUSCHEL, Rogerio Raupp. **O valor do mar: uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil**. São Paulo: Essential Idea Editora, 2020.
- BATISTA, E. L. O Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, como instituição educacional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil. **Revista HISTEDBR On-Line**, São Paulo, v. 15, n. 63, p. 33–44, 2015.
- BAVA, S. C. **Tecnologia social e desenvolvimento local: tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- BEIRÃO, A. P.; MARQUES, M.; RUSCHEL, R. R. **O Valor do mar: uma visão integrada dos recursos do oceano do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Essential Idea Editora, 2020.
- BOULLOSA, R. F.; BARRETO, M. L. S. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. **NAU Social**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 181–202, 2010.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 11.669, de 13 de junho de 2008. Reconhece as Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. **Diário Oficial**: seção 1, Brasília, DF, 14 junho de 2008.

BRASIL. Medida Provisória nº 696 de 2 outubro de 2015. Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial**: seção 1, Brasília, DF, 13 outubro de 2015.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. Aprova e baixa o Código de Pesca. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, de 20 de outubro de 1938.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009. Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, de 27 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. **Revista Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 21, n. 2, p. 63-77, maio/agosto 2004.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES - CPP. **Quem somos**: breve histórico. Disponível em: <https://www.cppnacional.org.br/node/3>. Acesso em: 21 fev. 2024.

COQUAP - COORDENAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. **Programas e Projetos de Qualificação Profissional**. Bahia: SETRE, 2020.

COQUAP - COORDENAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. **Programas e Projetos de Qualificação Profissional**. Bahia: SETRE, 2020.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno Crh**, v. 24, p. 37-57, 2011.

ESCURRA, Maria Fernanda. Pesca Artesanal: expropriações contemporâneas e reprodução do arcaico pelo capital. **Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea**, v. 11, n. 32, 2013.

FLEXOR, M. H. O.; SCHWEIZER, P. J. **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural**. Bahia: EDUFBA, 2011.

FLEXOR, Maria; SCHWEIZER, Peter. **Península de Itapagipe**: patrimônio industrial e natural. Salvador: EDUFBA, 2011.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun., 2001.

FUNDAÇÃO MARIO LEAL FERREIRA. **Plano de Bairros**. 2021. Disponível em: <http://fmlf.salvador.ba.gov.br/images/plano_itapagipe/Itapagipe_Proposicoes.pdf?ltclid=3b24d914-723e-455a-9752-b3c3e2b4c9bb>. Acesso em: 26 jul. 2022.

GIMONET, Jean-Claude. “L’Alternance en Formation. ‘Méthode Pédagogique ou nouveau système éducatif?’ L’expérience des Maisons Familiales Rurales”. In: DEMOL, Jean-Noel et PILON, Jean-Marc. **Alternance, Developpement Personnel et Local**. Paris: L’Harmattan, 1998, p. 51-66.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. **Evolução da produção e consumo de pescado na Bahia** Período de 2014 – 2019. 2019. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/PRODU%C3%87%C3%83O%20E%20CONSUMO%20DE%20PESCADO%20NA%20BAHIA.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Planejamento de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS**. Salvador: Secretaria de Turismo, 2012.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000. Brasília: OIT, 2012. 416p.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Síntese da situação da pesca extrativa marinha no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2003.

IBAMA. **Monitoramento da atividade pesqueira no litoral do Brasil relatório técnico final**. Brasília: IBAMA, 2003.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MATIAS, Thalita Eliziário Menezes; MENESES, Jaldes Reis. Análise das configurações no mundo do trabalho na contemporaneidade a partir das cooperativas do nordeste brasileiro. **COGNITIONIS Scientific Journal**, v. 6, n. 2, p. 722-733, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Ramon. Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, v. 15, n. 44, p. 245-266, 2015.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretária da Casa Civil. Lei nº 12.356 de 22 de setembro de 2011. Institui o fundo de promoção do trabalho decente - funtrad, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, seção 1, 23 de setembro de 2011.

PELATIERI, Patrícia *et al.* Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPE. **Terceirização do trabalho no Brasil**: novas e distintas perspectivas para o debate. Brasília: Ipea, 2018.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Estudo de viabilidade da cadeia de valor da pesca artesanal nas regiões do Pará e Bahia**. PNUD no Brasil: Humanize, 2020.

PROVÁRZEA/IBAMA. **Cartilha Colônia de Pescadores**. 2004. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/zezinhocoimbra/cartilha-colnia-de-pescadores>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RAMALHO, C. W. N.; MELO, A. A. Uma etnografia dos mestres da pesca artesanal da praia de Carne de Vaca, Goiana, PE. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 50–71, 2016.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Andrezza Andrade. Uma etnografia dos mestres da pesca artesanal da praia de Carne de Vaca, Goiana, PE. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 1, n. 6, p. 50-71, 2015.

REDEMAR BRASIL. **Defender os oceanos é extremamente importante**. 2013. Disponível em: <https://redemar.org.br/>. Acesso em: 1 mar. 2024

REGIS, G. S. **As potencialidades das TIC para a pedagogia da Alternância na Educação do Campo**. 2015. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –Universidade Federal da Bahia, 2015.

RIBEIRO, Andressa F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015.

RODRIGUES, A. C. L. **Conhecendo a Pedagogia da Alternância**. 2020. 31f. Monografia (Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal do Maranhão, 2020.

SANTOS, E. B. *et al.* Escola das Águas: Uma Proposta de Educação Pensada e Construída pelas Comunidades Tradicionais Pesqueiras do Estado da Bahia. *In*: **Anais...** Salvador, v. 1, n. 1, 2018. Tema: II Encontro baiano de educação de campo: ataque do conservadorismo e experiências contra hegemônicas.

SANTOS, E. *et al.* **QUALISalvador**: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia. 2. ed. Salvador: Edufba, 2022.

SANTOS, J. A. **Projeto juventude cidadã na Bahia: qualificação social e profissional para a formação do “cidadão mínimo”**. 2012. 132f. Dissertação (Mestrado) - Universidade

Federal da Bahia, 2012.

SANTOS, T.; CARVALHO, A. B. Um Panorama da Economia do Mar no Brasil. **O Valor do mar: uma visão integrada dos recursos**. São Paulo: Essential Idea Editora, 2020.

SEPLAN - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Plano Plurianual (PPA) 2020-2023**. 2023. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PPA_2020_2023_Revisao_2021.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

SEAGRI - SECRETÁRIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA. 2023. **Pesca e aquicultura na Bahia**. Disponível em: <http://www.bahiapesca.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SETRE - SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE. **Estrutura e Finalidade**. 2023. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=209>. Acesso em: 30 out. 2023.

SETRE - SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE. **Histórico**. 2016. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=185>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SETRE - SECRETÁRIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE. **Programa Qualifica Bahia**. 2023. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=66>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SILVA, A. C. S. **Gestão e Participação na Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas – Ba**. 2020. 156f. Dissertação (Pós-Graduação) – Universidade Federal da Bahia, 2020.

SILVA, Leidisangela Santos. **A economia pesqueira artesanal no município de Salvador-BA**: da organização produtiva a comercialização nas colônias de pescadores. 2013. 113f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, 2013.

SISRGP – SISTEMA INFORMATIZADO DO REGISTO GERAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA. **Painel de Embarcações de Pesca**. 2023. Disponível em: <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sap-sisrgp/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOUZA, L. K. Recomendações para a Realização de Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa. **PSI UNISC**, v. 4, n. 1, p. 52-66, jan. 2020.

APÊNDICE A – GRUPO FOCAL COM PESCADORES PERTENCENTES A PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

Esse questionário refere-se a pesquisa da mestranda em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA, Anelize Barbosa dos Santos, orientada pela professora Renata Rossi, que tem como tema: **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES DO MAR NO TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – SALVADOR/BA.**

1. Como vocês aprenderam o ofício da pesca?
2. Como esse ofício se tornou a profissão de vocês?
3. Além do que é aprendido no trabalho, vocês fazem ou já fizeram algum tipo de curso? Se positivo, foi ofertado ou vocês buscaram essa qualificação?
4. Se já fez algum tipo de curso, quais foram? Quais os nomes das instituições formadoras?
5. Houve algum tipo de consulta para saber de vocês a real necessidade do curso disponibilizado, inclusive dos assuntos abordados e a forma de sua realização? Em caso positivo, como se deu esse processo?
6. Como vocês avaliam os cursos que já foram ofertados? Eles atenderam as suas necessidades? Os assuntos abordados contribuíram para o desenvolvimento do trabalho diário?
7. Como vocês gostariam de participar da construção dos cursos, desde a forma, tempo, locais, assuntos, entre outros? Como vocês acreditam que esse processo poderia acontecer?
8. Quais os cursos e temas vocês têm interesse e sentem necessidade em se qualificar?
9. Sendo a embarcação um importante equipamento para desenvolvimento do ofício da pesca, como vocês avaliam a aplicação de cursos voltados a manutenção de embarcações?
10. Como os cursos de qualificação profissional podem envolver vocês profissionais da pesca, a comunidade, o comércio, as instituições representativas (associações, cooperativas, colônias) e órgãos públicos e regulamentadores?
11. Como os cursos de qualificação profissional podem contribuir para valorização do profissional pescador artesanal, inclusive as mulheres, desde o aspecto cultural, o saber nato e local, os direitos trabalhistas e previdenciários, a inserção no comércio, a assistência técnica e o acesso a políticas de crédito?

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SÓCIO – ECONÔMICO COM OS PESCADORES
INTEGRANTES DA COLÔNIA Z-2 ITAPAGIPE**

Data de aplicação: ____/____/____ Tempo de aplicação: ____: ____

Nome: _____

Apeli-

do: _____ Sexo:

☐ Masculino

☐ Feminino

1. Idade: Qual a sua idade? _____

☐ entre 18 – 23 anos

☐ entre 48 – 53 anos

☐ entre 24 – 29 anos

☐ entre 54 – 59 anos

☐ entre 30 – 35 anos

☐ entre 60 – 65 anos ☐ 66 anos ou mais 2.

☐ entre 36 – 41 anos

☐ entre 42 – 47 anos

2. Grau escolar: Qual a última série escolar que você estudou? _____

☐ não estudou

☐ fundamental I (1º série do 2º ano – 4º série do 5º ano)

☐ fundamental II (5º série do 6º ano – 8º série do 9º ano)

☐ médio completo ☐ médio incompleto

☐ superior completo

CARACTERÍSTICAS FAMILIAR

3. Estado civil: Qual seu estado civil?

☐ solteiro(a) ☐ casado(a) ☐ divorciado(a) ☐ viúvo(a) ☐ outros

4. Em caso de casado(a), qual a atividade econômica da(o) companheira(o)?

☐ pesca artesanal (captura – beneficiamento – comercialização)

☐ outra atividade não ligada a pesca.

5. Quantas pessoas moram na sua residência, incluído você?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

6. Possui filhos:

☐ sim ☐ não. Caso sim, quantos?

Masculino _____ Feminino _____

7. Em caso de filhos, quantos deles trabalham com pesca artesanal? _____

7.1 Quer mudar de atividade? ☐ não ☐ sim. Porque? _____

8. Além dos filhos(as) e companheiro(a) caso possuam, quem e quantos mais mora com você?

☐ enteado

☐ pais

☐ outros

☐ tios (as)

☐ genro / nora

☐ sobrinhos (as)

☐ netos

9. Qual o maior grau de escolaridade na família?

- ☐ fundamental I (1º série do 2º ano – 4º série do 5º ano) ☐ médio completo
☐ fundamental II (5º série do 6º ano – 8º série do 9º ano) ☐ superior completo
☐ médio incompleto

10. Quantas pessoas contribuem com a renda familiar, incluindo você?

- ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8

11. Qual a renda mensal, em média, da residência, incluindo você?

- ☐ até 1 salário mínimo (R\$ 0,00, inclusive)
☐ de 1 até 2 salários mínimos (R\$ 678,00 a R\$ 1.356,00, inclusive)
☐ de 2 até 4 salários mínimos (R\$ 1.356,00 a R\$ 2.712,00, inclusive)
☐ de 4 até 6 salários mínimos (R\$ 2.712,00 a R\$ 4.068,00, inclusive)
☐ mais de 6 salários mínimos
☐ nenhuma renda

CARACTERISITICA DA RESIDÊNCIA

12. Você é o chefe (leva a renda principal para a casa) da família?

- ☐ sim ☐ não

13. A sua residência é?

- ☐ própria ☐ alugada ☐ cedida ☐ outros: _____

Em caso de alugada, quanto custa o aluguel: R\$ _____

14. Onde está localizado sua residência?

- ☐ no mesmo bairro da colônia de pescador que frequenta.
☐ no bairro próximo a colônia de pescador que frequenta.
☐ no bairro distante a colônia de pescador que frequenta.

15. Quanto tempo você gasta de sua residência ao local da pesca?

- ☐ menos de 30 min
☐ 00:30 – 2 horas
☐ 2 – 3 horas
☐ mais de 3 horas

16. Qual o tipo da sua residência?

- ☐ alvenaria ☐ madeira ☐ mista (alvenaria + madeira) ☐ outros:

17. Como é destinado o lixo doméstico, na sua residência?

- ☐ enterrado ☐ jogado na rua ☐ coleta pública Municipal ☐ queimado ☐ outros: _____

18. Quantas vezes na semana consome peixe na sua residência?

- ☐ 1 vez/ semana ☐ mais de 3 vezes/ semana
☐ 2 vezes/ semana ☐ não come peixe
☐ 3 vezes/ semana ☐ raramente no mês

ATIVIDADE PESQUEIRA

19. A pesca é?

- ☐ atividade econômica principal
- ☐ atividade econômica complementar
- ☐ lazer
- ☐ para consumo familiar

20. Além da pesca você possui outra fonte de renda ou atividade econômica?

- ☐ sim ☐ não

Caso sim, Qual? _____

27. Há quantos anos você atua na pesca? _____

21. Seus antepassados eram pescador?

- ☐ sim ☐ não

Caso sim, Quem? _____

22. Possui a carteira Registro Geral de Pescador?

- ☐ sim ☐ não

23. Você pesca somente nos limites da colônia de pescador, que possui cadastro?

- ☐ sim ☐ não

24. Você realiza a pesca?

- ☐ todos os dias da semana ☐ depende da maré
- ☐ de segunda a sexta – feira ☐ 3 dias na semana
- ☐ nos finais de semana

25. Que horário você realiza a pesca, normalmente?

- ☐ de manhã (das 07:00 às 12:00 hs)
- ☐ de tarde (12:01 às 18:00 hs)
- ☐ de noite (das 18:01 às 23:59 hs)
- ☐ de madrugada (das 00:00 às 06:59 hs)
- ☐ sem horário estabelecido
- ☐ Tábua da maré

26. Quantas horas de trabalho diária, em média, você utiliza na pesca?

- ☐ 4 h/ dia ☐ 6 h/ dia ☐ 8 h/ dia ☐ 10 horas ou mais / dia ☐ indefinido

27. Você realiza a pesca?

- ☐ individualmente
- ☐ em grupos, da colônia de pescadores
- ☐ com familiares

28. Qual sua função na atividade pesqueira?

- ☐ pescador autônomo ☐ pescador empregado/ parceiro
- ☐ mestre ☐ outros: _____
- ☐ dono do barco

29. Em caso do dono do barco.

Você possui mão-de-obra permanente para auxiliar nas atividades pesqueiras, com vínculo empregatício?

☐ sim ☐ não

30. Utiliza barco/ canoa para a pesca? Caso não, redirecionar para a pergunta 40.

☐ sim ☐ não

31. O barco/ canoa é?

☐ próprio ☐ alugado ☐ cedido ☐ outros: _____

32. Em caso de barco próprio como adquiriu?

☐ doação dos órgãos de Pesca

☐ doação de outras entidades

☐ Financiamento próprio

☐ Financiamento subsidiado (bancos governamentais)

☐ Outros

33. Qual o maquinário, apetrecho ou equipamento para realizar a pesca?

☐ linha ☐ espinhal ☐ rede ☐ arpão ☐ mergulho ☐ outros _____

34. Quais as estações do ano de maior rentabilidade na pesca na localidade, que frequenta?

☐ Verão

☐ Primavera

☐ Outono

☐ inverno

35. Quais os meses você costuma realizar a pesca?

☐ janeiro ☐ julho ☐ todos os meses

☐ fevereiro ☐ agosto

☐ março ☐ setembro

☐ abril ☐ outubro

☐ maio ☐ novembro

☐ junho ☐ dezembro

36. O seu pescado é beneficiado?

☐ sim ☐ não. Caso sim, responder as questões 49 a 51.

37. Qual a quantidade beneficiada?

☐ totalmente

☐ metade

☐ menos que a metade

☐ quando solicitado pelo cliente

38. Onde o pescado é beneficiado?

☐ na colônia de pescador

☐ na praia

☐ na residência

☐ outros: _____

39. O que é feito com as aparas do pescado?

- ☐ jogado no lixo
☐ jogado no mar
☐ Alimento para outros animais
☐ outros: _____

DADOS DA EMBARCAÇÃO E DA MODERNIZAÇÃO DA PESCA

40. Qual a função principal da embarcação?

- ☐ pesca ☐ transporte de passageiro ☐ outros: _____

41. Qual a propulsão utilizada?

- ☐ remo ☐ motor ☐ outros: _____

Em caso de motor, qual a quantidade de combustível utilizada semanalmente? _____ / litro

42. Qual o tamanho da embarcação?

- ☐ 1 a 5 m
☐ 6 a 10 m
☐ maior que 10 m

43. Qual a capacidade da embarcação para pescados?

- ☐ menos de 500 kg ☐ ½ tonelada ☐ 1 toneladas ☐ 2 toneladas ☐ outros _____

44. Caso pilote uma embarcação, você possui documentação:

- ☐ sim ☐ não

45. Como você visualiza a modernização, ou seja, a tecnologia nos instrumentos para a realização da pesca?

- ☐ bom ☐ regular ☐ ruim

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESCA ARTESANAL

46. Você recebe alguma assistência técnica para a cadeia produtiva dos pescados?

- ☐ sim ☐ não, Caso sim, onde? ☐ particular ☐ pública/ oficial, qual órgão? _____

47. Você possui utiliza os serviços do Terminal Pesqueiro Público da Bahia, localizado na Península?

- ☐ sim ☐ não

48. Você é assistido por algum programa social?

- ☐ sim ☐ não.

Caso sim, Qual? ☐ nenhum ☐ bolsa família ☐ aposentadoria ☐ Licença maternidade ☐ Seguro defeso ☐ outros: _____

49. Você já realizou algum curso relacionado a atividade pesqueira?

- ☐ sim ☐ não. Caso sim, qual?
☐ Como gestar/ administrar sua atividade econômica
☐ Seguro defeso / capacitação de captura
☐ conservação / beneficiamento de pescados

- ☐ curso de pilotagem
- ☐ como comercializar o pescado
- ☐ outros? _____

50. Tem interesse em realizar cursos de qualificação?

- ☐ sim ☐ não. Caso sim, qual? _____

51. Como pensa que os cursos poderiam acontecer?

52. Você já foi beneficiado com alguma política pública qual? _____

(refere-se ao recebimento de algum instrumento ou financiamento para pesca)

53. Quais fatores prejudicam sua atividade pesqueira artesanal?

- ☐ nenhum
- ☐ poluição da água (mar, rios, ...)
- ☐ sobrepesca / pesca pedratória (retirada acima das quotas estabelecidas pelos órgãos ambientais para garantir a manutenção dos estoques pesqueiros)
- ☐ falta de organização do setor
- ☐ falta de fiscalização da pesca
- ☐ falta de políticas públicas para pesca
- ☐ a quantidade elevada de pescadores/ pesca excessiva
- ☐ barcos / pescadores de outros lugares
- ☐ mergulhadores
- ☐ lixo
- ☐ Falta de saneamento básico
- ☐ outros: _____

54. Participa de alguma associação ou cooperativa?

- ☐ sim ☐ não.

Caso sim, porquê?

- ☐ oferece cursos e treinamentos
- ☐ auxilia na cadeia produtiva
- ☐ Assistência técnica
- ☐ auxilia na aquisição de equipamentos
- ☐ outros: _____

Muito Obrigada pela sua atenção! Suas informações são de grande valia para a pesca artesanal em Salvador.

Observações do entrevistador:

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS, INSTITUIÇÃO: SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTES - SETRE

Formação profissional e valorização dos saberes dos pescadores artesanais da Península de Itapagipe

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social – PPDGS/CIAGS – UFBA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES DO MAR NO TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – SALVADOR/BA

Este questionário é parte de uma pesquisa que pretende colaborar com a elaboração das ementas e conteúdos de cursos de qualificação profissional voltados para pescadores artesanais.

A política de qualificação profissional desenvolvida pelo governo do Estado apresenta-se voltada para valorizar e desenvolver o potencial econômico de seus municípios e regiões. A escuta social é fator valioso para elaboração e desenvolvimento de cursos que dialoguem com a realidade vivenciada pelos trabalhadores, seus costumes e saberes natos, correlacionando-os com as demandas e avanços tecnológicos, além das mudanças no mundo do trabalho.

Assim, gostaria de saber sua opinião sobre a forma que a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) vem adotando para elaboração e das suas ementas e conteúdos dos cursos disponibilizados a sociedade.

Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

1. E-mail
2. Nome
3. Instituição

4. Qual a metodologia de ensino é utilizada nas ações de qualificação executadas pela instituição?

Metodologia Ensino Tradicional
 Metodologia de Ensino Construtivista
 Metodologia Tradicional de Ensino Sociointencionista
 Metodologia de Ensino Freiriana
 Metodologia de Ensino Ativas
 Pedagogia da Alternância
 Outra:

5. Quais as modalidades de ensino utilizadas?

Presencial
 Semipresencial
 Educação à distância

6. Como são definidos os cursos a serem executados?

7. Existe algum processo ou mecanismo de escuta da comunidade para escolha dos cursos ou a maneira como devem se executados?

Não

Sim, descreva como ocorre?

8. Em caso positivo da questão anterior, a SETRE acredita que esse processo de escuta reflete os anseios e necessidade da comunidade local?

9. A SETRE vem fazendo algum tipo de aprimoramento no que se refere a elaboração dos cursos no que diz respeito a conteúdo, metodologia, escuta da sociedade e valorização dos indivíduos?

Não

Sim, descrever de maneira sucinta:

10. Qual a opinião da SETRE sobre o potencial econômico da Península de Itapagipe?

11. Já foram realizadas pela SETRE ações ou projetos de qualificação profissional na Península de Itapagipe?

Não

Sim, quais?

12. Especificamente para os pescadores artesanais, a SETRE já realizou algum tipo de curso ou projeto de qualificação?

Não

Sim, quais?

13. Em caso positivo da questão anterior, os pescadores artesanais foram consultados a respeito de quais cursos a serem realizados?

Não

Sim, quais as principais observações dos pescadores?

APÊNDICE D – DEMAIS INSTITUIÇÕES FORMADORAS

Formação profissional e valorização dos saberes dos pescadores artesanais da Península de Itapagipe

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social – PPDGS/CIAGS – UFBA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES DO MAR NO TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – SALVADOR/BA

Este questionário é parte de uma pesquisa que pretende colaborar com a elaboração das ementas e conteúdos de cursos de qualificação profissional voltados para pescadores artesanais.

A escuta social é fator valioso para elaboração e desenvolvimento de cursos que dialoguem com a realidade vivenciada pelos trabalhadores, seus costumes e saberes natos, correlacionando-os com as demandas e avanços tecnológicos, além das mudanças no mundo do trabalho.

Assim, gostaria de saber sobre a forma conduzida pela instituição para elaboração suas ementas e conteúdos dos cursos de qualificação voltados para pescadores artesanais.

Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos.

1. E-mail
2. Nome
3. Instituição

4. Qual a metodologia de ensino é utilizada nas ações de qualificação executadas pela instituição?

Metodologia Ensino Tradicional
 Metodologia de Ensino Construtivista
 Metodologia Tradicional de Ensino Sociointeacionista
 Metodologia de Ensino Freiriana
 Metodologia de Ensino Ativas
 Pedagogia da Alternância
 Outra:

5. Quais as modalidades de ensino utilizadas?

Presencial
 Semipresencial
 Educação à distância

6. Como são definidos os cursos a serem executados?

7. Existe algum processo ou mecanismo de escuta da comunidade para escolha dos cursos ou a maneira como devem se executados?

Não
 Sim, descreva como ocorre?

8. Especificamente para os pescadores artesanais, a instituição realiza ou realizou algum tipo de curso ou projeto de qualificação?

Não

Sim, quais?

9. Em caso positivo da questão anterior, os pescadores artesanais foram consultados a respeito de quais cursos a serem realizados?

10. Quais cursos foram sinalizados pelos pescadores?

11. Descreva como se dá a elaboração dos conteúdos voltados para os cursos para pescadores artesanais

12. Quais os cursos executados pela instituição são voltados e/ou procurados pelos profissionais da pesca artesanal?

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Estudo: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES DO MAR NO TERRITÓRIO DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE – SALVADOR/BA

Pesquisador Responsável: ANELIZE BARBOSA DOS SANTOS

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é formação profissional para a inserção produtiva não precarizada no mundo do trabalho na economia do mar no território da Península de Itapagipe – Salvador-Ba e tem como justificativa a criação de modelo de formatação de ementas e conteúdos de cursos de formação profissional voltado para inserção não precarizada na economia do mar considerando a valorização dos saberes locais e tácitos presentes no território da Península de Itapagipe.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: reunião presencial, com aproximadamente 45 minutos de duração, para responder o questionário composto por 11(onze) questões abertas voltadas a temática de qualificação profissional e o questionário socioeconômico composto por 54 (cinquenta e quatro) questões objetivas.

Toda pesquisa com seres humanos envolve algum tipo de risco. No nosso estudo, os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da participação na pesquisa são possíveis discordância entre os entrevistados, atrasos, barulho externo e/ou falhas nos equipamentos audiovisuais. Para sanar tais imprevistos serão adotadas providências como conciliação e escuta de todos os envolvidos, busca de um local tranquilo e adequado, além das testagens dos recursos utilizados anteriormente a realização da reunião.

Contudo, esta pesquisa também pode trazer benefícios. O principal benefício resultante da participação na pesquisa inicialmente será indireto com a criação de modelo de ementas e conteúdos de formação profissional voltado pra a inserção produtiva não precarizada na economia do mar considerando a valorização dos saberes locais e tácitos presentes no território da Península de Itapagipe. É importante registrar que a pesquisadora tem a pretensão de apresentar o modelo para instituições formadoras públicas e/ou privadas.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexos causal com a pesquisa.

Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Anelize Barbosa dos Santos, pelo telefone (71) 99958-1232 / 98781-3209 e/ou pelo e-mail anelizesantos@ufba.br.

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para pesquisadora.

Declaração de Consentimento

Concordo em participar do estudo intitulado: Economia do Mar na Península de Itapagipe – Salvador-Ba: uma proposta para formação profissional para inserção produtiva não precarizada.

_____ Nome do participante ou responsável _____ Assinatura do participante ou responsável	Data: ____/____/____
---	-----------------------------

Eu, Anelize Barbosa dos Santos, declaro cumprir as exigências contidas neste termo.

_____ Assinatura e carimbo do Pesquisador	Data: ____/____/____
---	-----------------------------